

# DIÁRIO OFICIAL



*Prefeitura Municipal*  
*de*  
***Capim Grosso***



## ÍNDICE DO DIÁRIO

### LEI

LEI 387/2017.....



**LEI 387/2017**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

**LEI**

**LEI Nº 387/2017.  
DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017.**

**INSTITUI O NOVO CÓDIGO TRIBUTÁRIO  
E DE RENDAS DO MUNICÍPIO DE CAPIM  
GROSSO. E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

**A PREFEITA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte:

**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** Esta Lei institui o novo Código Tributário e de Rendas do Município de Capim Grosso, Estado da Bahia, que regula e disciplina, com fundamento na Constituição Federal, Código Tributário Nacional, Leis Complementares, Lei Orgânica do Município e demais disposições legais, o sistema tributário municipal e as normas aplicáveis no Município, incluindo os direitos, garantias e obrigações dos contribuintes.

**Art. 2º** Aplicam-se as disposições deste Código aos sujeitos passivos de obrigações tributárias, e a quaisquer pessoas, físicas ou jurídicas, privadas ou públicas que, mesmo não sendo sujeitos passivos, relacionam-se com a Administração Pública em sua atividade de tributação, fiscalização e arrecadação de tributos e rendas.

**LIVRO I**

**DO ESTATUTO DO CONTRIBUINTE**

**TÍTULO I**

**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 3º** Os direitos, garantias e obrigações dos contribuintes, estabelecidos neste Código, têm o objetivo de:

**I** -promover o bom relacionamento entre o fisco e o contribuinte, baseado na cooperação, no respeito mútuo e na parceria, visando capacitar o Município dos recursos necessários ao cumprimento de suas atribuições constitucionais e legais;

**II** -prevenir e proteger o contribuinte ou responsável contra o exercício abusivo do poder de fiscalizar, de lançar e de cobrar tributo instituído em lei;

**III** - assegurar a ampla defesa dos direitos do sujeito passivo de obrigação tributária no âmbito do processo administrativo-fiscal em que tiver legítimo interesse;

**IV** -assegurar a adequada e eficaz prestação de serviços gratuitos de orientação aos contribuintes;

**V** -assegurar uma forma lícita de apuração, declaração e recolhimento de tributos previstos em leis.

**VI** -assegurar o regular exercício da fiscalização tributária.

*Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgba@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

**LEI**

## TÍTULO II

### DOS DIREITOS, GARANTIAS E OBRIGAÇÕES DOS CONTRIBUINTE

**Art. 4º** São direitos do contribuinte:

**I** -o adequado e eficaz atendimento pelos órgãos e unidades da Prefeitura Municipal;

**II** -a igualdade de tratamento, com respeito e civilidade, em qualquer repartição pública do Município;

**III** - a identificação do servidor nas repartições públicas e nas ações fiscais;

**IV** -o acesso a dados e informações, pessoais e econômicas, que a seu respeito constem em qualquer fichário ou registro, informatizado ou não, dos órgãos da Administração Tributária, na forma do regulamento;

**V** -a eliminação completa dos registros de dados falsos ou obtidos por meios ilícitos;

**VI** -a retificação, complementação, esclarecimento ou atualização de dados incorretos, incompletos, dúbios ou desatualizados;

**VII** - a obtenção de certidão sobre atos, contratos, decisões ou pareceres constantes de registros ou autos de procedimentos de seu interesse em poder da Administração Pública, salvo se a informação solicitada estiver protegida por sigilo, observada a legislação pertinente;

**VIII** - a efetiva educação tributária e a orientação sobre procedimentos administrativos;

**IX** -o recebimento de comprovante descritivo dos bens, mercadorias, livros, documentos, impressos, papéis, programas de computador ou arquivos eletrônicos entregues à fiscalização ou por ela apreendidos;

**X** -a recusa a prestar informações por requisição verbal, se preferir notificação por escrito;

**XI** - a informação sobre os prazos de pagamento e reduções de multas, quando autuado;

**XII** - a não-obrigatoriedade de pagamento imediato de qualquer autuação e o exercício do direito de defesa, se assim o desejar;

**XIII** - a ciência formal da tramitação de processo administrativo-fiscal de que seja parte, a vista do mesmo na repartição fiscal e a obtenção de cópias dos autos, mediante ressarcimento dos custos da reprodução;

**XIV** - a preservação, pela administração tributária, do sigilo de seus negócios, documentos e operações, exceto nas hipóteses previstas na lei;

**XV** -o encaminhamento, sem qualquer ônus, de petição contra ilegalidade ou abuso de poder ou para defesa de seus direitos;

**XVI** - o direito à indenização, na forma do regulamento, se uma isenção concedida por prazo certo de tempo for extinta ou revogada antes do decurso do prazo previsto na Lei que a concedeu;

**XVII** - a prioridade na tramitação de quaisquer processos administrativo-fiscais, quando requerer e comprovar as seguintes condições:

**a)** possuir idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos;

**b)** ser portador de deficiência física ou mental;

*Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgba@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

LEI

c) ser portador de tuberculose ativa, esclerose múltipla, neoplasia maligna, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome de imunodeficiência adquirida, ou outra doença grave, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída após o início do processo.

**Art. 5º** São garantias do contribuinte:

**I** -a exclusão da responsabilidade pelo pagamento de tributo e de multa não previstos em lei;

**II** -a faculdade de corrigir obrigação tributária, antes de iniciado o procedimento fiscal, mediante prévia autorização do fisco e observada a legislação aplicável, em prazo compatível e razoável;

**III** - a presunção relativa da verdade nos lançamentos contidos em seus livros e documentos contábeis ou fiscais, quando fundamentados em documentação hábil;

**IV** -a obediência aos princípios do contraditório, da ampla defesa e do duplo grau de recurso no contencioso administrativo-tributário, ressalvado os casos de instância única previstos em lei;

**V** -a inexigibilidade de visto em documento de arrecadação utilizado para o pagamento de tributo fora do prazo.

**VI** -a não imputação de multas e juros, pelos Julgadores de Processos Administrativos Fiscais, quando ficar comprovado, que o sujeito passivo não deu causa ao fato;

**VII** - a não imputação de penalidades aos que, enquanto prevalecer o entendimento, tiverem recolhido o tributo nos prazos fixados na legislação ou adotarem procedimentos:

**a)** de acordo com interpretação fiscal constante de decisão irrecorrível de última instância administrativa, proferida em processo fiscal, se parte interessada;

**b)** de acordo com interpretação fiscal constante de atos normativos e pareceres emitidos pelas autoridades fazendárias competentes.

**Art. 6º** São obrigações do contribuinte:

**I** -o tratamento, com respeito e civilidade, aos servidores municipais;

**II** -a sua identificação, do sócio, diretor, administrador ou representante nas repartições administrativas e fazendárias e nas ações fiscais;

**III** - o fornecimento de condições de segurança e local adequado em seu estabelecimento, para a execução dos procedimentos de fiscalização;

**IV** -a apuração, declaração e recolhimento do tributo devido, na forma e prazo previstos na legislação;

**V** -a apresentação em ordem, quando solicitados, no prazo estabelecido na legislação, de bens, mercadorias, informações, livros, documentos, impressos, papéis, programas de computador ou arquivos eletrônicos;

**VI** -a manutenção em ordem, pelo prazo previsto na legislação, de livros, documentos, impressos e registros eletrônicos relativos aos tributos;

Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgba@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

LEI

VII - a manutenção, junto à repartição fiscal, de suas informações cadastrais atualizadas, tais como as relativas ao imóvel, ao estabelecimento, aos sócios, diretores, administradores e procuradores;

**Art. 7º** Os direitos, as garantias e as obrigações previstas neste Livro não excluem outros decorrentes de tratados ou convenções, da legislação ordinária, de regulamentos ou outros atos normativos expedidos pelas autoridades competentes, bem como os que derivem da analogia e dos princípios gerais do direito.

### TÍTULO III

#### DOS DEVERES DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

##### CAPÍTULO I

##### DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 8º** A Administração Tributária atuará em obediência aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, finalidade, eficiência e motivação dos atos administrativos.

**Art. 9º** Cabe ainda à Administração Tributária:

I - implantar um serviço gratuito e permanente de orientação e informação ao contribuinte;

II - realizar campanha educativa com o objetivo de orientar o contribuinte sobre seus direitos e deveres;

III - implantar programa permanente de educação tributária, bem como programa permanente de treinamento para os servidores das áreas de tributação, arrecadação e fiscalização.

##### CAPÍTULO II

##### DAS AÇÕES FISCAIS

**Art. 10.** A execução de trabalhos de fiscalização será precedida de ato administrativo autorizando a execução do procedimento fiscal, exceto nos casos de extrema urgência, tais como flagrante infracional, continuidade de ação fiscal iniciada em outro contribuinte ou apuração de denúncia, nos quais se adotarão, de imediato, as providências garantidoras da ação fiscal, devendo ser legitimado o ato no prazo máximo de 3 (três) dias úteis.

**Parágrafo único.** O ato administrativo conterà a identificação dos servidores fiscais encarregados de sua execução, a autoridade responsável por sua emissão, o sujeito passivo e os tributos a serem fiscalizados.

**Art. 11.** A Fazenda Municipal não adotará procedimento fiscal fundamentado exclusivamente em denúncia anônima quando:

I - não for possível identificar com absoluta segurança o sujeito passivo supostamente infrator;

II - for genérica ou vaga em relação à infração supostamente cometida;

III - não estiver acompanhada de indícios de autoria e de comprovação da prática da infração;

IV - deixe transparecer objetivo diverso do enunciado, tal como vingança pessoal do denunciante ou tentativa de prejudicar concorrente comercial;

Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgba@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

LEI

**Art. 12.** A notificação do início da ação fiscal será feita mediante a entrega de uma das vias do Termo de Início de Ação Fiscal - TAF.

§ 1º A recusa em assinar o comprovante do recebimento da notificação ou a ausência, no estabelecimento de contribuinte, de pessoa com poderes para fazê-lo será certificada pelo servidor fiscal e não obstará o início dos procedimentos de fiscalização.

§ 2º Na hipótese de recusa ou de ausência do contribuinte, de seu representante legal ou de preposto com poderes de gestão, a notificação será lavrada e enviada por via postal, fac-símile ou e-mail, através de aviso de recebimento para o endereço do contribuinte ou de quaisquer de seus sócios, dirigentes ou administradores, a critério da Fazenda Municipal;

§ 3º Na impossibilidade de aplicação do disposto no item anterior ou se ocorrer a devolução por quaisquer motivos, a intimação se fará por edital.

**Art. 13.** Os livros, documentos, impressos, papéis, arquivos eletrônicos, programas de computador ou bens e mercadorias, apreendidos ou entregues pelo sujeito passivo, excetuados aqueles que constituam prova de infração à legislação tributária, serão devolvidos no prazo máximo de 90 (noventa) dias úteis contados do início dos procedimentos de fiscalização.

§ 1º O disposto no "caput" aplica-se somente aos casos em que a conclusão dos trabalhos fiscais dependa exclusivamente das informações constantes nos elementos apreendidos ou entregues, tornando desnecessárias outras verificações.

§ 2º O prazo fixado no "caput" poderá ser prorrogado pela autoridade que determinou a sua realização, mediante requisição fundamentada do servidor fiscal responsável pelos trabalhos.

### CAPÍTULO III

#### DAS CONSULTAS

**Art. 14.** A resposta à consulta escrita relativa a tributo, que contenha dados exatos e verdadeiros, que não seja meramente protelatória e que não tenha sido formulada após início de ação fiscal, será dada no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis após a entrega do pedido devidamente instruído.

§ 1º O prazo fixado no "caput" poderá ser prorrogado, mediante requisição fundamentada ao Secretário Municipal de Finanças.

§ 2º As diligências ou os pedidos de informação solicitados pelo órgão fazendário responsável pela resposta suspenderão, até o respectivo atendimento, o prazo de que trata este artigo.

§ 3º A apresentação de consulta pelo contribuinte impede, até o término do prazo fixado na resposta, o início de qualquer procedimento fiscal destinado à apuração de infração relacionada com a matéria consultada.

§ 4º A consulta que tratar de exigência de tributo, se este for considerado devido, não afasta a incidência de atualização monetária e dos demais acréscimos previstos em lei;

§ 5º Não produzirá nenhum efeito a consulta formulada quando o fato já houver sido objeto de decisão anterior, proferida em consulta ou litígio, ainda não modificada, em que tenha sido parte o consulente.

### CAPÍTULO IV

Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgba@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

LEI

#### DAS CERTIDÕES

**Art. 15.** As certidões serão fornecidas no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a formalização do pedido devidamente instruído, vedada, em qualquer caso, a exigência de requisitos não previstos ou amparados em lei.

**Art. 16.** A certidão negativa de débito fiscal será emitida, preferencialmente, por meio eletrônico, acessível pela rede mundial de computadores (internet).

**Parágrafo único.** A certidão *verbo ad verbum*, positiva com efeitos de negativa, será fornecida pela Fazenda Municipal, mediante pedido do interessado ou seu representante legal, e dela constará a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa.

#### CAPÍTULO V

##### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 17.** A autoridade fiscal, tomando conhecimento de fatos diversos dos consignados nos registros sobre o contribuinte, poderá efetuar de ofício a alteração da informação incorreta, incompleta, dúbia ou desatualizada.

**Art. 18.** A constatação de prática de ato ilegal por parte dos órgãos fazendários não afastará a responsabilidade funcional da autoridade que o tenha dado causa, ainda que agindo por delegação de competência.

**Art. 19.** No julgamento do contencioso administrativo-tributário, a decisão será fundamentada em seus aspectos de fato e de direito, sob pena de nulidade absoluta da decisão desfavorável ao contribuinte.

#### LIVRO II

##### DO SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

##### TÍTULO I

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 20.** O Sistema Tributário Municipal compreende as normas e princípios estabelecidos na Constituição Federal, nos Tratados Internacionais recepcionados pelo Estado Brasileiro, na Constituição Estadual e na Lei Orgânica do Município; as Leis Complementares Federais que versem sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes, especialmente o Código Tributário Nacional; as leis municipais, sobretudo este Código Tributário, os decretos e demais atos complementares emanados das autoridades competentes.

**Parágrafo único.** São atos complementares:

I – os convênios que o Município celebre com a União, o Estado e outros Municípios;

II - as Portarias expedidas pelos Secretários Municipais;

III – as instruções normativas e as ordens de serviços expedidas pelos coordenadores de órgãos administrativos vinculados à Administração Tributária;

IV – as decisões de autoridade administrativa julgadora, que a lei atribua eficácia normativa.

Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgb@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

LEI

## TÍTULO II

### DA IMUNIDADE

**Art. 21.** O direito ao gozo da imunidade será verificado pela fiscalização municipal, por meio de auditoria fiscal, quanto ao preenchimento dos requisitos previstos na Constituição Federal, no Código Tributário Nacional, na Lei Orgânica da Assistência Social e demais normas que regem as entidades constitucionalmente referenciadas.

§ 1º Cessa o direito ao gozo da imunidade quanto aos imóveis prometidos à venda, desde o momento em que se constituir o registro do contrato ou outro ato inequívoco de sua celebração.

§ 2º Nos casos de transferência de domínio ou de posse de imóvel, pertencente a entidades imunes, a obrigação acessória recairá sobre o promitente comprador, enfiteuta, fiduciário, usuário, usufrutuário, comodatário, concessionário, permissionário, superficiário, o possuidor ou sucessor a qualquer título.

**Art. 22.** Poderá o interessado ter a iniciativa do pedido de reconhecimento do direito ao gozo da imunidade, em processo administrativo próprio, onde declarará e comprovará o preenchimento dos requisitos legais.

§ 1º O reconhecimento da imunidade se dará, na forma do regulamento, por ato do Secretário Municipal de Finanças, com base em relatório circunstanciado elaborado pelo servidor fiscal e parecer da Procuradoria do Município.

§ 2º Caso não sejam preenchidos os requisitos para a imunidade, o servidor fiscal procederá ao lançamento do crédito tributário.

**Art. 23.** Quando em ação fiscal se verificar o descumprimento dos requisitos em relação à entidade já reconhecida pelo Município, o servidor fiscal procederá ao lançamento do crédito tributário a partir da data de ocorrência do descumprimento.

§ 1º No caso de instauração do processo administrativo fiscal, a decisão definitiva favorável ao Município será comunicada ao Secretário Municipal de Finanças que emitirá ato cassando o reconhecimento da imunidade a partir da data da decisão.

§ 2º Não impugnado o lançamento, lavrado o Termo de Revelia e antes da inscrição em dívida ativa, o Secretário Municipal de Finanças será comunicado e emitirá ato cassando o reconhecimento da imunidade a partir da data da constituição do crédito tributário.

## TÍTULO III

### DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

#### CAPÍTULO I

##### DA CONSTITUIÇÃO

**Art. 24.** Compete a Administração Tributária Municipal constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e propor a aplicação da penalidade cabível, quando for o caso.

**Parágrafo único.** Compete privativamente ao servidor fiscal a competência para o lançamento de créditos decorrentes de ação fiscal.

#### CAPÍTULO II

Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgba@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO  
CNPJ: 13.230.982/0001-50  
Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada  
Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

LEI

## DA SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE

### Seção I

#### Da Moratória

**Art. 25.** A suspensão da exigibilidade do crédito tributário pela moratória somente pode ser concedida por lei, em caráter geral, podendo circunscrever a sua aplicabilidade à determinada região do Município ou a determinada classe ou categoria de sujeitos passivos.

### Seção II

#### Do Parcelamento

**Art. 26.** A concessão de parcelamento suspende a exigibilidade do crédito tributário.

§ 1º O inadimplemento de qualquer parcela por prazo superior a 90 (noventa) dias, anula o parcelamento, considerando-se vencidas todas as demais, inscrevendo-se o crédito em dívida ativa e, se já inscrito, dar seguimento à cobrança extrajudicial ou judicial.

§ 2º Poderá o contribuinte requerer o parcelamento após a devida inscrição em Dívida Ativa do saldo remanescente do parcelamento anulado por inadimplência.

**Art. 27.** É permitido o parcelamento do crédito tributário, relativo a exercícios anteriores, em até 24 (vinte e quatro) prestações mensais e consecutivas.

§ 1º Fica a critério da Administração Tributária o parcelamento de crédito do exercício em curso.

§ 2º É vedada a concessão de parcelamento de crédito relativo a tributo retido na fonte.

§ 3º Ato do Poder Executivo disciplinará o parcelamento, inclusive estabelecendo o valor mínimo de cada prestação, que poderá ser diferenciada em função do tributo e da natureza do devedor.

§ 4º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a cobrar juros de financiamento de 0,50% (meio por cento) ao mês incidente sobre as parcelas de parcelamento.

**Art. 28.** O crédito tributário poderá ser parcelado pelo próprio contribuinte ou por terceiro interessado, através de instrumento de confissão de dívida ou de assunção de débito, respectivamente.

**Parágrafo único.** Fica o terceiro interessado responsável solidário pelo débito parcelado que vier a assumir, em nome do contribuinte originário.

**Art. 29.** Fica o Secretário Municipal de Finanças autorizado a promover parcelamento especial em até 24 (vinte e quatro) prestações mensais e consecutivas, observado os seguintes critérios:

I – as regras do parcelamento especial serão publicadas em Portaria;

II – o prazo para solicitação do parcelamento especial será de até 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação de suas regras;

III - o crédito a ser parcelado na forma especial deve ser:

a) superior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), quando se tratar de pessoa física, empreendedor individual, empresário e microempresa;

Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgba@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

LEI

b) superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), quando se tratar de pessoa jurídica, não microempresa;

IV – o valor mínimo de cada parcela deve ser de:

a) R\$ 110,00 (cento e setenta reais), quando se tratar de pessoa enquadrada na alínea 'a' do inciso III;

b) R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), quando se tratar de pessoa enquadrada na alínea 'b' do inciso III;

### Seção III

#### Das Impugnações e Recursos

**Art. 30.** As impugnações e os recursos tempestivos, interpostos em conformidade com os art. 260 e 264, suspendem a exigibilidade do crédito tributário.

### CAPÍTULO III

#### DA EXTINÇÃO

### Seção I

#### Do Pagamento

**Art. 31.** O pagamento dos tributos e rendas municipais terá sua forma e calendário disciplinados em ato do Poder Executivo.

**Parágrafo único.** Quando não houver prazo fixado na legislação tributária municipal para pagamento, o vencimento ocorrerá:

I – para os tributos, 30 (trinta) dias após a data que se considera notificado o sujeito passivo;

II – para as rendas, antecipadamente, à prestação do serviço, à utilização ou exploração de serviço público e ao uso de bens públicos.

**Art. 32.** O sujeito passivo que deixar de adimplir tributo ou penalidade pecuniária, no prazo estabelecido na legislação tributária municipal, ficará sujeito à incidência de:

I – juros e multa de mora, calculados segundo os critérios adotados pela Receita Federal do Brasil nos tributos federais;

II – multa de infração, conforme o disposto neste Código.

**Parágrafo único.** A multa de infração será aplicada quando for apurada, em ação fiscal, ação ou omissão do sujeito passivo.

**Art. 33.** O recolhimento espontâneo de obrigação principal implicará na não imposição da multa de infração.

**Parágrafo único.** Não se considera espontâneo o recolhimento efetuado após o início de qualquer procedimento administrativo fiscal.

**Art. 34.** Aos sujeitos passivos autuados por descumprimento de obrigação principal serão concedidos os seguintes descontos, na respectiva multa de infração:

I – 80% (oitenta por cento), se o pagamento for efetuado, ou solicitado parcelamento, com pagamento da primeira parcela, até 30 (trinta) dias, a contar da intimação;

Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgba@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

LEI

**II** - 60% (sessenta por cento), se o pagamento for efetuado, ou solicitado parcelamento, com pagamento da primeira parcela, entre 30 (trinta) e 60 (sessenta) dias, a contar da intimação;

**III** - 40% (quarenta por cento), se o pagamento for efetuado, ou solicitado parcelamento, com pagamento da primeira parcela, após 60 (sessenta) dias, a contar da intimação e antes do julgamento administrativo em 1ª Instância;

**IV** - 20% (vinte por cento), se o pagamento for efetuado, ou solicitado parcelamento, com pagamento da primeira parcela, até 30 (trinta) dias após o julgamento administrativo em primeira instância, contados da ciência da decisão;

**V** - 10% (vinte por cento), se o pagamento for efetuado, ou solicitado parcelamento, com pagamento da primeira parcela, até 30 (trinta) dias após o julgamento administrativo em segunda instância, contados da ciência da decisão;

§ 1º Os descontos serão concedidos sem prejuízo do pagamento dos demais acréscimos legais.

§ 2º Não se aplicam os descontos a que se refere este artigo aos créditos tributários retidos na fonte.

**Art. 35.** O contribuinte que reconhecer parcialmente o débito fiscal poderá efetuar o pagamento da parte não impugnada, com direito aos descontos previstos no art. 34.

**Art. 36.** O descumprimento de obrigação acessória implicará no pagamento da respectiva penalidade, independentemente da existência de ação fiscal.

#### Seção II

##### Da Transação

**Art. 37.** Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a celebrar, com o sujeito passivo, transação que importe em terminação de litígio em processo fiscal administrativo ou judicial, quando:

**I** - o montante do tributo tenha sido fixado por arbitramento.

**II** - ocorrer erro ou ignorância escusável do sujeito passivo quanto a matéria de fato;

**III** - ocorrer conflito de competência com outras pessoas de direito público interno;

**IV** - a matéria tributável tenha sido objeto de reiteradas decisões contrárias à Fazenda Pública Municipal, em virtude de jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça;

**V** - for publicada pelo juízo a concessão da recuperação judicial do sujeito passivo, após a aprovação do plano, nos moldes do art. 58 da Lei Federal nº 11.101/2005.

**Parágrafo único.** A transação a que se refere o *caput* será proposta ao Prefeito pelo Secretário Municipal de Finanças ou pelo titular da Procuradoria do Município, em parecer fundamentado.

#### Seção III

##### Da Compensação

**Art. 38.** Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a compensar créditos tributários do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza ISS, vencidos ou vincendos, e do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, vencidos, com

Prefeitura Municipal de Capim Grosso - Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgba@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

LEI

créditos líquidos e certos, do sujeito passivo contra a Fazenda Pública Municipal, nas condições e garantias que estipular, em cada caso, com:

I – empresa pública e sociedade de economia mista federal, estadual ou municipal;

II – com pessoas físicas ou jurídicas que aderirem ao programa de adoção de praças e jardins, na forma estabelecida em regulamento.

**Parágrafo único.** A compensação a que se refere o inciso I será proposta pelo Secretário Municipal de Finanças ou pelo titular da Procuradoria do Município, em parecer fundamentado

**Art. 39.** É vedada a compensação de crédito tributário contestado judicialmente antes do trânsito em julgado da lide, salvo se o sujeito passivo formalizar a desistência do processo judicial.

**Art. 40.** É permitida a compensação parcial ou total de créditos tributários vincendos, com créditos líquidos e certos decorrente de pagamento a maior pelo contribuinte, na forma do regulamento.

**Parágrafo único.** É facultado ao sujeito passivo optar pelo pedido de restituição.

#### Seção IV

##### Da Dação em Pagamento

**Art. 41.** O crédito tributário poderá ser extinto mediante dação em pagamento de bem imóvel situado neste Município, mediante requerimento do sujeito passivo e aprovação do Prefeito Municipal, conforme disposto em Regulamento.

**Parágrafo único.** O requerimento de dação em pagamento não suspende a exigibilidade do crédito tributário.

**Art. 42.** O imóvel objeto da dação em pagamento poderá ser de propriedade do sujeito passivo ou de terceiros, desde que este autorize expressamente e apresente a documentação definida em Regulamento.

**Art. 43.** O valor do imóvel objeto da dação em pagamento será apurado através de avaliação administrativa, facultado ao contribuinte apresentar avaliação contraditória subscrita por avaliador oficial.

**§ 1º** A avaliação administrativa não poderá ser inferior ao valor venal de base de cálculo de tributo municipal.

**§ 2º** É facultado ao Poder Público aceitar ou não a avaliação contraditória.

**Art. 44.** Se o imóvel não for suficiente para a quitação integral do crédito tributário, o sujeito passivo deverá liquidar o saldo remanescente, até a data da entrega da escritura, mediante pagamento em dinheiro, de uma só vez ou parceladamente, na forma do Regulamento, sob pena de:

I - prosseguimento da execução desse saldo remanescente, se ajuizada;

II - adoção dos procedimentos legais com vistas à sua execução, caso não se encontre a dívida executada.

**Art. 45.** Quando o valor do imóvel for superior ao do crédito tributário a ser extinto, será emitido um Certificado de Crédito em favor do proprietário do imóvel dado em pagamento até o limite de 30% (trinta por cento) do valor da avaliação, que somente

Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgba@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

**LEI**

poderá ser utilizado para quitação de tributos devidos ao Município, pelo próprio ou terceiros.

#### **Seção V**

##### **Da Remissão**

**Art. 46.** Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder, por despacho fundamentado, remissão total ou parcial de crédito tributário, em observância a uma das seguintes situações:

- I** - à situação econômica do sujeito passivo;
- II** - à diminuta importância do crédito tributário;
- III** - a condições peculiares a determinada região;
- IV** - reconhecimento da inexistência da obrigação que lhe deu origem;
- V** - declaração de incompetência do sujeito ativo para exigir o cumprimento da obrigação;
- VI** - aplicação de equidade em relação às características pessoais ou materiais do caso.

**§1º** O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido, e será revogado de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumprira ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor, cobrando-se o crédito atualizado monetariamente e os devidos acréscimos legais.

**§ 2º** A remissão será proposta pelo Secretário Municipal de Finanças ou pelo titular da Procuradoria do Município, em parecer fundamentado.

#### **CAPÍTULO IV**

##### **DA EXCLUSÃO**

#### **Seção I**

##### **Das Disposições Gerais**

**Art. 47.** Compete ao Poder Executivo a iniciativa de lei para concessão de isenção, anistia, incentivo ou outro e benefício fiscal de quaisquer dos tributos de competência do Município.

**Art. 48.** A exclusão do crédito tributário pela isenção e anistia não dispensa o cumprimento de obrigações acessórias dependentes ou vinculadas a obrigação principal isentada ou anistiada, ressalvada determinação expressa em Ato do Poder Executivo.

#### **Seção II**

##### **Da Isenção**

**Art. 49.** Além das isenções previstas neste Código, somente prevalecerão as concedidas em lei específica sujeitas às normas desta Seção.

**Art. 50.** A isenção concedida em lei específica pode ser:

- I** - restrita a determinada região do Município e/ou grupos de sujeitos passivos, em função de condições e peculiaridades a eles inerentes;
- II** - condicionada a requerimento do interessado, conforme dispuser o regulamento.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

LEI

**§ 1º** O ato de reconhecimento do direito à isenção é de competência do Secretário Municipal de Finanças.

**§ 2º** O direito à isenção começa a vigorar a partir da data do requerimento, exceto no caso de isenção relativa ao IPTU, que terá vigência a partir de 1º de janeiro do exercício seguinte ao do requerimento.

**§ 3º** A isenção concedida será cassada de ofício pelo Secretário Municipal de Finanças quando:

I – obtida mediante fraude ou simulação do beneficiário ou de terceiros;

II – houver descumprimento das exigências legais, estabelecidas para o gozo da isenção.

**Art. 51.** Quando em ação fiscal se verificar o descumprimento dos requisitos da isenção, o servidor fiscal procederá ao lançamento do crédito tributário a partir da data de ocorrência do descumprimento.

**§ 1º** No caso de instauração do processo administrativo fiscal, a decisão definitiva favorável ao Município será comunicada ao Secretário Municipal de Finanças que emitirá ato cassando o reconhecimento à isenção a partir da data da decisão.

**§ 2º** Não impugnado o lançamento, lavrado o Termo de Revelia e antes da inscrição em dívida ativa, o Secretário Municipal de Finanças será comunicado e emitirá ato cassando à isenção a partir da data da constituição do crédito tributário.

**Art. 52.** Não será concedido isenção, incentivos ou outros benefícios fiscais, em qualquer hipótese, fora dos casos previstos neste Código:

I – por prazo superior a 10 (dez) anos;

II – em caráter pessoal.

**Seção III**

**Da Anistia**

**Art. 53.** A anistia concedida pelo Município abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a conceder, podendo ser:

I - em caráter geral;

II - limitadamente:

a) a determinado tributo;

b) às infrações decorrentes de descumprimento de obrigações acessórias;

c) a determinada região do município, em função de condições a ela peculiares;

**CAPÍTULO V**

**DA RESTITUIÇÃO**

**Art. 54.** O sujeito passivo tem direito à restituição total ou parcial do tributo pago, nos seguintes casos:

I - pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido em face da legislação tributária aplicável, ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

LEI

II - erro na identificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;

III - reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória;

**Art. 55.** A restituição total ou parcial do pagamento indevido não comportará o pagamento de acréscimos moratórios.

**Art. 56.** Quando for comprovado, em processo administrativo, que o pagamento foi, por qualquer razão, imputado a contribuinte, inscrição ou a tributo diverso daquele pretendido, poderá o Secretário Municipal de Finanças autorizar a transferência do crédito para o contribuinte, a inscrição ou tributo devido, observado o disposto em Regulamento.

#### CAPÍTULO VI

##### DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

**Art. 57.** Constitui infração toda ação ou omissão, voluntária ou involuntária, que importe em inobservância de preceitos estabelecidos ou disciplinados por lei ou pelos atos administrativos de caráter normativo destinados a complementá-la.

**Art. 58.** Nenhuma ação ou omissão poderá ser punida como infração da legislação tributária sem que esteja definida como tal por lei vigente à data de sua prática, nem lhe poderá ser cominada penalidade não prevista em lei, nas mesmas condições.

**Art. 59.** Será considerado infrator todo aquele que cometer, mandar, constringer ou auxiliar alguém na prática da infração e, ainda, os servidores municipais encarregados da execução das leis que, tendo conhecimento da infração, deixarem de denunciar, ou no exercício da atividade fiscalizadora, deixarem de notificar o infrator, ressalvada a cobrança de crédito tributário considerado antieconômico, definido em Ato do Poder Executivo.

**Parágrafo único.** Se a infração resultar de cumprimento de ordem recebida de superior hierárquico, ficará este solidariamente responsável com o infrator.

**Art. 60.** As infrações serão punidas com as seguintes penas, aplicáveis separadas ou cumulativamente:

I – multas pecuniárias;

II – perda de desconto, abatimento ou dedução;

III – cassação dos benefícios de isenção ou incentivos fiscais;

IV – revogação dos benefícios de anistia ou moratória;

V – sujeição a regime especial de fiscalização;

VI – cassação de regimes ou controles especiais estabelecidos em benefício de contribuintes ou de outras pessoas.

VII – cassação de permissões ou concessões obtidas.

**Parágrafo único.** Ao servidor municipal que concorrer direta ou indiretamente para uma infração serão aplicadas as punições previstas em legislação específica.

**Art. 61.** A pena de multa básica estabelecida para a infração será majorada em razão das seguintes circunstâncias agravantes:

Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgb@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

LEI

I – a reincidência;

II – o indício de sonegação fiscal ou crime contra a ordem tributária;

III – a fraude, a simulação e o conluio.

**Parágrafo único.** A majoração da pena obedecerá aos seguintes critérios:

I - ocorrendo reincidência, a pena básica será aumentada em 20% (vinte por cento);

II - nos casos previstos nos incisos II e III deste artigo, a pena básica será aumentada em 100% (cem por cento).

**Art. 62.** Caracteriza-se como reincidência a prática repetida da infração a um mesmo dispositivo ou de disposição idêntica da legislação tributária municipal, por um mesmo sujeito passivo, dentro de 02 (dois) anos, contado da data em que houver reconhecimento da infração cometida ou passado em julgado, administrativamente, a decisão condenatória referente à infração anterior.

**Art. 63.** Caracteriza-se o indício de sonegação fiscal ou crime contra a ordem tributária:

I – a prestação de declaração falsa ou a omissão, total ou parcial, de informação com a intenção de eximir-se, total ou parcialmente, de pagamento de tributos;

II – a inserção de informação ou dados inexatos ou a omissão de receitas, faturamentos ou rendimentos e de operações de qualquer natureza em documentos ou livros fiscais com a intenção de eximir-se, total ou parcialmente, de pagamento de tributos;

III – alterar faturas e quaisquer documentos relativos a operações mercantis com o propósito de fraudar a Fazenda Municipal;

IV – fornecer ou emitir documentos gratuitos ou alterar despesas, com o objetivo de obter dedução indevida de tributos;

§ 1º A majoração da pena por indício de sonegação não prejudica a aplicação de sanções administrativas cabíveis.

§ 2º Caracterizado e provado o indício de sonegação fiscal ou de crime contra a ordem tributária, a Secretaria Municipal de Finanças, após o julgamento administrativo, remeterá os documentos à Procuradoria do Município para a promoção da representação criminal contra o sujeito passivo.

**Art. 64.** A aplicação da pena e o seu cumprimento não dispensam, em caso algum, o pagamento do tributo devido, nem prejudicam a aplicação das penas cominadas, para o mesmo fato, pela legislação criminal.

**Art. 65.** As normas tributárias que definem as infrações, ou lhes cominem penalidades, aplicam-se a fatos anteriores à sua vigência quando:

I - exclua a definição de determinado fato como infração, cessando, à data da sua entrada em vigor, a punibilidade dos fatos ainda não definitivamente julgados e os efeitos das penalidades impostas por decisão definitiva;

II - comine penalidade menos severa que a anteriormente prevista para fato ainda não definitivamente julgado.

**Art. 66.** As normas tributárias que definem as infrações, ou lhe cominam penalidades, interpretam-se de maneira mais favorável ao contribuinte, em caso de dúvida quanto:

I - à capitulação legal do fato;

Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgba@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**  
CNPJ: 13.230.982/0001-50  
Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada  
Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

**LEI**

II - à natureza ou às circunstâncias materiais do fato, ou à natureza e extensão de seus efeitos;

III - à autoria, imputabilidade ou punibilidade;

IV - à natureza da penalidade aplicável ou à sua graduação.

#### **CAPÍTULO VII DA DÍVIDA ATIVA**

##### **Seção I**

##### **Da Constituição e da Inscrição**

**Art. 67.** Constitui Dívida Ativa da Fazenda Pública Municipal a quantia fixa e determinada, não paga nos respectivos prazos ou após decisão em processo administrativo, definida como de natureza tributária ou não tributária, nos termos da lei normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

§ 1º Integram a dívida ativa do Município os juros, a atualização monetária ou qualquer encargo aplicado sobre os valores inscritos em crédito a receber e não recebidos dentro do prazo determinado pela lei.

§ 2º A dívida, regularmente inscrita, goza da presunção de certeza e liquidez e tem efeito de prova pré-constituída.

**Art. 68.** A inscrição da dívida ativa será feita de ofício na repartição competente.

§ 1º O termo de inscrição da dívida ativa e a respectiva certidão devem indicar, obrigatoriamente:

I - a origem e a natureza do crédito;

II - a quantia devida e demais acréscimos legais;

III - o nome do:

a) devedor e/ou responsável e o seu domicílio ou residência, nos casos de pessoa física;

b) devedor, seus sócios e/ou responsáveis e os seus domicílios e/ou residências, nos casos de pessoa jurídica.

IV - o livro, folha e data em que foi inscrita;

V - o número do processo administrativo ou fiscal em que se originar o crédito.

§ 2º Após a inscrição em dívida e extraída a respectiva certidão, a Procuradoria Fiscal do Município deverá realizar o controle de legalidade.

§ 3º O controle de legalidade a ser realizado pela Procuradoria Fiscal do Município consiste na possibilidade de cancelamento ou não efetivação da inscrição de crédito tributário em dívida ativa, mediante despacho fundamentado, nos seguintes casos:

I - comprovação do pagamento antes da lavratura do auto de infração ou da notificação fiscal;

II - existência de vício insanável ou de ilegalidade flagrante;

III - superposição de valores já pagos ou reclamados mediante lavratura de auto de infração ou de notificação fiscal.

*Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgba@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

**LEI**

§ 4º Identificado qualquer vício na inscrição, a certidão será devolvida para o setor responsável para as providências cabíveis.

**Art. 69.** A dívida será inscrita após o vencimento do prazo de pagamento do crédito tributário, na forma estabelecida em ato administrativo.

**Art. 70.** Inscrita a dívida e extraídas as respectivas certidões de débitos, quando necessárias, serão relacionadas e remetidas ao órgão jurídico para cobrança.

#### **Seção II**

##### **Da Cobrança**

**Art. 71.** A cobrança de dívida ativa será feita:

I - amigavelmente;

II –extrajudicialmente, conforme previsto na Lei Federal nº 9.492/2007, com a redação dada pela Lei Federal nº 12.676/2012;

III - judicialmente.

§ 1º A cobrança amigável será feita no prazo de 30 (trinta dias) a contar da inscrição.

§ 2º O contribuinte terá o prazo 30 (trinta) dias para quitar o débito, a contar da data do recebimento da intimação da cobrança amigável.

§ 3º Decorrido o prazo para pagamento da cobrança amigável, sem a quitação do débito, poderá o Município levar a protesto a Certidão da Dívida Ativa, na forma definida em Regulamento.

§ 4º A proposição de ação executiva para cobrança judicial deverá ocorrer até 1 (um) anos antes do prazo final da ocorrência da prescrição.

§ 5º Sempre que o interesse público exigir, o Chefe do Poder Executivo poderá contratar serviço especializado para a execução da dívida ativa.

§ 6º Poderá o Chefe do Poder Executivo estabelecer valor mínimo de crédito tributário a ser cobrado judicialmente.

§ 7º A cobrança da dívida ativa será acrescida de honorários advocatícios de 10% (dez por cento), na cobrança amigável, e de até 20% (vinte por cento), na cobrança judicial, na forma da Lei 13.105/2015, Código de Processo Civil, ressalvado percentual diferente estabelecido pelo juiz, calculado sobre a soma do valor corrigido mais acréscimos legais

**Art. 72.** Fica a Procuradoria do Município ou o patrono da execução fiscal obrigados a informar à Secretaria Municipal de Finanças o número de cada processo ajuizado.

#### **Seção III**

##### **Do Pagamento**

**Art. 73.** O pagamento da dívida ativa será feito em estabelecimento bancário indicado pela Secretaria Municipal de Finanças.

**Parágrafo único.** Os pagamentos decorrentes de cobrança extrajudicial se processaram conforme regulamento ou convênio.

**Art. 74.** A emissão de documento de arrecadação para pagamento da dívida ativa ajuizada deverá ser precedida da apresentação do comprovante de pagamento das custas judiciais pelo devedor.

*Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgba@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

**LEI**

§ 1º Os documentos de arrecadação da dívida ativa deverão conter:

I - nome e endereço do devedor e/ou responsável;

II - número de inscrição, exercício e período a que se refere;

III - natureza e montante do débito;

IV - acréscimos legais;

V - número do processo judicial.

§ 2º A inobservância deste artigo acarretará a responsabilidade do servidor pelos prejuízos que advierem à Fazenda Municipal.

**Art. 75.** Transitada em julgado sentença considerando improcedente o débito que está sendo executado, o Procurador responsável pela execução providenciará a respectiva baixa no cadastro.

#### TÍTULO IV

#### DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS

#### CAPÍTULO I

#### DO IMPOSTO SOBRE

#### A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - IPTU

#### Seção I

#### Do Fato Gerador e Da Incidência

**Art. 76.** O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel, por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município.

**Parágrafo único.** Considera-se zona urbana aquela definida no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município ou em lei específica.

**Art. 77.** O fato gerador do IPTU considera-se ocorrido em 1º de janeiro de cada exercício civil, ressalvado os casos previstos nesta Lei.

§ 1º Para a unidade imobiliária constituída ou alterada no curso do exercício, o lançamento ou a revisão do valor do imposto será proporcional ao número de meses que faltar para completá-lo.

§ 2º Tratando-se de unidade imobiliária construída ou alterada sem a devida comunicação à Administração Tributária, o lançamento ou a revisão do valor do imposto retroagirá ao mês e ano da:

I - conclusão da obra;

II – da alteração de área construída, padrão construtivo ou categoria de uso do imóvel;

III – da efetiva ocupação, mesmo que parcial, da unidade imobiliária.

**Art. 78.** A incidência do imposto alcança quaisquer imóveis localizados na zona urbana do Município, independentemente de sua forma, estrutura, superfície, destinação ou utilização.

**Art. 79.** A incidência do imposto independe:

*Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgb@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

**LEI**

I - do cumprimento de quaisquer exigências legais regulamentares ou administrativas relativas ao imóvel, sem prejuízo das cominações legais cabíveis;

II - da legitimidade do título de aquisição ou de posse do imóvel.

#### Seção II

##### Da Base de Cálculo

**Art. 80.** A base de cálculo é o valor venal do imóvel, assim entendido o valor, efetivo ou potencial, que este alcançaria no mercado imobiliário, para compra e venda à vista.

**Parágrafo único.** Na determinação do valor venal não se considera o valor dos bens móveis mantidos no imóvel, em caráter permanente ou temporário, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade.

**Art. 81.** O valor venal poderá ser apurado através de:

I - avaliação em massa, tomando-se como referência os Valores Unitários Padrão - VUP constantes da Planta Genérica de Valores Imobiliários do Município e as características de cada imóvel, Anexo I - A;

II - avaliação específica, para imóvel que possuem características que não seja recomendada a avaliação prevista no inciso I, tomando-se um dos métodos de avaliação de bens imóveis previstos na NBR 14.653, conforme regulamento.

III - arbitramento.

**Art. 82.** A atualização monetária da base de cálculo do imposto poderá ser promovida por Decreto do Poder Executivo, com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo-Especial - IPCA-E, apurado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou por outro índice que vier a substituí-lo.

#### Subseção I

##### Da Avaliação em massa

**Art. 83.** A avaliação em massa é feita com base em dados cadastrais, declarados pelo sujeito passivo ou apurados de ofício pela autoridade administrativa, e na Planta Genérica de Valores - PGV, que se constitui na fixação de valores monetários unitários padrão do metro quadrado de terreno e de construção, sendo que:

I - para os terrenos, o valor unitário poderá ser uniforme para uma região, uma quadra, uma face de quadra, um logradouro ou um segmento de logradouro, considerando os seguintes elementos, em conjunto ou separadamente:

- a) a área onde estiver situado;
- b) os serviços ou equipamentos existentes;
- c) a valorização segundo o mercado imobiliário;
- d) diretrizes definidas no plano diretor de desenvolvimento urbano e legislação pertinente;
- e) outros dados tecnicamente reconhecidos.

II - para as construções, o valor unitário poderá ser uniforme por tipo da construção e destinação de uso do imóvel, considerando:

*Prefeitura Municipal de Capim Grosso - Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgba@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453*



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

LEI

- a) o padrão da construção;
- b) os materiais construtivos do imóvel;
- c) outros dados tecnicamente reconhecidos.

**Art. 84.** O valor venal do imóvel, apurado pela avaliação em massa, será o somatório do valor do terreno com o valor da construção.

**§ 1º** O valor do terreno será calculado pelo produto da área do terreno com o valor monetário do metro quadrado do terreno, conforme fixado na PGV, e com o fator de ponderação do terreno;

**§ 2º** O valor da construção será calculado pelo produto da área da construção com o valor monetária do metro quadrado da construção, conforme fixado na PGV, e com o fator de ponderação da construção.

**Art. 85.** Quando se tratar de imóveis que se constituem como edifícios divididos em mais de uma unidade imobiliária autônoma e como condomínios, verticais ou horizontais, considerar-se-á:

I - como área de terreno, o somatório da área de terreno da unidade com a fração da área de terreno comum;

II – como área da construção, o somatório da área construída da unidade com a fração da área construída comum.

**§ 1º** Para os condomínios verticais, considerar-se-á:

a) área de terreno da unidade, a fração ideal do terreno, assim entendida a fração decorrente da divisão proporcional da área de terreno total pela área construída da unidade;

b) área construída da unidade, a área de uso privativo, assim entendida a área construída privativa da unidade acrescida da área de garagem e/ou vaga privativa sem inscrição cadastral autônoma;

c) área construída comum, a fração decorrente da divisão proporcional da área construída de uso coletivo pela área de uso privativo de cada unidade;

**§ 2º** Para os condomínios horizontais, considerar-se-á:

a) área de terreno da unidade, a área de terreno do lote;

b) área construída da unidade, a área construída privativa da unidade;

c) área de terreno comum, a fração decorrente da divisão proporcional da área de terreno de uso coletivo pela área de terreno do lote;

d) área construída comum, a fração decorrente da divisão proporcional da área construída de uso coletivo pela área de terreno do lote.

**§ 3º** Incluem-se neste artigo os condomínios verticais ou horizontais divididos em apartamentos, casas, salas, conjuntos de salas, lojas, pavimentos vazados e congêneres.

**Art. 86.** Considera-se terreno sem edificação, para efeito da tributação:

I – o imóvel onde não haja edificação;

II – o imóvel com edificação em andamento ou cuja obra esteja paralisada;

Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgba@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

LEI

**III** – o imóvel cuja edificação seja de natureza temporária ou provisória, ou que possa ser removida sem destruição, alteração ou modificação.

**Art. 87.** A unidade imobiliária territorial, que se limita com mais de um logradouro, será lançada, para efeito do pagamento do imposto, pelo logradouro mais valorizado.

**Art. 88.** A unidade imobiliária edificada, que se limita com mais de um logradouro, será lançada, para efeito do pagamento do imposto, pelo logradouro de acesso, salvo se existir mais de um acesso, quando será lançada pelo logradouro mais valorizado.

**Art. 89.** O enquadramento da edificação no respectivo padrão construtivo far-se-á pelo conjunto de características que mais se assemelhe ao padrão, mediante atribuição de pontos, conforme indicado em lei específica.

**Parágrafo único.** Quando a edificação se enquadrar em mais de um padrão de construção, deverá ser adotado o de maior preponderância da área construída coberta.

**Art. 90.** A área construída é encontrada pela soma dos contornos externos das paredes ou pilares, computando-se também a superfície:

**I** – das sacadas, varandas e terraços, cobertos ou descobertos, de cada pavimento;

**II** – dos heliportos;

**III** – dos jiraus e mezaninos;

**IV** – pavimentada das garagens, vagas ou estacionamentos descobertos;

**V** – das áreas edificadas descobertas destinadas ao lazer, inclusive as quadras de esporte e piscinas;

**VI** – pavimentada de pátios de armazenagem de matérias primas e ou de produtos acabados;

**VII** - das áreas edificadas descobertas destinadas à duto vias, canais de transporte de efluentes líquidos e similares.

**§ 1º** No cálculo do valor venal da construção será observado, ainda, que:

**I** - a área construída descoberta seja enquadrada no mesmo tipo de uso e padrão da construção principal, com redução de 50% (cinquenta por cento).

**II** - na sobreloja e mezanino a área construída seja enquadrada no mesmo tipo da construção principal, com redução de 40% (quarenta por cento).

**§ 2º** Os terrenos declarados não edificáveis, nos termos da Lei Municipal, e que não sejam economicamente explorados, terão redução de 80% (oitenta por cento) no valor venal, aplicáveis sobre a parte não edificável, conforme dispuser regulamento.

**§ 3º** Quando se tratar de Área de Proteção Ambiental – APA, a redução, prevista no § 2º deste artigo, será suspensa caso se comprove a inobservância das normas legais pertinentes à preservação ambiental.

#### Subseção II

#### Da Avaliação Específica

**Art. 91.** A avaliação específica será realizada, através de um dos métodos de avaliação de bens imóveis previstos na NBR 14.653, em imóvel que possua características especiais que não seja recomendada a avaliação em massa, tais como:

**I** -planta industrial;

Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgb@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

**LEI**

II – dutos vias;

III – silos;

IV - o terreno ter conformação topográfica e/ou condições desfavorável, na forma do regulamento;

§ 1º A avaliação específica poderá ser requerida pelo sujeito passivo ou determinada pela autoridade administrativa.

§ 2º A avaliação específica poderá ser contraditada desde que acompanhada de laudo técnico de perito cadastrado em entidade pública.

### **Subseção III**

#### **Do Arbitramento**

**Art. 92.** A base de cálculo poderá ser arbitrada quando:

I - o sujeito passivo impedir o levantamento dos elementos necessários à apuração da base de cálculo;

II - o imóvel encontrar-se fechado e o sujeito passivo não for localizado.

§ 1º Para apuração da base de cálculo por arbitramento far-se-á necessária, previamente, a notificação do sujeito passivo por aviso de recebimento ou edital.

§ 2º O arbitramento será feito com base em estimativa das áreas de terreno e de construção, dos elementos e padrões construtivos, e do uso, levando-se em conta elementos circunvizinhos e edificações semelhantes e com a utilização de dados e elementos de cálculo da avaliação cadastral.

### **Seção III**

#### **Dos Fatores de Ponderação**

**Art. 93.** Ficam estabelecidos os seguintes fatores de ponderação:

I - de terrenos:

a) pela situação privilegiada do imóvel no logradouro ou trecho de logradouro;

b) pela arborização de área loteada ou de espaços livres onde haja edificações ou construções;

c) pelas condições topográficas desfavoráveis.

II – de construção, pela existência de equipamentos especiais de locomoção;

III – de valor venal de mercado, aplicado aos imóveis cujo valor venal calculado sem a aplicação deste fator seja superior ao valor de mercado do imóvel;

### **Seção IV**

#### **Do Cálculo do Imposto**

**Art. 94.** O imposto é calculado a partir da aplicação de alíquotas, constantes na Tabela de Receita nº I, sobre a base de cálculo apurada na forma desta Lei.

§ 1º Será aplicada a majoração de 25% (vinte e cinco por cento) ao ano nas alíquotas previstas na Tabela nº I desta Lei, aos imóveis não edificados, não utilizados ou

*Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgba@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

LEI

subutilizados, conforme indicado no PDDU, respeitada a alíquota máxima de quinze por cento.

§ 2º O proprietário do imóvel não utilizado ou subutilizado será notificado pela Administração Tributária para o cumprimento da obrigação, devendo a notificação ser averbada no cartório de registro de imóveis.

§ 3º A notificação far-se-á:

I – por funcionário do órgão competente do Poder Público municipal, ao proprietário do imóvel ou, no caso de este ser pessoa jurídica, a quem tenha poderes de gerência geral ou administração;

II – por edital quando frustrada, por três vezes, a tentativa de notificação na forma prevista pelo inciso I.

§ 3º Os prazos para edificação ou utilização compulsória previstas no PDDU não poderão ser inferiores a:

I - um ano, a partir da notificação, para que seja protocolado o projeto no órgão municipal competente;

II - dois anos, a partir da aprovação do projeto, para iniciar as obras do empreendimento.

§ 4º A transmissão do imóvel, por ato “inter vivos” ou “causa mortis”, posterior à data da notificação, transfere as obrigações de parcelamento, edificação ou utilização previstas nesta Lei, sem interrupção de quaisquer prazos.

§ 5º Caso a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar não esteja atendida em cinco anos, o Município manterá a cobrança pela alíquota máxima, até que se cumpra a referida obrigação, garantido ao Município o direito de proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública.

§ 3º É vedada a concessão de isenções ou de anistia relativas à tributação progressiva de que trata este artigo.

**Art. 95.** O imóvel que possuir área de terreno excedente a 5 (cinco) vezes a área construída, coberta ou não, fica sujeito, na área excedente, à aplicação da alíquota prevista para terreno sem edificação.

**Seção V**

**Do Contribuinte e Do Responsável**

**Art. 96.** Contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título.

§ 1º Respondem solidariamente pelo imposto os promitentes-compradores imitidos na posse, os cessionários, os comodatários e os ocupantes a qualquer título do imóvel, ainda que pertencente a pessoa física ou jurídica de direito público ou privado isenta do imposto ou imune.

§ 2º O espólio é o responsável pelo pagamento do imposto incidente sobre os imóveis que pertenciam ao “de cujus”.

§ 3º A massa falida é responsável pelo pagamento do imposto incidente sobre os imóveis de propriedade do falido.

Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgba@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

LEI

**Art. 97.** O imposto constitui ônus que acompanha o imóvel em todos os casos de transferência de propriedade ou de direitos reais a ele relativos.

**Art. 98.** O domicílio tributário do sujeito passivo:

- I – para os imóveis territoriais será outro endereço, obrigatoriamente, por ele informado;
- II – para os imóveis prediais será o endereço do imóvel tributado, podendo o sujeito passivo eleger outro.

**Parágrafo único.** A autoridade tributária poderá recusar o domicílio eleito, quando impossibilita ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do imposto.

#### Seção VI

##### Do Lançamento e Da Notificação

**Art. 99.** O imposto é devido anualmente e será lançado de ofício, com base em elementos cadastrais declarados pelo contribuinte ou apurado pela Administração Tributária.

**Art. 100.** Far-se-á o lançamento do imposto em nome do proprietário, do titular do domínio útil ou do possuidor do imóvel.

**Parágrafo único.** O imposto poderá ser lançado, ainda, em nome de qualquer outro dos sujeitos passivos definidos nesta Lei, e ainda do espólio ou da massa falida, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos demais.

**Art. 101.** A notificação do lançamento será feita, preferencialmente, por edital.

**Parágrafo único.** Considerar-se-á, ainda, notificado o sujeito passivo com a entrega do carnê de pagamento:

- I - em seu domicílio;
- II - pessoalmente nos locais de atendimento ao contribuinte;
- III - por via postal ou por entregadores no endereço do imóvel tributado.

#### Seção VII

##### Do Pagamento

**Art. 102.** O pagamento do imposto será feito na forma e prazos definidos em Regulamento, podendo ser parcelado em até 06 (seis) parcelas mensais e sucessivas.

§ 1º O contribuinte que, em 1º de janeiro de cada exercício, estiver quitado com o IPTU dos exercícios anteriores, terá direito ao desconto de 10% (dez por cento) no pagamento da cota única do exercício.

§ 2º Fica estabelecido em R\$ 20,00 (vinte reais) o valor mínimo de cada cota do parcelamento.

§ 3º O pagamento de uma cota do parcelamento não pressupõe o pagamento de cota anterior.

§ 4º A falta de pagamento do imposto nas datas estabelecidas no regulamento implica na incidência de acréscimos legais previstos no art. 32.

#### Seção VIII

##### Da Isenção

Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgba@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

**LEI**

**Art. 103.** São isentos do imposto:

**I** – o imóvel cedido gratuitamente, em sua totalidade, para o uso da União, do Estado ou do Município.

**II** – o imóvel predial com padrão de construção classificado como popular, cujo valor do imposto não ultrapasse R\$15,00 (quinze reais), conforme definido em regulamento e na Planta Genérica de Valores do Município;

**§ 1º** Perderão os benefícios fiscais da isenção, os imóveis prometidos à venda, a partir do momento em que se constituir o ato.

**§ 2º** O benefício previsto no inciso II, será para aquele proprietário de um único imóvel no território do Município.

#### **Seção IX**

##### **Das Infrações e Penalidades**

**Art. 104.** São infrações as situações a seguir indicadas, passíveis da aplicação das seguintes penalidades básicas:

**I** – no valor de 1% (um por cento) do valor venal do imóvel:

**a)** a falta de comunicação, no prazo de 30 (trinta) dias, da aquisição de propriedade, domínio útil ou posse do imóvel ou de qualquer alteração de dado cadastral que não implique em mudança da base de cálculo ou na alíquota;

**b)** a falta de recadastramento do imóvel, quando determinado pela Administração Tributária;

**II** – no valor de 2% (dois por cento) do valor venal do imóvel, a falta de declaração, no prazo de 30 (trinta) dias, do término de reformas, ampliações, modificações de uso ou de padrão construtivo do imóvel que implique mudança na base de cálculo ou na alíquota;

**III** – no valor de 50% (cinquenta por cento) do imposto devido no exercício:

**a)** o recolhimento com insuficiência, no prazo indicado na legislação, quando apurado em ação fiscal, independentemente da causa;

**b)** o gozo indevido de imunidade ou isenção no pagamento do imposto.

**c)** a falta de comunicação, à Fazenda Pública, de venda e ou transmissão do bem imóvel a qualquer título, pelos proprietários de loteamentos, no prazo superior a 30 (trinta) dias, da data da efetivação do negócio.

**Parágrafo único.** Na ocorrência das circunstâncias agravantes, definidas no art. 61, aplica-se a majoração da pena prevista nesse dispositivo.

#### **CAPÍTULO II**

##### **DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO INTERVIVOS DE BENS IMÓVEIS - ITIV**

#### **Seção I**

##### **Do Fato Gerador e Da Incidência**

*Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgba@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453*



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

LEI

**Art. 105.** O imposto sobre a transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição, tem como fato gerador:

**I** - a transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis, por natureza ou por acessão física, conforme definido no Código Civil;

**II** - a transmissão "inter vivos", por ato oneroso, a qualquer título, de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos de garantia;

**III** - a cessão de direitos relativos às transmissões referidas nos incisos anteriores.

**Art. 106.** A incidência do ITIV alcança as seguintes mutações patrimoniais:

**I** - compra e venda pura ou condicional e atos equivalentes;

**II** - dação em pagamento;

**III** - permuta;

**IV** - arrematação ou adjudicação em leilão, hasta pública ou praça;

**V** - incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica, ressalvados os casos de imunidade e não incidência;

**VI** - transferência do patrimônio de pessoa jurídica para o de qualquer dos sócios, acionistas ou respectivos sucessores;

**VII** - tornas ou reposições que ocorram:

**a)** nas partilhas efetuadas em virtude de dissolução da sociedade conjugal ou morte quando o cônjuge ou herdeiro receber quota-parte dos imóveis situados no Município, cujo valor seja maior do que o da parcela que lhe caberia na totalidade desses imóveis;

**b)** nas divisões para extinção de condomínio de imóvel, quando for recebida por qualquer condômino quota-parte material cujo valor seja maior que a quota-parte ideal;

**VIII** - mandato em causa própria e seus substabelecimentos, quando o instrumento contiver os requisitos essenciais à compra e venda;

**IX** - instituição de fideicomisso;

**X** - enfiteuse e subenfiteuse;

**XI** - rendas expressamente constituídas sobre imóvel;

**XII** - concessão real de uso;

**XIII** - cessão de direitos de usufrutos;

**XIV** - cessão de direitos a usucapião;

**XV** - cessão de direitos do arrematante ou adjudicante, depois de assinado o auto de arrematação ou adjudicação;

**XVI** - acessão física quando houver pagamento de indenização;

**XVII** - cessão de direitos sobre permuta de bens imóveis;

Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgba@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

LEI

**XVIII** - qualquer ato judicial ou extrajudicial inter vivos não especificado neste artigo que importe ou se resolva em transmissão, a título oneroso, de bens imóveis por natureza ou acessão física, ou de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia;

**XIX** - cessão de direitos relativos aos atos mencionados no inciso anterior;

**XX** - cessão de direito do arrematante ou adquirente, depois de assinado o auto de arrematação;

**XXI** - cessão de promessa de venda ou transferência de promessa de cessão, relativa a imóveis, quando se tenha atribuído ao promitente comprador ou ao promitente cessionário o direito de indicar terceiro para receber a escritura decorrente da promessa.

**Parágrafo único.** Equipara-se à compra e venda, para efeitos tributários:

**I** - a permuta de bens imóveis por bens e direitos de outra natureza;

**II** - a permuta de bens imóveis situados no território do Município por outros quaisquer bens situados fora do território do Município.

#### Seção II

#### Da Não Incidência

**Art. 107.** Ressalvado o disposto no artigo seguinte, o imposto não incide sobre a transmissão dos bens ou direitos referidos nos artigos anteriores:

**I** - quando efetuada para sua incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em pagamento de capital nela subscrito;

**II** - quando decorrente da incorporação ou da fusão de uma pessoa jurídica por outra ou com outra.

**§ 1º** O imposto não incide, ainda, sobre a transmissão aos mesmos alienantes, dos bens e direitos adquiridos na forma do inciso I deste artigo, em decorrência da sua desincorporação do patrimônio da pessoa jurídica a que foram conferidos.

**§ 2º** A não incidência referida no inciso I deste artigo está limitada ao valor do capital subscrito, devendo o excedente que constituir crédito do subscritor ou de terceiros, ser oferecido à tributação.

**Art. 108.** Não se aplica o disposto no artigo anterior quando a atividade do adquirente ou sua atividade preponderante for a compra e venda, locação ou arrendamento mercantil de imóveis, ou a cessão de direitos relativos à sua aquisição.

**§ 1º** Considera-se caracterizada atividade preponderante quando mais de 50 % (cinquenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica adquirente, nos dois anos anteriores e nos dois anos subsequentes à aquisição, decorrer de transações mencionadas no *caput* deste artigo.

**§ 2º** Se a pessoa jurídica adquirente iniciar suas atividades após a aquisição, ou menos de 2 (dois) anos antes dela, apurar-se-á a preponderância referida no parágrafo anterior, levando em conta os 3 (três) primeiros anos seguintes à data da aquisição.

**§ 3º** Não havendo receita operacional prevalecerá como atividade preponderante quaisquer das previstas no contrato social.

**§ 4º** Verificada a preponderância referida neste artigo, tornar-se-á devido o imposto, nos termos da lei vigente à data da aquisição, sobre o valor do bem ou direito nessa data.

Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgba@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

**LEI**

§ 5º O disposto neste artigo não se aplica quando a transmissão de bens ou direitos for realizada em conjunto com a da totalidade do patrimônio da pessoa jurídica alienante.

### Seção III

#### Do Lançamento

**Art. 109.** O lançamento do imposto será feito com base na declaração do contribuinte ou de ofício pela autoridade administrativa.

**Art. 110.** Quando a Administração Tributária não concordar com o valor venal declarado pelo contribuinte promoverá a avaliação de ofício buscando o valor efetivo de mercado do bem ou direito.

§ 1º A avaliação de ofício nunca poderá ser inferior ao valor venal utilizado para o IPTU.

§ 2º Fica ressalvado ao contribuinte o direito de contraditar a avaliação de ofício, desde que acompanhada de laudo técnico de avaliador cadastrado em instituição pública.

### Seção IV

#### Da Base de Cálculo e Das Alíquotas

**Art. 111.** A base de cálculo do imposto é o valor:

I - dos bens ou direitos transmitidos, nas transmissões em geral;

II - do maior lance, na arrematação judicial ou administrativa, adjudicação, remição ou leilão, ressalvada a hipótese prevista no parágrafo único deste artigo.

**Parágrafo único.** Na arrematação judicial ou administrativa, bem como nas hipóteses de adjudicação, remição ou leilão, a base de cálculo do ITIV não poderá ser inferior ao valor da avaliação judicial e, não havendo esta, ao valor da avaliação administrativa.

**Art. 112.** Apurada a base de cálculo, o imposto será calculado mediante aplicação das seguintes alíquotas:

- I- 1% (um por cento) para os imóveis populares, conforme definido em regulamento;
- II- 2% (dois por cento) para as demais situações.

### Seção V

#### Do Sujeito Passivo

**Art. 113.** O contribuinte do imposto é o adquirente, o cessionário ou os permutantes do bem ou direitos transmitidos.

**Art. 114.** Responde solidariamente pelo pagamento do imposto:

I - o transmitente;

II - o cedente;

III - o tabelião, escrivão, oficiais de registro de imóveis e demais serventuários de ofício, relativamente aos atos por eles, ou perante eles praticados, em razão de seu ofício ou pelas omissões de sua responsabilidade.

### Seção VI

#### Do Pagamento e Da Restituição

**Art. 115.** O imposto será recolhido, em parcela única:

*Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgb@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453*



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

LEI

I - antes da realização do ato ou da lavratura do instrumento público ou particular que configurar a ocorrência de quaisquer das hipóteses elencadas no art. 106, exceto as previstas no inciso II deste artigo;

II – em até 30 (trinta) dias:

a) nas transmissões realizadas em virtude de sentença judicial, contados da sentença que houver homologado seu cálculo.

b) nas tornas ou reposições em que sejam interessados incapazes, contados da data em que se der a concordância do Ministério Público;

c) na arrematação ou adjudicação, contados da data em que tiver sido assinado o ato ou deferida a adjudicação, ainda que haja recurso pendente;

d) nas promessas de compra e venda de unidade imobiliária para entrega futura do imóvel, contados da data da assinatura do contrato;

**Art. 116.** O imposto será restituído, no todo ou em parte nas seguintes hipóteses:

I - quando não se realizar o ato ou contrato em virtude do qual houver sido pago;

II - quando declarada a nulidade do ato ou contrato em virtude do qual o imposto houver sido pago em decisão judicial passada em julgado;

III - quando pago a maior.

**Parágrafo único.** Regulamento definirá os procedimentos a serem observados nas restituições.

#### Seção VII

##### Da Isenção

**Art. 117.** Fica isenta do imposto:

I - a transmissão da única unidade imobiliária edificada residencial, considerada popular, conforme definido em regulamento, que faça parte do programa minha casa minha vida.

#### Seção VIII

##### Das Infrações e Das Penalidades

**Art. 118.** São infrações as situações a seguir indicadas, passíveis de aplicação da multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o imposto devido;

I – a falta ou recolhimento com insuficiência do imposto, quando apurada em ação fiscal;

II - ações ou omissões que induzam à falta de lançamento do imposto ou o recolhimento com insuficiência;

**Art. 119.** No valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por mês, a não entrega da Declaração sobre Operações Imobiliárias – DOI, pelos serventuários da justiça, responsáveis por Cartório de Notas, de Registro de Imóveis e de Títulos e Documentos.

**Parágrafo único.** Na ocorrência das circunstâncias agravantes, definidas no art. 61, aplicam-se a majoração da pena prevista nesse dispositivo.

#### Seção IX

Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgba@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

**LEI**

#### **Outras Disposições**

**Art. 120.** Não serão lavrados, registrados, inscritos ou averbados pelos Notários, Oficiais de Registro de Imóveis ou seus prepostos, os atos e termos relacionados com a transmissão de bens imóveis, localizados no território deste Município, ou de direitos a eles relativos, sem a prova do pagamento do imposto ou do reconhecimento administrativo da não incidência, da imunidade e da concessão de isenção.

§ 1º Os serventuários da justiça, responsáveis por Cartório de Notas, de Registro de Imóveis e de Títulos e Documentos, estão obrigados a fazer comunicação, à Secretaria Municipal de Finanças, dos documentos lavrados, anotados, matriculados, registrados e averbados em seus cartórios e que caracterizem aquisição ou alienação de imóveis, realizada por pessoa física ou jurídica, independentes de seu valor, através da Declaração sobre Operações Imobiliárias - DOI, conforme modelo estabelecido pela Receita Federal do Brasil através da Instrução Normativa nº. 995/10.

§ 2º O valor da operação imobiliária será aquele informado pelas partes ou, na ausência deste, o valor que serviu de base para o cálculo do imposto.

§ 3º A DOI deve ser apresentada até o último dia útil do mês subsequente ao da lavratura, anotação, matrícula, registro e averbação do ato.

§ 4º As declarações gravadas devem ser apresentadas pela Internet, utilizando-se a última versão do programa de transmissão de dados da Secretaria Municipal de Finanças.

#### **CAPÍTULO III**

#### **DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISS**

##### **Seção I**

##### **Do Fato Gerador, Da Incidência e Da Não Incidência**

**Art. 121.** O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS tem como fato gerador a prestação de serviços relacionados na Lista de Serviços, Anexo I desta Lei, ainda que esses serviços não se constituam como atividade preponderante do prestador ou que envolvam fornecimento de mercadorias, salvo as exceções expressas na própria Lista.

§ 1º O imposto incide também sobre:

I - o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;

II - o serviço prestado mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

§ 2º O imposto não incide sobre:

I - a exportação de serviço para o exterior do País;

II - a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados;

*Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgba@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453*



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

LEI

III - o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras;

IV - o ato cooperativo praticado por sociedade cooperativa.

§ 3º Não se enquadra no disposto no inciso I do § 1º o serviço desenvolvido no Brasil, cujo resultado se verifique neste Município, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

§ 4º A incidência do imposto independe:

I - da denominação dada ao serviço prestado;

II - da existência de estabelecimento fixo;

III - do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativas à atividade ou prestação dos serviços, sem prejuízo de penalidades cabíveis;

IV - do recebimento do preço;

V - do resultado econômico da prestação;

VI - do caráter permanente ou eventual da prestação;

VII - da destinação dos serviços, exceto o disposto no inciso I, do § 2º deste artigo.

**Art. 122.** Considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto quando da prestação do serviço.

§ 1º Quando se tratar dos serviços prestados por profissional autônomo, considera-se ocorrido o fato gerador:

a) em 1º de janeiro de cada exercício civil, para os contribuintes já inscritos;

b) na data do início da atividade, para os contribuintes que se inscreverem no curso do exercício civil.

§ 2º Havendo antecipação de pagamento de serviços, considera-se devido o imposto no momento do seu recebimento;

§ 3º Quando se tratar de retenção na fonte por entidades ou órgãos da administração direta, autarquias e fundações do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal, considera-se devido o imposto na data do pagamento dos serviços.

**Art. 123.** Para efeito da ocorrência do fato gerador, considera-se prestado o serviço e devido o imposto no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXIV, quando o imposto será devido no local:

I - do estabelecimento do tomador ou do intermediário do serviço, ou na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação tenha se iniciado no exterior do País;

II - da instalação de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.05 da Lista de Serviços, anexa a esta Lei;

III - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09;

IV - da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.19 da Lista de Serviços, anexa a esta Lei;

Prefeitura Municipal de Capim Grosso - Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgba@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

**LEI**

- V** - da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da Lista de Serviços, anexa a esta Lei;
- VI** - das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da Lista de Serviços, anexa a esta Lei;
- VII** - da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da Lista de Serviços, anexa a esta Lei;
- VIII** - da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da Lista de Serviços, anexa a esta Lei;
- IX** - da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da Lista de Serviços, anexa a esta Lei;
- X** - do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da Lista de Serviços, anexa a esta Lei;
- XI** - o florestamento, reflorestamento, sementeira, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16 da Lista de Serviços, anexa a esta Lei;
- XII** - da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.17 da Lista de Serviços, anexa a esta Lei;
- XIII** - da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.18 da Lista de Serviços, anexa a esta Lei;
- XIV** - do domicílio do tomador do serviço do subitem 10.04;
- XV** - onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da Lista de Serviços, anexa a esta Lei;
- XVI** - onde se encontrem os bens, os semoventes ou no local do domicílio das pessoas vigiadas, seguradas ou monitoradas, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da Lista de Serviços, anexa a esta Lei;
- XVII** - do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da Lista de Serviços, anexa a esta Lei;
- XVIII** - da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos no item 12, exceto o subitem 12.13, da Lista de Serviços, anexa a esta Lei;
- XIX** - do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01;
- XX** - do domicílio do tomador do serviço do subitem 15.09;
- XXI** - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da Lista de Serviços, anexa a esta Lei;

Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgba@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

**LEI**

**XXII** - do estabelecimento do tomador da mão-de-obra, ou na falta do estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da Lista de Serviços, anexa a esta Lei;

**XXIII** - da feira, exposição, congresso ou congênere a que se referir o planejamento, a organização e a administração, no caso dos serviços descritos no subitem 17.10 da Lista de Serviços, anexa a esta Lei;

**XXIV** - dos serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários, descritos no item 20 da Lista de Serviços, anexa a esta Lei, ressalvado o disposto no § 1º;

**§ 1º** No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.04 da Lista de Serviços, anexa a esta Lei, considera-se ocorrido o fato gerador e devido, neste Município, o imposto proporcionalmente à extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.

**§ 2º** No caso dos serviços descritos nos subitens 10.04 e 10.05, o valor do imposto é devido ao Município declarado como domicílio tributário da pessoa jurídica ou física tomadora do serviço, conforme informação prestada por este.

**§ 3º** No caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito e débito, descritos no subitem 15.01, os terminais eletrônicos ou as máquinas das operações efetivadas deverão ser registradas no local do domicílio do tomador do serviço.

**§ 4º** Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no local do estabelecimento prestador dos serviços executados em águas marítimas, excetuados os descritos no subitem 20.01 da Lista de Serviços, anexa a esta Lei.

**§ 5º** No caso dos serviços a que se refere o item 22.01 da Lista de Serviços, anexa a esta Lei, considera-se ocorrido o fato gerador e devido, neste Município, o imposto proporcionalmente à extensão de rodovia nele explorada.

**§ 6º** Para os efeitos desta Lei, considera-se administradora de cartões de crédito e débito:

I - em relação aos titulares dos cartões de crédito e débito, a pessoa jurídica emissora dos respectivos cartões;

II - em relação aos estabelecimentos credenciados, a pessoa jurídica responsável pela administração da rede de estabelecimentos, bem assim pela captura e transmissão das transações dos cartões de crédito e débito.

**Art. 124.** É irrelevante para a configuração do estabelecimento prestador:

I - se a atividade de prestar serviços é de modo permanente ou temporário;

II - as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

**Art. 125.** Consideram-se estabelecidas neste Município as pessoas físicas e/ou jurídicas que se enquadrem nas hipóteses prevista nesta Lei.

## Seção II

### Da Base de Cálculo

**Art. 126.** A base de cálculo do imposto é o preço do serviço.

*Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgb@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

**LEI**

**§ 1º** Considera-se preço do serviço a receita bruta mensal resultante da prestação de serviços, mesmo que não tenha sido recebida.

**§ 2º** Constituem parte integrante do preço:

**I** - os valores acrescidos e os encargos de qualquer natureza, ainda que de responsabilidade de terceiros;

**II** - os ônus relativos à concessão de crédito, ainda que cobrados em separado, na hipótese de prestação de serviços a prazo, sob qualquer modalidade;

**III** - todos os tributos incidentes diretamente na base de cálculo;

**IV** - os descontos condicionados, abatimentos ou deduções, ressalvado o disposto no § 5º deste artigo.

**§ 3º** Quando a contraprestação se verificar através da troca de serviços ou o seu pagamento for realizado mediante o fornecimento de mercadorias, bens ou serviços de qualquer natureza, o preço dos serviços, para base de cálculo do imposto, será o preço corrente na praça da mercadoria, bem ou serviço fornecido.

**§ 4º** Quando se tratar dos serviços descritos no subitem 3.03 da Lista de Serviços, anexa a esta Lei, a base de cálculo será proporcional à extensão da ferrovia, rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, cabos de qualquer natureza, ou ao número de postes, existentes neste Município.

**§ 5º** Na prestação dos serviços a que se refere o subitens 4.22 e 4.23 da Lista de Serviços, anexa a esta Lei, a base de cálculo do imposto será o preço do serviço de plano de saúde, compreendido como a diferença entre os valores cobrados de seus clientes e os valores repassados, em decorrência desses planos, a hospitais, clínicas, laboratórios de análises, de patologia, de eletricidade médica, ambulatórios, prontos-socorros, casas de saúde e de recuperação, banco de sangue, de pele, de olhos, de sêmen e congêneres, bem como a profissionais autônomos que prestem serviços descritos nos demais subitens do item 4 da Lista de Serviços anexa a esta Lei, desde que comprovado pela respectiva Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e ou Nota Fiscal do Tomador/Intermediário de Serviço Eletrônica - NFTS-e."

**§ 6º** Na prestação dos serviços a que se referem os subitens 7.02 e 7.05 da Lista de Serviços, anexa a esta Lei, a base de cálculo é o preço do serviço deduzido do preço dos materiais fornecidos pelo prestador do serviço, desde que aplicados e incorporados à obra, conforme disposto em regulamento.

**§ 7º** Não compõe a base de cálculo do ISS relativo aos serviços descritos no subitem 21.01 da Lista de Serviços anexa a esta Lei, os repasses:

**I** - ao Estado, em decorrência da Taxa de Fiscalização Judiciária;

**II** - à Defensoria Pública do Estado da Bahia;

**III** - ao Fundo Especial de Compensação - FECOM;

**IV** - ao Fundo de Modernização da Procuradoria Geral do Estado."

**Art. 127.** Quando se tratar de prestação de serviços sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, o imposto será calculado pela aplicação da alíquota sobre uma base de cálculo estimada, conforme Tabela de Receita nº II, anexa a esta Lei.

**§ 1º** Para efeito de aplicação deste artigo, considera-se como forma de trabalho pessoal, sob a denominação de profissional autônomo:

*Prefeitura Municipal de Capim Grosso - Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgba@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

LEI

I - o profissional liberal, assim considerado todo aquele que realiza trabalho ou ocupação intelectual (científica, técnica ou artística), de nível superior ou a este equiparado, com objetivo de lucro ou remuneração;

II - o profissional não liberal compreendendo todo aquele que, embora não tenha diploma de nível superior, desenvolva atividade lucrativa de forma autônoma.

§ 2º O disposto no parágrafo anterior não se aplica aos profissionais autônomos que:

I - prestem serviços alheios ao exercício da profissão para a qual sejam habilitados;

II - utilizem mais de 02 (dois) empregados, a qualquer título, na execução direta ou indireta dos serviços por ele prestados;

III - não estejam cadastrados no Município como tal.

**Art. 128.** Quando se tratar da prestação dos serviços a que se referem os sub-ítem 4.01, 4.06, 4.08, 4.09, 4.10, 4.11, 4.12, 4.15, 4.16, 5.01, 7.01, 17.14, 17.19, 27.01, 29.01 e 30.01 da lista de serviços anexa, e estes forem prestados por sociedades de profissionais, o imposto será calculado em função de cada profissional habilitado, sócio, empregado ou não, que preste o serviço em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal, nos termos da lei aplicável, e desde que a sociedade atenda aos seguintes requisitos:

I – constituam-se como sociedades civis de trabalho profissional, sem cunho empresarial;

II – não sejam constituídas sob forma de sociedade anônima, limitada ou de outras sociedades empresárias ou a elas equiparadas;

III – explorem uma única atividade de prestação de serviços, para a qual os sócios estejam habilitados profissionalmente e que corresponda ao objeto social da empresa;

IV – não possuam pessoa jurídica como sócio;

V – não sejam sócias de outra sociedade;

VI – não tenham sócios que delas participe tão somente para aportar capital ou administrar;

VII – não terceirizem ou não repassem a terceiros os serviços relacionados à atividade da sociedade;

VIII – não sejam filiais, sucursais, agências, escritórios de representação ou contato, ou qualquer outro estabelecimento descentralizado ou relacionado à sociedade sediada no exterior.

§ 1º Os prestadores de serviço de que trata este artigo são obrigados à emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica ou outro documento exigido pela Secretaria Municipal de Finanças.

§ 2º Aplicam-se aos prestadores de serviços indicados neste artigo, no que couber, as demais normas da legislação municipal do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS.

§ 3º Para fins do disposto no inciso II deste artigo, são consideradas sociedades empresárias aquelas que tenham por objeto o exercício de atividade própria de empresário sujeito à inscrição no Registro Público das Empresas Mercantis, nos termos dos artigos 966 e 982 do Código Civil.

Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgba@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

LEI

§ 4º Equiparam-se às sociedades empresárias, para fins do disposto no inciso II deste artigo, aquelas que, embora constituídas como sociedade simples, assumam caráter empresarial, em função de sua estrutura ou da forma da prestação dos serviços.

§ 5º As sociedades de que trata este artigo são aquelas cujos profissionais (sócios, empregados ou não) são habilitados ao exercício da mesma atividade e prestam serviços de forma pessoal, em nome da sociedade, assumindo responsabilidade pessoal, nos termos da legislação específica.

§ 6º Os incisos I e VII do caput e o § 4º deste artigo não se aplicam às sociedades de profissionais em relação aos quais sejam vedadas, pela legislação específica, a forma ou características mercantis e a realização de quaisquer atos de comércio.

#### Subseção I

##### Da Estimativa da Base de Cálculo

**Art. 129.** Nas prestações de serviços de difícil controle ou fiscalização a base de cálculo poderá ser estimada, conforme critérios estabelecidos em Ato do Poder Executivo.

**Art. 130.** Os critérios para aplicação do regime de estimativa da base de cálculo deverão ser publicados até o último dia útil do mês de setembro de cada exercício, para vigência nos exercícios seguintes.

**Parágrafo único.** O Chefe do Poder Executivo atualizará monetariamente os valores estimados, com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo-Especial – IPCA-E apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

**Art. 131.** Os sujeitos passivos abrangidos pelo regime de estimativa poderão impugnar os critérios estabelecidos, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados na data de publicação.

**Parágrafo único.** A Administração Tributária priorizará analisar a impugnação e responde-la em até 90 (noventa) dias, contados de sua interposição.

**Art. 132.** Poderá, o sujeito passivo alcançado pelo regime de estimativa, optar pelo regime normal de tributação, desde que:

I – peticione a opção em até 20 (vinte) dias úteis, após a publicação dos critérios da estimativa;

II – apresente, referente aos 2 (dois) anos anteriores e enquanto vigorar o regime de estimativa:

- a) Livro Diário e Razão, revestidos das formalidades legais;
- b) Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica;
- c) documentos e extratos de movimentação financeira e bancária.

**Art. 133.** Poderá o Chefe do Poder Executivo dispensar a utilização e apresentação de livros contábeis e fiscais e a obrigatoriedade de emissão de notas fiscais para sujeitos passivos alcançados pelo regime de estimativa.

**Art. 134.** Fica, ainda, autorizado o Chefe do Poder Executivo a estabelecer critérios de estimativa da base de cálculo para as atividades de pequena expressão econômico-financeira ou de rudimentar organização.

#### Subseção II

##### Do Arbitramento da Base de Cálculo

Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgba@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

**LEI**

**Art. 135.** A base de cálculo do imposto será apurada mediante arbitramento quando:

**I** - o contribuinte não dispuser de elementos de contabilidade ou de qualquer outro dado que comprove a exatidão do montante da matéria tributável;

**II** - recusar-se o contribuinte a apresentar ao servidor fiscal os livros da escrita comercial ou fiscal e documentos outros indispensáveis à apuração da base de cálculo, ou não possuir os livros ou documentos fiscais, inclusive nos casos de perda, extravio ou inutilização;

**III** - o exame dos elementos fiscais ou contábeis levar à convicção da existência de fraude ou indício de sonegação;

**IV** - forem omissos ou não mereçam fé as declarações, os esclarecimentos prestados ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo;

**§1º** Na hipótese de arbitramento será obrigatória a lavratura de termo de fiscalização circunstanciado em que o servidor fiscal indicará, de modo claro e preciso, os critérios que adotou para arbitrar a base de cálculo do tributo, observado o disposto em Regulamento.

**§2º** Do imposto apurado com base na receita arbitrada, para cada período ou exercício, serão deduzidos os valores que já tenham sido objeto de lançamento e os efetivamente recolhidos.

### Seção III

#### Do Cálculo do Imposto e Das Alíquotas

**Art. 136.** O valor do imposto será calculado aplicando-se à base de cálculo a alíquota correspondente, na forma da Tabela nº II, anexa a esta Lei.

**Art. 137.** Na hipótese de prestação de serviços enquadráveis em mais de um dos itens a que se refere a Lista de Serviços, anexa a esta Lei, o imposto será calculado de acordo com as alíquotas respectivas, na forma da Tabela de Receita nº II.

**Parágrafo único.** O contribuinte deverá apresentar escrituração idônea que permita diferenciar as receitas específicas, enquadráveis em cada um dos itens a que se refere a Lista de Serviços, sob pena do imposto ser calculado mediante a aplicação, para os diversos serviços, da alíquota mais elevada.

### Seção IV

#### Do Contribuinte e do Responsável

**Art. 138.** Contribuinte do imposto é o prestador de serviços, com ou sem estabelecimento fixo, regularmente constituído ou não.

**Art. 139.** São responsáveis solidários, na condição de substituto tributário, independentemente de efetuarem a retenção na fonte do imposto:

**I** - o tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;

**II** - a pessoa física ou jurídica tomadora de serviço que lhe sejam prestados sem a emissão de nota fiscal, quando obrigatória;

**III** - empresas públicas e sociedades de economia mista do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal;

**IV** - as instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central;

*Prefeitura Municipal de Capim Grosso - Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgba@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

**LEI**

- V** – as concessionárias e permissionárias de serviços públicos;
- VI** – as indústrias e agroindústrias não optantes do Simples Nacional;
- VII** – os produtores rurais, pessoas físicas ou jurídicas;
- VIII** – a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.05, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.14, 7.15, 7.16, 7.17, 7.19, 11.02, 17.05 e 17.10 da lista anexa.
- IX** – as concessionárias de veículos;
- X** – os frigoríficos;
- XI** – os hospitais;
- XII** – as empresas de construção civil;
- XIII** – as empresas atacadistas;
- XIV** – as empresas mineradoras;
- XV** – as transportadoras não optantes do Simples Nacional.
- Art. 140.** Ficam obrigados a efetuar a retenção na fonte e o recolhimento do imposto sejam na situação de contratantes, fontes pagadoras ou intermediárias de serviços:
- I** – a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos incisos II, IV a XVIII e XXI a XXIV do art. 123 desta Lei, quando o prestador de serviço não for estabelecido no Município de Capim Grosso;
- II** – as pessoas jurídicas beneficiadas por imunidade ou isenção;
- III** – as entidades ou órgãos da administração direta, autarquias e fundações do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.
- § 1º** Fica autorizado o prestador ou tomador do serviço a considerar dedução de até 30% (trinta por cento), na base de cálculo, quando se tratar de serviços descritos nos subitens 7.02 e 7.05 da Lista de Serviços, anexa a esta Lei, e houver o fornecimento de materiais, na hipótese do art. 126, § 5º desta Lei, independentemente de comprovação do montante deduzido.
- § 2º** Fica o tomador do serviço obrigado a entregar ao prestador do serviço o Recibo de Retenção na Fonte.
- § 3º** Não havendo a retenção na fonte pelo tomador, o prestador de serviço deve recolher o imposto com os acréscimos previstos no art. 32.
- § 4º** O prestador do serviço é responsável solidário pelo cumprimento total ou parcial da obrigação tributária, quando der causa à falta ou insuficiência no recolhimento pelo substituto tributário.
- Art. 141.** Não será efetuada a retenção na fonte, exceto pelos entes públicos municipais:
- I** – nos serviços prestados por:
- a)** profissional autônomo que comprovar, ao tomador do serviço, sua regularização no Cadastro Fiscal deste Município;
- b)** contribuinte sujeito à estimativa da base de cálculo.
- II** – quando o prestador do serviço utilizar a Nota Fiscal Avulsa;

Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgba@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

**LEI**

III –quando o contribuinte for optante do Simples Nacional.

#### **Seção V**

##### **Do Lançamento e Do Pagamento**

**Art. 142.** O lançamento do imposto é mensal e efetuado:

I - por declaração, na emissão da nota fiscal de prestação de serviço eletrônica, da nota fiscal tomadora de serviço ou em outro documento auxiliar da nota fiscal que seja criado por ato do Chefe do Poder Executivo;

II - de ofício, nos casos de tributação pelo regime de estimativa ou no caso de imposto apurado através de ação fiscal.

**Art. 143.** O imposto será pago na forma, prazos e condições estabelecidas em Regulamento.

#### **Seção VI**

##### **Do Documentário Fiscal**

**Art. 144.** Os sujeitos passivos do imposto ficam obrigados a:

I - manter em uso, escrita fiscal e contábil, destinada ao registro dos serviços prestados, ainda que não tributados;

II – emitir os documentos fiscais exigidos em cada operação.

**Art. 145.** Ficam instituídos os seguintes documentos:

I - Nota Fiscal de Prestação de Serviços - NFPS;

II - Nota Fiscal Fatura de Serviços - NFFS;

III - Nota Fiscal de Serviço Eletrônica – NFS-e;

IV – Nota Fiscal do Tomador/Intermediário de Serviços Eletrônica – NFTI-e;

V - Cupom Fiscal - CF;

VI – Nota Fiscal Avulsa – NFA;

VII - Recibo de Retenção na Fonte - RRF;

VIII – Recibo Provisório de Serviço - RPS;

§ 1º O Poder Executivo poderá instituir outros livros e documentos fiscais para controle da atividade do contribuinte e do responsável.

§ 2º Os modelos, formas, regimes e obrigação de utilização, prazos de validade e obrigação de autenticação dos documentos e livros fiscais serão disciplinados em Ato do Poder Executivo, que poderá prever a dispensa de sua emissão ou utilização;

§ 3º As informações prestadas pelo contribuinte Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e e na Nota Fiscal do Tomador/Intermediário de Serviços Eletrônica – NFTI-e relativas ao ISS devido têm caráter declaratório, constituindo-se confissão de dívida e instrumento hábil e suficiente para a cobrança administrativa do imposto que não tenha sido recolhido ou para a cobrança da diferença de recolhimento a menor

*Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgba@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada  
Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

LEI

**Art. 146.** Constituem instrumentos auxiliares de escrita fiscal, sem prejuízo de outros documentos que sejam julgados necessários, de exibição obrigatória à Autoridade Administrativa Fiscal:

I - os livros de contabilidade em geral do contribuinte, tanto os de uso obrigatório quanto os auxiliares;

II - os documentos fiscais, as guias de pagamento de tributos, ainda que devidos a outros entes da federação;

III - demais documentos contábeis relativos às operações do contribuinte, ainda que pertencentes ao arquivo de terceiros, que se relacionem direta ou indiretamente, com os lançamentos efetuados na escrita fiscal ou comercial do contribuinte ou responsável.

**Art. 147.** Os documentos e livros fiscais e contábeis e os instrumentos auxiliares da escrita fiscal são de exibição obrigatória ao servidor fiscal.

§ 1º Os livros fiscais e os instrumentos auxiliares da escrita fiscal devem ser exibidos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do termo de requisição.

§ 2º Em caso de perda, extravio, furto ou roubo de documentos e livros fiscais, o sujeito passivo fica obrigado a comunicar o fato à Administração Tributária, no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, apresentando as provas necessárias, conforme definido em Ato do Poder Executivo.

**Seção VII**

**Das Isenções**

**Art. 148.** São isentos do imposto a empresa pública e a sociedade de economia mista deste município.

**Seção VIII**

**Das Infrações e Das Penalidades**

**Art. 149.** São infrações as seguintes situações, passíveis da aplicação das respectivas penalidades:

I – no valor de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto devido, quando apurada em ação fiscal, a falta ou insuficiência no recolhimento do imposto, após o prazo previsto no calendário fiscal;

II – no valor de 100% (cem por cento) do imposto devido, quando apurada em ação fiscal:

a) a falta de recolhimento de imposto retido na fonte, no prazo previsto no calendário fiscal;

b) a existência de fraude ou indício de sonegação, em face do exame dos elementos fiscais ou contábeis, que resultem em tributação inferior ao efetivamente devido;

III - no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais), para cada documento, até o limite de R\$ 1.250,00 (um mil, duzentos e cinquenta reais) por mês, a:

a) não entrega de documento fiscal ou documento que os substituam, quando emitido;

b) emissão de documento fiscal ou documento que os substituam, após o vencimento do prazo de validade;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

LEI

c) emissão de documento fiscal ou documento que os substituam, sem preenchimento de quaisquer dos campos obrigatórios, definidos em regulamento do Poder Executivo;

**IV** – no valor de 75% (setenta e cinco por cento) do valor do imposto devido, com imposição mínima de R\$ 200,00 (duzentos reais):

a) a prestação de serviço sem a devida emissão de documento fiscal, por serviço;

b) a prestação de serviço com emissão de documento fiscal fora do prazo de validade, sem autorização ou em desacordo com o modelo autorizado, por documento;

c) a falta de retenção na fonte pelos tomadores de serviços discriminados no art. 140 desta Lei, por serviço tomado.

**V** – no valor de 75% (setenta e cinco por cento) do valor do imposto devido, com imposição mínima de R\$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais):

a) a falta de conservação de documento fiscal, que o torne ilegível ou prejudique seu exame, até que ocorra a decadência ou prescrição

b) a falta de entrega ao prestador do devido recibo de retenção na fonte;

c) o uso de documentário fiscal de prestação de serviço, na prestação de serviço não constante da Lista de Serviços, exceto quando da locação de bens móveis.

**VI** - no valor de R\$ 40,00 (quarenta reais), por mês não declarado, a falta de declaração do contribuinte:

a) quando não tenha exercido atividade tributável no mês;

b) de que o imposto devido no mês tenha sido retido na fonte;

**VII** – no valor de R\$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais), por evento, o descumprimento de qualquer obrigação acessória prevista neste Capítulo e não especificada neste artigo.

**VIII** - no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), a falta de:

a) autorização para utilização de equipamento emissor de cupom fiscal ou a sua utilização sem lacre e/ou sem etiqueta, por equipamento, por estabelecimento e por mês;

b) a falta de comunicação à Administração Tributária de intervenção técnica no equipamento emissor de cupom fiscal, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da finalização da intervenção, por equipamento e por estabelecimento;

c) a falta de autorização para impressão ou utilização de ingressos, ou equivalente, que permitam o acesso a espetáculo de diversão pública, por espetáculo ou apresentação e por grupo de 100 ingressos ou equivalente;

d) a falta de comunicação à Administração Tributária, no prazo de 30 (trinta) dias, da perda, extravio, furto ou roubo de documento fiscal.

**Parágrafo único.** Quando se tratar de contribuinte sujeito ao pagamento do ISS através do Simples Nacional aplicar-se-ão as multas previstas na legislação federal.

**XIX** - no valor de R\$ 1.250,00 (um mil, duzentos e cinquenta reais), o embaraço à ação fiscal.

**CAPÍTULO IV**

Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgba@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

LEI

#### DAS TAXAS MUNICIPAIS

**Art. 150.** As Taxas têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.

##### Seção I

##### Das Taxas de Poder de Polícia

##### Subseção I

##### Da Taxa de Licença de Localização - TLL

**Art. 151.** A Taxa de Licença de Localização – TLL tem como fato gerador o licenciamento obrigatório de estabelecimentos quanto às normas administrativas constantes do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, do Código Urbanístico e Ambiental e do Código de Polícia Administrativa relativas ao saneamento da cidade, ao controle e ordenamento das atividades urbanas, à higiene, costumes, tranqüilidade e segurança pública.

**§1º** Inclui-se na incidência da Taxa o exercício de atividades decorrentes de profissão, arte, ofício ou função.

**§2º** Para efeito de aplicação deste artigo, considera-se estabelecimento o local, ainda que residencial, do exercício de qualquer das atividades nele abrangidas.

**§3º** Consideram-se estabelecimentos distintos, para efeito de incidência da Taxa:

I - os que, embora no mesmo local, ainda que com idêntico ramo de negócio, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;

II - os que embora sob as mesmas responsabilidades e ramo de negócio, estejam situados em locais diferentes.

**Art. 152.** A Taxa é devida pelas diligências para verificar as condições para localização do estabelecimento quanto aos usos existentes no entorno e sua compatibilidade com o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, do Código Urbanístico e Ambiental e do Código de Polícia Administrativa.

**Art. 153.** A Taxa será calculada de acordo com a Tabela de Receita n° III, anexa a esta Lei e o lançamento far-se-á com base na declaração do contribuinte ou de ofício, de acordo com os critérios e normas previstos em Ato do Poder Executivo.

**Parágrafo único.** A Taxa será paga de uma só vez, antes do licenciamento da atividade, conforme critérios definidos em Ato do Poder Executivo.

**Art. 154.** São isentos da Taxa:

I – a atividade de artífice ou artesão exercida em sua própria residência, sem empregado;

II – a empresa pública e a sociedade de economia mista deste município.

III – os órgãos da administração direta, autarquias e fundações municipais.

IV – o micro-empendedor individual – MEI, conforme definido na Lei Complementar Federal n° 128/2008;

**Art. 155.** São infrações as situações a seguir indicadas, passíveis de aplicação das seguintes penalidades:

Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgb@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

LEI

I - no valor de 100% (cento por cento) do tributo:

a) a falta de informações para fins de lançamento, combinada com a prática de ato que configure qualquer das circunstâncias agravantes previstas no art. 61 desta Lei.

b) do valor da taxa devida aos que recolherem a Taxa de Licença para Localização em decorrência da ação fiscal ou fora do prazo estabelecido em regulamento municipal.

II - do valor da taxa devida, aos que estabelecerem ou iniciarem qualquer atividade, sem prévia licença de localização;

III - no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais):

a) aos que recusarem a exibição do alvará de Licença, sonegarem documentos para apuração do valor taxa;

b) a falta de pedido de nova vistoria no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da alteração contratual, sempre que houver mudança de local de estabelecimento, de atividade ou ramo de atividade e, inclusive a adição de outros ramos de atividades, endereço ou responsáveis, concomitantemente com aqueles já permitidos.

#### Subseção II

#### Da Taxa de Fiscalização do Funcionamento - TFF

**Art. 156.** A Taxa de Fiscalização do Funcionamento – TFF tem como fato gerador o poder de polícia para a fiscalização de estabelecimentos quanto ao cumprimento das normas administrativas constantes do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, do Código Urbanístico e Ambiental e do Código de Polícia Administrativa relativas ao ordenamento do uso e ocupação do solo, à higiene, costumes, tranquilidade e segurança pública.

§1º Inclui-se na incidência da TFF o exercício de atividades decorrentes de profissão, arte, ofício ou função.

§2º Para efeito de aplicação deste artigo, considera-se estabelecimento o local, ainda que residencial, do exercício de qualquer das atividades nele abrangidas.

§3º Consideram-se estabelecimentos distintos, para efeito de incidência da Taxa:

I - os que, embora no mesmo local, ainda que com idêntico ramo de negócio, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;

II - os que embora sob as mesmas responsabilidades e ramo de negócio, estejam situados em locais diferentes.

**Art. 157.** Considera-se ocorrido o fato gerador da Taxa:

I - a 1º de janeiro de cada exercício civil, para contribuintes já inscritos;

II - na data do início da atividade, para os contribuintes que se inscreverem no curso do exercício civil, calculada proporcionalmente aos meses restantes do exercício, contados a partir do mês do pedido de inscrição ou da inscrição de ofício.

**Parágrafo único.** Considera-se em funcionamento o estabelecimento ou exploração de atividades até a data de entrada do pedido de baixa, ressalvada a prova em contrário.

Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgba@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

LEI

**Art. 158.** A Taxa será calculada de acordo com as Tabelas de Receitas nº IV, anexa a esta Lei, e o lançamento se dará com base na declaração do contribuinte ou de ofício, de acordo com os critérios e normas previstos em Ato do Poder Executivo.

**Parágrafo único.** O pagamento da Taxa será anual, conforme calendário fiscal definido em Ato do Poder Executivo.

**Art. 159.** São isentos da Taxa:

I – a atividade de artefice ou artesão exercida em sua própria residência, sem empregado;

II – a empresa pública e a sociedade de economia mista deste Município;

III – os órgãos da administração direta, autarquias e fundações municipais;

IV – o micro-empendedor individual – MEI, conforme definido na Lei Complementar Federal nº 128/2008;

**Art. 160.** São infrações as situações a seguir indicadas, passíveis de aplicação das seguintes penalidades:

I -no valor de 100% (cento por cento) do tributo não recolhido, a falta de informações para fins de lançamento, combinada com a prática de ato que configure qualquer das circunstâncias agravantes previstas no art. 61 desta Lei.

I – 100% (cem por cento) do valor da taxa aos que recolherem a Taxa de Fiscalização e Funcionamento em decorrência da ação fiscal.

II – no valor de R\$ 100,00 (cem reais) a não exposição do alvará de Licença para Funcionamento em lugar visível ao público e a fiscalização municipal.

III – no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais):

a) o exercício de atividade sem inscrição no cadastro fiscal municipal;

b) a falta de pedido de baixa da inscrição municipal, no prazo de até 30 (trinta) dias do encerramento da atividade;

c) a falta de renovação dos dados constantes no formulário de inscrição (Boletim de Cadastro de Atividades), sempre que ocorrem modificações nas declarações e não forem comunicadas à Secretaria Municipal de Finanças, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de alteração;

IV -no valor de R\$ 1.250,00 (um mil, duzentos e cinquenta reais), o embargo à ação fiscal:

### Subseção III

#### Da Taxa de Licença de Execução de Obras

**Art. 161.** A Taxa de Licença de Execução de Obras – TELEOBRA, tem como fato gerador o licenciamento obrigatório e a fiscalização quanto às normas administrativas relativas às edificações, loteamento, desmembramento e remembramento de áreas, abertura e ligação de novos logradouros ao sistema viário, à proteção estética,

Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgb@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

LEI

paisagística, urbanística e histórica da cidade, à higiene e segurança pública.

§ 1º O sujeito passivo da TELEOBRA é a pessoa física ou jurídica que edificar, reformar ou urbanizar unidade imobiliária, logradouro, empreendimento ou quaisquer áreas no Município;

§ 2º O responsável, proprietário ou possuidor a qualquer título do imóvel, empreendimento ou área do Município, em que será realizada a obra ou urbanização de área responderá solidariamente pelo recolhimento da TELEOBRA;

§ 3º Respondem solidariamente pelo recolhimento da TELEOBRA, quando da edificação, reforma ou urbanização de unidade imobiliária, logradouro, empreendimento ou quaisquer áreas no Município o contratante e o contratado;

**Art. 162.** O pedido de licença será feito por petição assinada pelo proprietário do imóvel ou interessado direto na execução da obra e instruída com a certidão negativa de débito da unidade imobiliária.

**Parágrafo único.** Não poderá ser iniciada a obra, o loteamento, a abertura e ligação de novos logradouros ao sistema viário ou promovido o desmembramento ou remembramento de áreas sem a devida licença.

**Art. 163.** A taxa será calculada em conformidade com a Tabela de Receita nº V.

**Art. 164.** O lançamento da taxa será realizado com base na declaração do contribuinte ou de ofício, de acordo com critérios e normas previstos em ato administrativo.

**Art. 165.** Far-se-á o pagamento da taxa antes da entrega do alvará.

**Parágrafo único.** A caducidade do Alvará de Licença implicará no pagamento de novo alvará.

**Art. 166.** Para efeito do pagamento da taxa, os cálculos de área de construção obedecerão às tabelas de Valores Unitários Padrão em vigor, adotados para avaliação de imóveis urbanos.

**Art. 167.** São isentos da taxa:

I - a limpeza ou pintura interna e externa de prédios, muros e gradis;

II - a construção de passeios em logradouros públicos providos de meio fio;

**Art. 168.** São infrações as situações abaixo indicadas, sem prejuízo das previstas no Código de Edificações e Obras, passíveis de aplicação das seguintes penalidades:

I - no valor de 50% (cinquenta por cento) do tributo não recolhido quando apurada em ação fiscal diferença no lançamento do tributo;

II - no valor de 100% (cento por cento) do tributo não recolhido, a falta de informações para fins de lançamento, combinada com a prática de ato que configure qualquer das circunstâncias agravantes previstas no art. 61 desta Lei.

II - no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia, a execução de obras sem a autorização do órgão competente;

Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgba@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO  
CNPJ: 13.230.982/0001-50  
Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada  
Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

LEI

#### Subseção IV

##### Da Taxa de Licença para Exposição de Publicidade nas Vias e Logradouros Públicos e em Locais Expostos ao Público - TLP

**Art. 169.** A Taxa de Licença para exposição de publicidade nas vias e logradouros públicos e em locais expostos ao público – TLP tem como fato gerador o licenciamento obrigatório, bem como a sua fiscalização quanto ao cumprimento das normas administrativas constantes na legislação do Município concernentes ao ordenamento das atividades urbanas, à estética urbana, poluição do meio ambiente, costumes, ordem e tranquilidade pública.

§ 1º O sujeito passivo da TLP é a pessoa física ou jurídica titular ou responsável pela atividade econômica.

**Art. 170.** A taxa será calculada de acordo com a Tabela de Receita n° VI, anexa a esta Lei.

**Art. 171.** O lançamento da taxa será procedido com base na declaração do contribuinte ou de ofício, de acordo com critérios e normas previstos em ato do Poder Executivo.

**Art. 172.** Far-se-á o pagamento da taxa:

I - antes da expedição do alvará, para o início da veiculação da publicidade;

II - anualmente, nas datas fixadas em regulamento, no caso de renovação do alvará.

**Parágrafo único.** A incidência da taxação dispensa o pagamento de preço público, quando o equipamento estiver localizado em logradouro público.

**Art. 173.** Ficam isentos do pagamento da taxa:

I - as placas e dísticos de hospitais, entidades filantrópicas, beneficentes, culturais ou esportivas, quando afixadas nos prédios em que funcionem;

II - cartazes ou letreiros indicativos de trânsito, logradouros turísticos e itinerário de viagem de transporte coletivo;

III - a publicidade de entidades beneficiadas pela imunidade tributária.

**Art. 174.** São infrações as situações abaixo indicadas, sem prejuízo das previstas no Código de Posturas, passíveis de aplicação das seguintes penalidades:

I - no valor de 50% (cinquenta por cento) do tributo não recolhido, a falta de informações para fins de lançamento, quando apurada em ação fiscal;

II - no valor de 100% (cento por cento) do tributo não recolhido, a falta de informações para fins de lançamento, combinada com a prática de ato que configure qualquer das circunstâncias agravantes previstas no art. 62 desta Lei.

#### Subseção V

##### Da Taxa de Vigilância Sanitária

**Art. 175.** A Taxa de Vigilância Sanitária – TVS, dos estabelecimentos em geral, fundada no poder de polícia do Município, quanto ao ordenamento e controle das atividades Municipais, por meio de órgão ou entidade competente do Poder Executivo, tem como fato gerador a fiscalização rotineira quanto ao cumprimento das normas administrativas constantes neste Código e na legislação do Município concernentes à higiene e à saúde pública Municipal e será calculada de acordo com a Tabela VII, anexa a esta Lei.

Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgba@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

LEI

**Art. 176.** O sujeito passivo da TVS é a pessoa física ou jurídica responsável pela atividade econômica.

**Parágrafo único** - A TVS será lançada e cobrada, no ato do requerimento de licença para localização da atividade e, anualmente, conforme ato do Poder Executivo.

**Art 177.** Constitui infração passível de aplicação de penalidade básica:

I - no valor de R\$ 100,00 (cem reais), o funcionamento de estabelecimento sem a licença prévia do órgão de vigilância sanitária do Município;

II - no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais):

a) a comercialização de qualquer produto com prazo de validade vencido ou acondicionado fora dos padrões estabelecidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária;

b) prestar serviços em desacordo com as normas estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

III - no valor de 100% (cem por cento) do tributo atualizado, a falta de lançamento, declaração ou pagamento da TVS no prazo devido.

## SEÇÃO VI

### Da Taxa de Fiscalização Ambiental

**Art. 178.** A Taxa de Fiscalização Ambiental – TFA, das atividades e empreendimentos, potencialmente causadores de degradação ambiental ou utilizadores de recursos naturais, fundada no poder de polícia do Município, quanto ao ordenamento e controle das atividades Municipais, por meio de órgão ou entidade competente do Poder Executivo, tem como fato gerador a fiscalização rotineira quanto ao cumprimento das normas administrativas constantes neste Código e na legislação do Município concernentes à proteção, utilização e controle do meio ambiente.

**§ 1º** O controle e fiscalização ambiental serão exercidos por meio dos procedimentos estabelecidos, nesta Lei e em ato do Poder Executivo, respeitada a Legislação Federal e Estadual competente.

**§ 2º** Os procedimentos adotados pelos órgãos de Meio Ambiente, Estaduais e Federais, deverão ser homologados pelo Poder Executivo Municipal.

**§ 3º** A homologação a que se refere o parágrafo anterior se dará após apresentação pelo interessado dos procedimentos devidamente aprovados pelos órgãos Estaduais e Federais competentes.

**Art. 179.** É sujeito passivo da TFA é todo aquele que exerça atividade causadora de poluição ambiental ou realize empreendimento, potencialmente causador de degradação ambiental, ou utilizador de recurso natural.

**Art. 180.** A TFA será lançada e cobrada, no ato do requerimento de licença para implantação, funcionamento, ampliação, reforma ou redução de empreendimento ou atividade.

Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgba@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

**LEI**

**Art. 181.** A TFA é devida por estabelecimento ou por empreendimento e os seus valores são os fixados na Tabela de Receita nº. VIII, anexa a esta Lei.

**Parágrafo único.** O pagamento da TFA será anual, conforme calendário fiscal definido em Ato do Poder Executivo.

**Art. 182.** Além das infrações prescritas nesta Lei, constitui-se infração ao disposto nesta seção o disciplinado na Tabela de Infrações nº. VIII - A, anexa a esta Lei.

## Seção II

### Da Taxa de Serviços Públicos

#### Subseção Única

#### Da Taxa de Coleta, Remoção e Destinação de Resíduos Sólidos Domiciliares - TRSD

**Art. 183.** A Taxa de Coleta, Remoção e Destinação de Resíduos Sólidos Domiciliares – TRSD tem como fato gerador a utilização efetiva ou potencial dos serviços divisíveis de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos domiciliares de fruição obrigatória prestados em regime público.

**§ 1º** Para efeito desta Lei, são considerados resíduos sólidos domiciliares os resíduos descritos na alínea 'c' do inciso I do art. 13 da Lei Federal nº 12.305/2010.

**§ 2º** São equiparados a resíduos domiciliares, os resíduos de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviço, descritos na alínea 'd' do inciso I do art. 13 da Lei Federal nº 12.305/2010, desde:

- caracterizados como não perigosos;
- os produzidos no volume máximo de 100 litros por dia e por unidade imobiliária

**§ 3º** A utilização potencial dos serviços de que trata este artigo ocorre no momento de sua colocação à disposição dos usuários para fruição.

**§ 4º** Os geradores dos resíduos são responsáveis pelo adequado acondicionamento e sua oferta para fins de coleta.

**§ 5º** Ato do Poder Executivo disciplinará sobre o acondicionamento dos resíduos domiciliares de forma seletiva para os fins de reciclagem e reaproveitamento.

**Art. 184.** Não estão incluídos na TRSD os serviços de coleta, remoção e destinação final de:

I – os resíduos de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviço:

- caracterizados como perigosos;
- produzidos em volume superior a 100 litros por dia e por unidade imobiliária.

II - resíduos do serviço público de saneamento básico, conforme disposto na alínea 'e' do inciso I do art. 13 da Lei Federal nº 12.305/2010;

III - resíduos industriais, conforme disposto na alínea 'f' do inciso I do art. 13 da Lei Federal nº 12.305/2010;

Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgba@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

LEI

**IV** - resíduos de serviços de saúde, conforme disposto na alínea 'g' do inciso I do art. 13 da Lei Federal nº 12.305/2010;

**V** - resíduos da construção civil, conforme disposto na alínea 'h' do inciso I do art. 13 da Lei Federal nº 12.305/2010;

**VI** - resíduos agrossilvopastoris, conforme disposto na alínea 'i' do inciso I do art. 13 da Lei Federal nº 12.305/2010;

**VII** - resíduos de transportes, conforme disposto na alínea 'j' do inciso I do art. 13 da Lei Federal nº 12.305/2010;

**VIII** - resíduos de mineração, conforme disposto na alínea 'k' do inciso I do art. 13 da Lei Federal nº 12.305/2010;

**§ 1º** Em nenhuma hipótese o tipo de resíduo referido neste artigo poderá ser acondicionado juntamente com os resíduos sólidos domiciliares.

**§ 2º** Ocorrendo o descumprimento do disposto no § 1º, os resíduos não serão recolhidos, sujeitando-se o infrator às penalidades previstas no Código de Posturas do Município.

**Art. 185.** A base de cálculo da Taxa é o custo dos serviços de coleta, remoção, tratamento e destinação final dos resíduos domiciliares, a ser rateado entre os contribuintes, em função:

**I** - da área construída, da localização e da utilização, tratando-se de prédio;

**II** - da área e da localização, tratando-se de terreno;

**III** - da localização e da utilização, tratando-se de barracas, bancas, boxes e similares.

**Parágrafo único.** A Taxa será calculada conforme Tabela de Receita nº IX, anexa a esta Lei.

**Art. 186.** O sujeito passivo da Taxa é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, dos seguintes bens abrangidos pelos serviços a que se refere a taxa:

**I** - unidade imobiliária edificada ou não, lindeira à via ou logradouro público;

**II** - barraca, banca ou similar que explore o comércio informal;

**III** - box de mercado.

**Parágrafo único.** Considera-se, também, lindeira a unidade imobiliária que tem acesso, através de rua ou passagem particular, entradas de vilas ou assemelhados, a via ou logradouro público.

**Art. 187.** Fica isenta da TRSD a unidade imobiliária isenta do IPTU.

**Art. 188.** O lançamento da TRSD será procedido anualmente, em nome do contribuinte, na forma e nos prazos regulamentares, isoladamente ou em conjunto com o IPTU.

**Art. 189.** A Taxa será paga, total ou parcialmente, na forma e nos prazos regulamentares.

**Art. 190.** O pagamento da Taxa não exclui o pagamento de:

**I** - preços ou tarifas pela prestação de serviços especiais, tais como remoção de contêineres, entulhos de obras, aparas de jardins, bens móveis imprestáveis, resíduos extraordinários resultantes de atividades especiais, animais abandonados e/ou mortos,

Prefeitura Municipal de Capim Grosso - Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgba@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

**LEI**

veículos abandonados, capina de terrenos, limpeza de prédio, terrenos e disposição de resíduos em aterros ou assemelhados;

**II** – penalidades decorrentes da infração à legislação municipal referente limpeza urbana.

**Art. 191.** São infrações as situações a seguir indicadas, passíveis de aplicação das seguintes penalidades:

**I** -no valor de 50% (cinquenta por cento) do tributo não recolhido, atualizado monetariamente, a falta de informações para fins de lançamento, quando apurada em ação fiscal;

**II** -no valor de 100% (cem por cento) do tributo não recolhido, atualizado monetariamente, a hipótese do inciso I, combinada com a prática de ato que configure qualquer das circunstâncias agravantes previstas no art. 61 desta Lei.

## **CAPÍTULO V CONTRIBUIÇÕES**

### **Seção I**

#### **Da Contribuição de Melhoria - CM**

**Art. 192.** A Contribuição de Melhoria – CM tem como fato gerador a valorização de imóvel localizado em área beneficiada direta ou indiretamente por obra pública executada pelo Município.

**§ 1º** Considera-se ocorrido o fato gerador no momento de início de utilização da obra pública para os fins a que se destinou.

**§ 2º** As obras públicas passíveis de ocorrência do fato gerador são:

**I** - abertura, alargamento, pavimentação, iluminação, arborização, esgotos pluviais e outros melhoramentos de praças e vias públicas;

**II** - construção e ampliação de parques, campos de desportos, pontes, túneis e viadutos;

**III** - construção ou ampliação de sistemas de trânsito rápido, inclusive todas as obras e edificações necessárias ao funcionamento do sistema;

**IV** - serviços e obras de abastecimento de água potável, esgotos, instalações de redes elétricas, telefônicas, transportes e comunicações em geral ou de suprimento de gás, funiculares, ascensores e instalações de comodidade pública;

**V** - proteção contra secas, inundações, erosão, ressacas, e de saneamento de drenagem em geral, diques, cais, desobstrução de barras, portos e canais, retificação e regularização de cursos d'água e irrigação;

**VI** - construção de estradas de ferro, e construção, pavimentação e melhoramento de estradas de rodagem;

**VII** - construção de aeródromos e aeroportos, e seus acessos;

**VIII** - aterros e realizações de embelezamento em geral, inclusive desapropriações em desenvolvimento de plano de aspecto paisagístico.

*Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgba@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453*



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

LEI

**Art. 193.** A Contribuição de Melhoria será calculada levando-se em conta o custo global da obra pública e será rateada entre os imóveis beneficiados, proporcionalmente ao valor venal de cada imóvel.

§ 1º Inclui-se no custo global da obra pública as despesas de estudos, projetos, fiscalização, desapropriação, administração, execução e financiamento.

§ 2º O valor individual da contribuição fica limitado ao valor de valorização de cada imóvel.

**Art. 194.** Para a cobrança da Contribuição de Melhoria, o Poder Executivo deverá publicar edital contendo:

I - descrição e finalidade da obra;

II - memorial descritivo do projeto;

III - orçamento do custo da obra;

IV - delimitação da área beneficiada direta e indiretamente;

V - definição da parcela de custo da obra a ser ressarcida pela Contribuição;

VI - critério de cálculo da Contribuição;

VII - prazo de pagamento e condições de parcelamento do valor da Contribuição.

§1º O edital fixará o prazo de 20 (vinte) dias úteis para impugnação de qualquer dos elementos referidos nos incisos do artigo.

§2º Caberá ao contribuinte o ônus da prova, quando impugnar qualquer dos elementos referidos nos incisos deste artigo.

**Art. 195.** O sujeito passivo da Contribuição é o proprietário, titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, do imóvel beneficiado pela obra pública.

**Art. 196.** A Contribuição será lançada de ofício, em nome do sujeito passivo, com base nos elementos constantes do cadastro imobiliário.

**Parágrafo único.** A notificação do lançamento se dará, preferencialmente, por edital.

**Art. 197.** A Contribuição poderá ser paga de uma só vez ou em parcelas, na forma e prazos estabelecidos no edital.

**Parágrafo único.** Quando ocorrer atraso no pagamento de 3 (três) parcelas, todo o débito é considerado vencido e o crédito tributário será inscrito em Dívida Ativa.

**Art. 198.** São isentos da Contribuição:

I - a União, o Estado e suas respectivas Autarquias;

II - as autarquias, as fundações, as empresas públicas e as empresas de economia mista deste Município.

## Seção II

### Da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP

#### Subseção I

#### Do Fato Gerador

Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgba@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

LEI

**Art. 199.** A Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP, prevista no art. 149-A da Constituição Federal, tem como fato gerador o serviço de iluminação pública.

**Parágrafo único.** O serviço de iluminação pública a ser custeado pela COSIP compreende as despesas com:

- I - o consumo de energia para iluminação de vias, logradouros e demais bens públicos;
- II - a instalação, a manutenção, o melhoramento, a modernização e a expansão da rede de iluminação pública;
- III - a administração do serviço de iluminação pública; e
- IV - outras atividades correlatas.

#### Subseção II

##### Do Sujeito Passivo

**Art. 200.** É contribuinte da COSIP a pessoa física ou jurídica, beneficiária direta ou indiretamente, do serviço de iluminação pública, proprietária, titular do domínio útil ou possuidora, a qualquer título, de imóvel, edificado ou não, situado no Município de Capim Grosso, com ou sem ligação regular e privada ao sistema de fornecimento de energia elétrica.

**Art. 201.** São responsáveis solidários pelo adimplemento da COSIP o locatário, o comodatário ou possuidor indireto, a qualquer título, do imóvel descrito no art. 199.

#### Subseção III

##### Da Base de Cálculo

**Art. 202.** A base de cálculo da COSIP é o valor líquido da conta de consumo de energia elétrica do contribuinte, exceto no caso de imóveis sem ligação regular e privativa ao sistema de fornecimento de energia elétrica.

#### Subseção IV

##### Da Alíquota

**Art. 203.** Para os imóveis edificados com ligação regular e privada ao sistema de fornecimento de energia a alíquota da COSIP será de 15% (quinze por cento) sobre o valor da fatura de consumo da energia elétrica.

**Parágrafo único.** O valor da COSIP a ser recolhida fica limitada aos valores fixados na Tabela de Receita nº X.

**Art. 204.** Para os imóveis sem ligação regular e privativa ao sistema de fornecimento de energia elétrica, a alíquota será fixa e anual.

#### Subseção IV

##### Do Lançamento e Pagamento

**Art. 205.** A COSIP será lançada:

- I – para os sujeitos passivos possuidores de imóveis com ligação regular e privada ao sistema de fornecimento de energia elétrica, mensalmente na nota fiscal de consumo de energia elétrica da empresa concessionária distribuidora de energia elétrica titular da concessão para distribuição de energia no território do Município;

Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgba@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

**LEI**

II – para os sujeitos passivos possuidores de imóveis não edificados, anualmente, juntamente com o IPTU.

**Art. 206.** O recolhimento da COSIP será em conformidade com o disposto em contrato.

**Parágrafo único.** Fica autorizada a concessionária a deduzir do montante arrecadado, quaisquer obrigações do Município relativas ao fornecimento de energia elétrica para o serviço de manutenção da Iluminação Pública, incluindo-se a melhoria e a ampliação das instalações elétricas, bem como os encargos financeiros destinados a suprir a expansão e modernização do sistema de Iluminação Pública.

#### **Subseção IV**

##### **Do Fundo Municipal de Iluminação Pública**

**Art. 207.** Fica criado o Fundo Municipal de Iluminação Pública - FUMIP, de natureza contábil e administrado pela Secretaria Municipal de Finanças, e regulamentado pelo Chefe do Poder Executivo.

#### **Subseção V**

##### **Da Isenção**

**Art. 208.** São isentos da COSIP:

I – os órgãos da administração direta municipal, suas autarquias e fundações;

II – as empresas públicas, a iluminação pública Municipal e o Poder Público Municipal;

III – o titular de unidade imobiliária classificado como residencial que consumir mensalmente até 50 (cinquenta) kwh de energia, conforme a Tabela de Receita nº X, anexa a esta Lei.

IV - o titular de unidade imobiliária classificado como rural que consumir mensalmente até 50 (cinquenta) kwh de energia, conforme a Tabela de Receita nº X, anexa a esta Lei.

V - o titular de unidade imobiliária classificado como comercial e industrial que consumir mensalmente até 50 (cinquenta) kwh de energia, conforme a Tabela de Receita nº X, anexa a esta Lei.

VI - o titular de unidade imobiliária classificado como público e revenda que consumir mensalmente até 50 (cinquenta) kwh de energia, conforme a Tabela de Receita nº X, anexa a esta Lei.

#### **Subseção VI**

##### **Das infrações e penalidades**

**Art. 209.** Considera-se infração, o ato do contribuinte de prestar informação incorreta que interfira no montante da contribuição, sujeitando-se ao pagamento de multa no valor de 30% (trinta por cento) sobre o montante não recolhido.

#### **TÍTULO V**

##### **DO ACOMPANHAMENTO DAS TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS**

**Art. 210.** Compete à Secretaria Municipal de Finanças o acompanhamento das transferências constitucionais do Fundo de Participação dos Municípios – FPM – e da cota parte do Imposto sobre operações relativas a circulação de mercadorias e sobre a

*Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgba@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

**LEI**

prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicações - ICMS.

**Parágrafo único** Ato do Poder Executivo definirá os órgãos competentes para o acompanhamento das demais transferências da União e do Estado.

**Art. 211.** O acompanhamento do Índice de Valor Adicionado – IVA e do Índice de Participação do Município – IPM, relativos ao ICMS será feito com base no que dispõe a Lei Complementar Federal nº 63, de 11 de janeiro de 1990 e na Lei Estadual nº 7, de 20 de dezembro de 1991.

**Art. 212.** Fica o contribuinte do ICMS, localizado ou não no território municipal, mas que promova, com habitualidade ou não, operações de circulação de mercadorias ou prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior, obrigado a entregar ao Fisco Municipal, os seguintes documentos:

- I – cópia da declaração mensal ou anual de apuração do ICMS;
- II – cópia dos arquivos digitais das informações relativas às operações de compra, venda e prestação de serviços, tais como Notas Fiscais, Livro de Apuração do ICMS;
- III – cópia dos arquivos de Sistema Público de Escrituração Digital - SPED.

**§ 1º** O prazo de entrega é de até 10 (dez) dias úteis após o prazo determinado para a entrega ao fisco estadual.

**§ 2º** A não entrega da declaração ou do arquivo sujeitará o contribuinte ao pagamento de multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por declaração ou arquivo não entregue.

**LIVRO III  
DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA  
TÍTULO I  
DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES  
CAPÍTULO I  
DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA**

**Art. 213.** A Administração Tributária compreende as atividades de tributação, arrecadação e fiscalização de tributos municipais.

**Art. 214.** Compete, privativamente, à Secretaria Municipal de Finanças, pelas suas unidades especializadas:

- I - as atividades de tributação;
- II -a arrecadação de tributos, preços públicos e rendas municipais;
- III - a fiscalização:
  - a) do cumprimento das obrigações principais e acessórias relativas aos impostos e à Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública;
  - b) do cumprimento das obrigações principais relativas às Taxas de Licença e Localização, Fiscalização do Funcionamento, Licença de Execução de Obras, Fiscalização Ambiental, Publicidade e de Coleta, Remoção e Destinação de Resíduos Sólidos Domiciliares;

*Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgba@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453*



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

LEI

c) das transferências constitucionais.

**Parágrafo único.** Ato de Poder Executivo estabelecerá a competência para a fiscalização do cumprimento das obrigações principais e acessórias relativas as taxas não previstas na alínea "b" do inciso III e da Contribuição de Melhoria.

**Art. 215.** A fiscalização a que se refere o inciso III do art. 208 será exercida sobre as pessoas naturais ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive as que gozam de imunidade ou isenção.

## CAPÍTULO II

### DOS SERVIDORES FISCAIS

**Art. 216.** O Auditor Fiscal e o Fiscal de Tributos, servidores fiscais, são as autoridades responsáveis pelo lançamento e respectiva revisão do crédito tributário e pela fiscalização dos tributos municipais, cabendo-lhe, também, ministrar aos contribuintes em geral os esclarecimentos sobre a inteligência e fiel observância deste Código, leis e regulamentos fiscais, sem prejuízo do rigor e vigilância indispensáveis ao desempenho de suas atividades.

**Art. 217.** Sempre que necessário, os servidores fiscais requisitarão, por meio de autoridade superior, o auxílio e as garantias necessárias à execução das tarefas que lhe são cometidas e à realização das diligências indispensáveis à aplicação das leis fiscais.

**Art. 218.** No exercício de suas funções, a entrada do servidor fiscal nos estabelecimentos, bem como o acesso as suas dependências internas, não está sujeita a formalidade diversa da sua imediata identificação, pela exibição de identidade funcional aos encarregados diretos e presentes ao local, a qual não poderá ser retida em qualquer hipótese, sob pena de ficar caracterizado o embaraço à fiscalização.

**Art. 219.** A ação do servidor fiscal poderá estender-se além dos limites do Município, quando:

I – o sujeito passivo de obrigação tributária não possuir estabelecimento no Município;

II - prevista em convênios.

## TÍTULO II

### DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO FISCAL

#### CAPÍTULO I

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 220.** O procedimento administrativo fiscal compreende os atos, praticados por servidor fiscal, necessários à apuração de infrações à legislação tributária municipal.

**Art. 221.** Os atos e termos processuais, quando a lei não prescrever forma determinada, conterão somente o indispensável à sua finalidade, numeradas e rubricadas todas as folhas dos autos, em ordem cronológica de eventos e juntada.

**Parágrafo único.** A lavratura dos atos e termos pode ser feita por qualquer meio, desde que não haja espaços em branco, entrelinhas, emendas, rasuras ou borrões que venham prejudicar a análise do documento.

**Art. 222.** O procedimento fiscal terá início com a ocorrência de uma das seguintes situações:

I - a lavratura de termo de início da ação fiscal;

Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgba@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

LEI

II - a intimação, por escrito, do sujeito passivo, seu preposto ou responsável, a prestar esclarecimento, exibir documentos solicitados pela fiscalização ou efetuar o recolhimento de tributo;

III - a retenção ou apreensão de documentos e bens;

IV - a emissão de notificação de lançamento;

V - a lavratura de auto de infração.

**Art. 223.** O início do procedimento exclui a espontaneidade do sujeito passivo em relação a obrigações tributárias vencidas.

§ 1º Ainda que haja recolhimento do tributo, o sujeito passivo ficará obrigado a recolher os respectivos acréscimos legais, além de penalidade específica.

§ 2º Os efeitos deste artigo alcançam os demais envolvidos nas infrações apuradas no decorrer da ação fiscal.

## CAPÍTULO II

### DAS AÇÕES FISCAIS

#### Seção I

##### Das Formas de Execução

**Art. 224.** As ações fiscais serão exercidas sobre as pessoas físicas ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive as que gozam de imunidade ou isenção.

§ 1º As ações fiscais serão executadas de acordo com programação definida pelos órgãos competentes.

§ 2º É vedado à autoridade de qualquer hierarquia paralisar, impedir, obstruir ou inibir a ação fiscal exercida pelos servidores fiscais no exercício de sua competência e de suas atribuições.

**Art. 225.** O proprietário, responsável, representante ou preposto do sujeito passivo, do estabelecimento, do imóvel ou dos bens deverá acompanhar os trabalhos de fiscalização ou indicar pessoa que o faça, devendo o servidor fiscal lavrar o termo de ocorrência quando houver a recusa.

**Art. 226.** A fiscalização tributária terá sempre caráter orientador, com o objetivo de instruir os contribuintes em débito a se regularizarem perante a Fazenda Pública, observando-se os critérios do regulamento.

**Art. 227.** Além das fiscalizações rotineiras, poderá a Administração Tributária submeter o sujeito passivo de obrigação tributária a regime especial de fiscalização, por proposta de servidor fiscal ou de Autoridade Tributária, em decorrência de práticas reiteradas de descumprimento à legislação tributária municipal.

**Parágrafo único.** Ato do Poder Executivo regulamentará:

I - os regimes de fiscalização a que estarão subordinados os sujeitos passivos, definindo critérios, formas e prazos;

II - os procedimentos a serem observados pelos servidores fiscais no cumprimento das ações fiscais.

#### Seção II

##### Da Exibição de Documentos

Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgb@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

LEI

**Art. 228.** As pessoas sujeitas à fiscalização exibirão ao servidor fiscal, sempre que por ele exigidos, independentemente de prévia instauração de processo, os livros fiscais, comerciais e contábeis e todos os documentos, em uso ou já arquivados, que forem julgados necessários à fiscalização, e lhe franquearão os seus estabelecimentos, depósitos e dependências, bem como veículos, cofres e outros móveis, a qualquer hora do dia ou da noite, se à noite os estabelecimentos estiverem funcionando.

**§ 1º** Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados serão conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que se referam.

**§ 2º** Para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, dos comerciantes industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exibi-los.

**Art. 229.** O prazo para apresentação da documentação requisitada é de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

**Parágrafo único.** Havendo motivo que justifique, poderá o intimado solicitar, por escrito, prazo maior, ficando a critério da Administração o deferimento.

**Art. 230.** A forma, os limites e condições da ação fiscal serão regulamentados em ato do Poder Executivo.

### Seção III

#### Do Embaraço à Ação Fiscal

**Art. 231.** Constitui embaraço à ação fiscal, a ocorrência das seguintes hipóteses:

I - não exibir à fiscalização os livros e documentos referidos no art. 228 desta Lei;

II - impedir o acesso da autoridade fiscal às dependências internas do estabelecimento;

III - dificultar a realização da fiscalização ou constranger física ou moralmente o servidor fiscal.

**Parágrafo único.** Ocorrendo o embaraço à ação fiscal aplicar-se-á ao infrator a penalidade de R\$ 1.250,00 (um mil duzentos e cinqüentareais).

### Seção IV

#### Do Encerramento das Ações Fiscais

**Art. 232.** Findo o prazo previsto para realização da ação fiscal e encerrados os exames e diligências necessárias para verificação da situação fiscal do contribuinte, o servidor fiscal lavrará, sob sua responsabilidade, termo circunstanciado do que apurar, mencionando:

I - as datas do início e de término do exame do período fiscalizado;

II - os livros e documentos examinados;

III - os tributos devidos e as importâncias relativas a cada um deles separadamente, indicando a soma do débito apurado;

IV - os autos de infração lavrados, seus tributos e valores e forma de intimação.

Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgba@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO  
CNPJ: 13.230.982/0001-50  
Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada  
Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

LEI

§ 1º O termo de encerramento será lavrado, preferencialmente, no estabelecimento ou local onde foi verificada a situação fiscal do contribuinte, ainda que nele não resida o infrator.

§ 2º Ao contribuinte dar-se-á cópia do termo lavrado, salvo quando a lavratura se realizar em livro de escrita fiscal.

§ 3º A recusa do recebimento do termo, que será declarada pelo servidor fiscal, não aproveita nem prejudica ao contribuinte, devendo o mesmo ser enviado por aviso de recebimento.

### CAPÍTULO III DA INTIMAÇÃO

**Art. 233.** Far-se-á a intimação ao sujeito passivo, seu representante, mandatário ou preposto:

I - pessoalmente;

II - por via postal, com aviso de recebimento, a ser datado, firmado e devolvido pelo destinatário ou pessoa de seu domicílio;

III - por meio eletrônico, consoante disposto em regulamento;

IV - por edital, publicado no Diário Oficial do Município, quando resultarem ineficazes os meios referidos nos incisos I e II.

§ 1º Os meios de intimação previstos nos incisos I, II e III não estão sujeitos a ordem de preferência.

§ 2º Qualquer manifestação do interessado no processo suprirá a formalidade da intimação.

**Art. 234.** Considerar-se-á feita a intimação:

I - na data da ciência do intimado, se pessoal;

II - na data aposta no aviso de recebimento pelo destinatário ou, no caso de pessoa jurídica por quem, em seu nome, receba a intimação no endereço do seu estabelecimento ou domicílio, se por via postal;

III - na data da confirmação do recebimento da mensagem enviada por meio eletrônico.

IV - no dia seguinte ao da publicação do edital no Diário Oficial do Município.

**Parágrafo único.** Omitida a data no aviso de recebimento a que se refere o inciso II, considerar-se-á feita a intimação:

I - dez dias úteis após sua entrega à agência postal;

II - na data constante do carimbo da agência postal que proceder a devolução do aviso de recebimento, se anterior ao prazo previsto no inciso I deste parágrafo.

**Art. 235.** A intimação conterá obrigatoriamente:

I - a qualificação do intimado;

II - a finalidade da intimação;

III - o prazo e o local para seu atendimento;

Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgba@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO  
CNPJ: 13.230.982/0001-50  
Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada  
Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

LEI

**IV** – o nome e a assinatura do servidor, a indicação do seu cargo ou função e o número da matrícula.

**Parágrafo único.** Prescinde de assinatura a intimação emitida por processo eletrônico.

#### CAPÍTULO IV

##### DA RETENÇÃO OU APREENSÃO DE DOCUMENTOS E BENS

**Art. 236.** Poderão ser retidos ou apreendidos pelos servidores fiscais documentos fiscais ou extra-fiscais e bens existentes em poder do contribuinte ou de terceiros:

- I - para análise fora do estabelecimento do contribuinte ou de terceiros;
- II - que se encontre em situação irregular;
- III - que constitua prova de infração da legislação tributária.

**Parágrafo único.** Havendo prova ou fundada suspeita de que os documentos, bens ou mercadorias se encontram em residência particular ou prédios utilizados como moradia, será promovida a busca e a apreensão judicial sem prejuízo das medidas necessárias para evitar a sua remoção clandestina.

**Art. 237.** A retenção ou apreensão será feita mediante lavratura de termo específico, que conterá:

- I - a descrição dos documentos, bens e/ou mercadorias retidas ou apreendidas;
- II - o lugar onde ficarão guardados e o nome do servidor fiscal;
- III - a indicação de que ao interessado se forneceu cópia do referido termo e da relação dos documentos ou bens retidos, quando for o caso.

**Art. 238.** Os documentos e bens retidos serão restituídos ao interessado, mediante recibo expedido pela autoridade competente, desde que a prova da infração possa ser feita através de fotocópia autenticada ou por outros meios.

**Parágrafo único.** Quando não for possível a aplicação do disposto no caput deste artigo e o documento ou bem apreendido seja necessário à produção de prova, a restituição só será feita após a decisão final do processo.

**Art. 239.** Os bens apreendidos serão levados a leilão, se o autuado não provar o preenchimento das exigências legais, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da retenção.

§ 1º Quando se tratar de bens deterioráveis, o leilão poderá realizar-se a qualquer tempo, independente de formalidades.

§ 2º Apurando-se na venda quantia superior ao tributo e multas devidos, será o autuado notificado para, no prazo de 10 (dez) dias, receber o excedente.

**Art. 240.** Os leilões serão anunciados com antecedência de 10 (dez) dias úteis, por edital, afixado em local público e divulgado no Diário Oficial do Município e, se conveniente, em jornal de grande circulação.

§ 1º Os bens levados a leilão serão escriturados em livro próprio, mencionando-se a sua natureza, avaliação e o preço da arrematação.

§ 2º Encerrado o leilão, será recolhido, no mesmo dia, sinal de 20% (vinte por cento) pelo arrematante, a quem será fornecida guia de recolhimento da diferença sobre o preço total da arrematação.

Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgba@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

LEI

§ 3º Se dentro de 3 (três) dias úteis o arrematante não completar o preço da arrematação, perderá o sinal pago e os bens serão postos novamente em leilão, caso não haja quem ofereça preço igual.

§ 4º Descontado do preço da arrematação o valor da dívida, multa e despesa de transporte, depósito e editais, será o saldo posto à disposição do dono dos bens apreendidos.

Art. 241. Devem ser apreendidos, para fins de posterior incineração pela Secretaria Municipal de Finanças, os talonários fiscais do contribuinte que tenha encerrado as suas atividades com pedido de baixa no cadastro fiscal do Município, ou que tenham o prazo de validade expirado, tornando-se, por isso, documento fiscal inidôneo.

## CAPÍTULO V

### DA FORMALIZAÇÃO DA EXIGÊNCIA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Art. 242. A exigência do crédito tributário se dá por meio do lançamento formalizado pela autoridade administrativa tributária em Notificação de Lançamento ou Auto de Infração.

§ 1º A Notificação de Lançamento ou o Auto de Infração será distinto para cada tributo ou infração.

§ 2º Portaria do Secretário Municipal de Finanças estabelecerá os modelos dos formulários.

Art. 243. A propositura, pelo sujeito passivo, de qualquer ação ou medida judicial relativa aos fatos ou aos atos administrativos de exigência do crédito tributário importa renúncia ao poder de recorrer na esfera administrativa e desistência da impugnação ou recurso acaso interposto, devendo o processo ser inscrito em dívida ativa e encaminhado a Procuradoria do Município.

#### Seção I

##### Da Notificação de Lançamento - NL

Art. 244. A Notificação de Lançamento será emitida, para os tributos lançados anualmente, na forma prevista na legislação, pelo órgão da Administração Tributária responsável pelo gerenciamento do cadastro correspondente.

Art. 245. Deverá constar da Notificação de Lançamento:

- a) a identificação do notificado;
- b) o local e a data da notificação;
- c) a finalidade da notificação;
- d) o valor do tributo devido, sua forma de cálculo, e, quando aplicável, a base de cálculo e a alíquota;
- e) a determinação da exigência e a intimação para cumpri-la ou impugná-la no prazo legal.

§ 1º A intimação da Notificação de Lançamento far-se-á, preferencialmente, por edital, na forma do disposto no inciso IV do art. 233.

Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgba@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

LEI

§ 2º O contribuinte que não concordar com o lançamento, ou sua alteração, poderá impugná-lo, por petição, até a data de vencimento da cota única ou da primeira cota, à autoridade tributária responsável pela sua emissão.

#### Seção II

#### Do Auto de Infração - AI

**Art. 246.** O Auto de Infração será lavrado, privativamente, por servidor fiscal, para lançamento de tributo, quando apurado em ação fiscal ou para imposição de penalidade por descumprimento de obrigação acessória.

**Art. 247.** O Auto de Infração será lavrado com precisão e clareza, sem entrelinhas, emendas e rasuras, cuja cópia será entregue ao notificado, e conterá:

I - a qualificação do autuado;

II - o local, a data e a hora da lavratura;

III - a descrição clara e precisa do fato;

IV - a disposição legal infringida, a penalidade aplicável, a Tabela de Receita e, quando for o caso, o item da Lista de Serviços, anexas a esta Lei;

V - a determinação da exigência e a intimação para cumpri-la ou impugná-la no prazo de 20 (vinte) dias úteis;

VI - a assinatura do servidor fiscal, a indicação de seu cargo ou função e o número da matrícula.

§ 1º O auto de infração deve ser instruído com documentos, demonstrativos e demais elementos materiais comprobatórios da infração.

§ 2º Ao autuado será entregue uma via da autuação, mediante recibo, valendo como intimação, juntamente com cópia dos demonstrativos e demais documentos que o instruem, salvo daqueles cujos originais estejam em sua posse.

§ 3º As omissões ou irregularidades do Auto de Infração não importarão em nulidade do lançamento quando constarem elementos suficientes para determinar, com segurança, a infração e o infrator, e as falhas não constituirão vício insanável.

§ 4º O processamento do Auto de Infração terá curso histórico e informativo, com as folhas numeradas e rubricadas, e os documentos, informações e pareceres juntados em ordem cronológica.

**Art. 248.** Todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos obtidos de forma lícita, são hábeis para provar a verdade dos fatos controvertidos.

**Art. 249.** As provas deverão ser apresentadas juntamente com a notificação fiscal de lançamento, com o auto de infração, e com a defesa, salvo por motivo de força maior ou ocorrência de fato superveniente.

**Parágrafo único.** Nas situações excepcionadas no *caput* deste artigo, que devem ser cabalmente demonstradas, será ouvida a parte contrária.

**Art. 250.** Não dependem de prova os fatos:

I - afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária;

II - admitidos, no processo, como incontrovertidos.

Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgba@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

**LEI**

**Art. 251.** Lavar-se-á Termo Complementar ao Auto de Infração por iniciativa do Autuante, sempre após a impugnação, ou por determinação da autoridade administrativa ou julgadora para suprir omissões ou irregularidades que constituam vícios sanáveis e para retificar ou complementar lançamento, intimando-se o notificado para, querendo, se manifestar no prazo improrrogável de 20 (vinte) dias úteis, contado da intimação.

#### **CAPÍTULO VI**

##### **DA REVELIA**

**Art. 252.** O Autuado não exercendo seu direito ao contraditório, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data da intimação, será considerado revel, sendo lavrado pela autoridade administrativa o respectivo Termo de Revelia, remetendo o lançamento à Dívida Ativa.

**Parágrafo único.** Não será considerado revel o sujeito passivo que, tendo impugnado o lançamento, não se manifeste sobre o termo complementar.

#### **CAPÍTULO VII**

##### **DA NULIDADE**

**Art. 253.** São nulos:

I - as intimações que não contiverem os elementos essenciais ao cumprimento de suas finalidades;

II - os atos e termos lavrados por pessoa incompetente;

III - a Notificação de Lançamento e o Auto de Infração que não contenham elementos suficientes para determinar, com segurança, a infração e o infrator.

**Parágrafo único.** A nulidade de qualquer ato só prejudica os posteriores que dele diretamente dependa ou sejam consequência.

**Art. 254.** A autoridade julgadora, ao declarar a nulidade, indicará quais os atos atingidos, ordenando as providências necessárias ao prosseguimento ou solução do processo.

#### **TÍTULO III**

##### **DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL**

##### **CAPÍTULO I**

##### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 255.** O processo administrativo fiscal tem início com ato praticado por qualquer pessoa física ou jurídica que vise a:

I - formulação de consulta quanto à interpretação e aplicação da legislação tributária municipal;

II - revisão de dados cadastrais;

III - solicitação de baixa do cadastro;

IV - impugnação de lançamento tributário;

V - apresentação de recurso à decisão proferida por autoridade administrativa tributária;

*Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgb@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453*



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

LEI

**Art. 256.** Os atos e termos processuais, quando a lei não prescrever forma determinada, conterão somente o indispensável à sua finalidade, numeradas e rubricadas todas as folhas dos autos, em ordem cronológica de eventos e juntada.

**Parágrafo único.** A lavratura dos atos e termos pode ser feita por qualquer meio desde que não haja espaços em branco, entrelinhas, emendas, rasuras ou borrões que venham prejudicar a análise do documento.

**Art. 257.** Os prazos processuais fluirão a partir da data de ciência e serão contínuos, excluindo-se na sua contagem o dia do início e incluindo-se o do vencimento.

**§ 1º** Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal no órgão em que corra o processo ou devam ser praticados os respectivos atos.

**§ 2º** Ficam prorrogados para o dia seguinte em que houver expediente normal os prazos que se iniciarem ou vencerem em dia decretado como ponto facultativo pelo Poder Executivo.

## CAPÍTULO II

### DO PROCESSO DE CONSULTA

**Art. 258.** O sujeito passivo poderá formular, em nome próprio, consulta sobre situações concretas e determinadas, quanto à interpretação e aplicação da legislação tributária municipal.

**Parágrafo único.** As entidades representativas de categorias econômicas ou profissionais poderão formular consulta em nome de seus representados.

**Art. 259.** A consulta será formulada à Secretaria Municipal de Finanças e decidida pelo Secretário Municipal no prazo de 40 (quarenta) dias úteis.

**§ 1º** O interessado será informado da resposta à consulta formulada e terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para proceder de acordo com a orientação, sem estar sujeito a penalidades.

**§ 2º** Enquanto a consulta estiver pendente de resposta ou durante o prazo para se proceder de acordo com a resposta, o consulente não estará sujeito a nenhum procedimento fiscal sobre a matéria consultada.

**§ 3º** A resposta da consulta vincula a administração tributária em relação ao consulente, não podendo ser adotado contra ele nenhum procedimento fiscal contrário, até que seja notificado de nova interpretação, sendo, neste caso, concedido novo prazo previsto no § 1º deste artigo.

**Art. 260.** Não produzirá efeito a consulta formulada:

I - por quem tiver sido intimado a cumprir obrigações relativas ao fato objeto da consulta;

II - por quem estiver sob procedimento fiscal iniciado para apurar fatos que se relacionem com a matéria consultada;

III - quando o fato já houver sido objeto de decisão anterior ainda não modificada, proferida em consulta ou litígio em que tenha sido parte o consulente;

IV - quando o fato estiver disciplinado em ato normativo publicado antes de sua apresentação;

Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgba@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

LEI

**V** - quando o fato estiver definido ou declarado em disposição literal na legislação tributária;

**VI** - quando o fato for definido como crime ou contravenção penal;

**VII** - quando não descrever, completa e exatamente, a hipótese a que se referir, ou não contiver os elementos necessários à sua solução, salvo se a inexatidão ou omissão for escusável, a critério da autoridade administrativa.

### CAPÍTULO III

#### DO PROCESSO DE REVISÃO CADASTRAL

**Art. 261.** Quando os dados no cadastro fiscal estiverem incorretos ou em desconformidade com a realidade, deverá o sujeito passivo apresentar pedido de revisão.

**Art. 262.** O prazo para interposição do pedido de revisão cadastral é de 20 (vinte) dias úteis, contados do ato ou fato que lhe deu origem.

§ 1º O pedido será apresentada por petição, no órgão responsável pelo gerenciamento do cadastro.

§ 2º O pedido de revisão indicará os dados que devam ser revisados, sendo, obrigatoriamente, juntados os documentos comprobatórios da alteração.

**Art. 263.** Os pedidos de revisão serão analisados pelo órgão competente que apreciará e decidirá sobre o pedido.

**Parágrafo único.** Sempre que necessário, o servidor do órgão fará visita *in loco* para avaliação e confirmação dos dados cadastrais.

### CAPÍTULO IV

#### DO PROCESSO DE BAIXA CADASTRAL

**Art. 264.** O sujeito passivo deverá apresentar pedido de baixa no cadastro municipal, quando do encerramento de sua atividade.

**Art. 265.** O prazo para interposição do pedido de baixa cadastral é de 20 (vinte) dias úteis, contados do encerramento de sua atividade.

§ 1º O pedido será apresentado por petição, no órgão responsável pelo gerenciamento do cadastro.

§ 2º O pedido de baixa deverá ser instruído com os documentos definidos em regulamento.

§ 3º O servidor responsável pela apreciação do pedido de baixa deverá decidir, fundamentadamente, pelo deferimento, indeferimento ou suspensão.

**Art. 266.** O pedido de baixa cadastral poderá resultar em procedimento de ação fiscal, a critério da Administração Tributária, para verificação da existência de crédito tributário não adimplido.

§ 1º Havendo crédito tributário a ser adimplido, o pedido de baixa será apreciado e ficará suspenso até o adimplemento.

§ 2º Havendo crédito tributário com a exigibilidade suspensa, será emitido uma certidão de baixa provisória, indicando a existência desse crédito.

Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgba@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

LEI

§ 3º A baixa definitiva somente será efetivada quando o contribuinte se encontrar regular perante o Fisco Municipal.

**Art. 267.** O sujeito passivo poderá apresentar recurso à decisão de suspensão ou indeferimento do processo de baixa.

#### CAPÍTULO V

##### DA IMPUGNAÇÃO DE LANÇAMENTO

**Art. 268.** O sujeito passivo poderá apresentar impugnação a lançamento tributário, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da data da sua intimação.

§ 1º A impugnação será apresentada por petição, no órgão de onde originou o lançamento, mediante comprovante de entrega.

§ 2º O impugnante alegará de uma só vez a matéria que entender útil, indicando ou requerendo as provas que pretender produzir, juntando, desde logo, as que possuir.

§ 3º A impugnação terá efeito suspensivo para a exigência do crédito tributário até a decisão definitiva da autoridade julgadora administrativa.

§ 4º O prazo para impugnação poderá ser prorrogado por mais 10 (dez) dias úteis, se o contribuinte o solicitar dentro do prazo previsto no *caput* deste artigo.

**Art. 269.** Apresentada a impugnação, o autor do procedimento fiscal terá o prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar do recebimento do processo, para oferecer contestação, implicando em responsabilidade civil o dano causado à Fazenda Municipal por dolo ou culpa.

§ 1º O prazo previsto no *caput* poderá ser prorrogado, mediante solicitação justificada a autoridade administrativa.

§ 2º Em caso de impedimento ou perda do prazo pelo autor de procedimento fiscal para contestar a impugnação, a autoridade administrativa determinará outro servidor fiscal para efetuar-la.

§ 3º Após a contestação, o processo será concluso à autoridade julgadora.

#### CAPÍTULO VI

##### DO JULGAMENTO ADMINISTRATIVO

**Art. 270.** O julgamento de processo administrativo fiscal será realizado:

I – em primeira instância pelo Secretário Municipal de Finanças;

II – em segunda instância pelo Prefeito Municipal, ouvida a Procuradoria do Município.

**Art. 271.** Na apreciação das provas e alegações a autoridade julgadora formará livremente seu convencimento, podendo ordenar as provas requeridas, pelo sujeito passivo ou pelo preposto fiscal que contestou a impugnação, exceto as que sejam consideradas inúteis ou protelatórias, e determinar a produção de outras que entender necessária.

§ 1º O sujeito passivo, seu preposto ou procurador e o autor do procedimento fiscal deverão participar das diligências e se manifestar no processo acerca da diligência.

§ 2º Quando requerida, a perícia será realizada por servidor fiscal estranho aos feitos, devendo ser intimado o sujeito passivo e o autor do procedimento para acompanhá-la,

Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgba@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

**LEI**

cientificando-os das conclusões, podendo os mesmos se manifestar no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados da ciência.

**Art. 272.** O sujeito passivo tem o prazo de 10 (dez) dias úteis para interposição de recurso voluntário, contados da publicação da decisão de primeira instância que lhe for desfavorável.

§ 1º O recurso será apresentada por petição dirigida ao Julgador de Segunda Instância, mediante comprovante de entrega.

§ 2º O recorrente alegará de uma só vez seu inconformismo com a decisão de Primeira Instância, juntando as provas que possuir.

§ 3º O recurso terá efeito suspensivo para a exigência do crédito tributário até a decisão definitiva da autoridade julgadora administrativa.

§ 4º O prazo para recurso é improrrogável.

**Art. 273.** O servidor fiscal autuante se manifestará sobre o recurso, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis.

**Art. 274.** Não se incluem na competência da autoridade julgadora:

I – a declaração de inconstitucionalidade;

II – a negativa de aplicação do ato normativo emanado de autoridade superior.

**Art. 275.** São definitivas, na esfera administrativa, as decisões:

I – de primeira instância, esgotado o prazo para interposição de recurso voluntário sem que este tenha sido interposto;

II – de segunda instância.

**Parágrafo único.** O sujeito passivo terá o prazo de 20 (vinte) dias úteis, para cumprir a decisão definitiva que determinar o pagamento de tributo, sob pena de inscrição do débito em dívida ativa.

## CAPÍTULO VII

### DA RESTAURAÇÃO DE PROCESSOS

**Art. 276.** O processo extraviado poderá ser restaurado por solicitação do interessado ou por determinação da autoridade administrativa, na forma definida em regulamento, desde que obedecidos os seguintes requisitos:

I – seja formado por cópias xerográficas ou impressas de documentos e atos que o compunha;

II – seja dada ciência à parte para que apresente cópia de documentos e atos que disponha;

III – seja dada ciência ao servidor fiscal autuante para se manifestar, no caso de restauração de auto de infração;

IV – concluída a restauração, seja intimado o contribuinte para se manifestar sobre o processo.

## TÍTULO IV

### DO CADASTRO FISCAL

#### CAPÍTULO I

Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgba@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

LEI

#### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 277.** O cadastro fiscal do Município é constituído de sujeitos passivos de obrigações tributárias e quaisquer pessoas, físicas ou jurídicas, privadas ou públicas, que não sendo sujeitos passivos, relacionam-se com a Administração Pública no recolhimento de preços públicos ou outras rendas municipais.

**Art. 278.** O cadastro fiscal pode ser desdobrado em:

- I - cadastro imobiliário; e
- II - cadastro de atividades, que se subdivide em:
  - a) cadastro dos estabelecimentos em geral;
  - b) cadastro das atividades exercidas nos logradouros públicos;
  - c) cadastro de profissionais autônomos;
  - d) cadastro simplificado.

**§1º** O cadastro imobiliário tem por finalidade inscrever todas as unidades imobiliárias urbanas e rurais existentes no Município, independentemente da sua categoria de uso ou da incidência da tributação.

**§2º** O cadastro de atividades tem por objetivo o registro de dados de pessoa física ou jurídica que:

- I - desenvolva atividade econômica, associativa, cooperativa e congêneres;
- II - seja sujeito passivo de obrigação tributária municipal, exceto vinculada ao cadastro imobiliário;
- III - esteja subordinada a concessão de alvará de licença.

**§3º** O cadastro simplificado tem por finalidade inscrever:

- I - as obras de construção civil;
- II - os sujeitos passivos de obrigações tributárias sem estabelecimento neste Município;
- III - as pessoas jurídicas de reduzido movimento econômico, conforme definido em Ato do Poder Executivo.
- IV - as pessoas vinculadas ao recolhimento de rendas municipais.

**Art. 279.** O sujeito passivo é obrigado a se inscrever no cadastro fiscal do Município e comunicar as alterações dos dados constantes da ficha cadastral, sendo as informações de sua inteira responsabilidade, não implicando na aceitação como verdadeiras pela Administração Tributária.

**Parágrafo único.** O prazo para inscrição cadastral e para comunicação de alterações é de 20 (vinte) dias úteis, a contar do ato ou fato que lhes deu origem.

**Art. 280.** O Município poderá celebrar convênios com outras pessoas de direito público ou privado visando à utilização recíproca de dados e elementos disponíveis nos respectivos cadastros.

**Art. 281.** Ato do Poder Executivo disciplinará a estrutura, organização e funcionamento do cadastro fiscal, observado o disposto nesta Lei.

#### CAPÍTULO II

Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgba@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

LEI

## DO CADASTRO IMOBILIÁRIO

### Seção I

#### Da Inscrição e Das Alterações

**Art. 282.** Serão obrigatoriamente inscritas no cadastro imobiliário todas as unidades imobiliárias autônomas urbanas e rurais existentes neste Município, mesmo as imunes ou isentas.

§ 1º Para efeito de inscrição no cadastro, considera-se unidade imobiliária autônoma aquela delimitada que permite uma ocupação ou utilização privativa e tenha acesso independente, mesmo quando o acesso principal seja por meio de áreas de circulação comum a todos.

§ 2º Para a caracterização da unidade imobiliária, deverá ser considerada a situação de fato do imóvel, coincidindo ou não com a descrita no respectivo título de propriedade, domínio ou posse, ou no cadastro.

§ 3º A Administração Tributária poderá promover, de ofício, o desmembramento de unidade imobiliária considerada autônoma.

**Art. 283.** Quando o proprietário de terreno for pessoa imune e houver contrato de comodato do terreno com direito à edificação pelo comodatário, a inscrição da unidade imobiliária, durante o período de vigência do contrato, deverá ser feita em nome do comodatário, anotando o nome do comodante e o registro do contrato.

**Parágrafo único** Extinto o contrato, a inscrição retornará em nome do comodante.

**Art. 284.** A inscrição ou alteração de dados da unidade imobiliária será requerida pelo contribuinte em petição constando as áreas do terreno e da edificação, o uso, as plantas de situação e localização, o título de propriedade, domínio ou posse e outros elementos julgados necessários em ato administrativo do Poder Executivo.

**Parágrafo único.** A inscrição ou alteração será efetuada de ofício se constatado o descumprimento da obrigação prevista nesta Lei, aplicando-se ao infrator as penalidades correspondentes.

**Art. 285.** No caso de loteamento ou edificação em condomínio, as inscrições desmembradas guardarão vinculação com a inscrição que lhes deu origem.

**Art. 286.** Far-se-á a inscrição da unidade imobiliária autônoma em nome do proprietário do imóvel, do titular do domínio útil ou do possuidor.

§ 1º Quando o terreno e a edificação pertencerem a pessoas diferentes far-se-á a inscrição em nome do proprietário da edificação, anotando-se o nome do proprietário do terreno.

§ 2º Para os efeitos deste artigo, poderão ser utilizados, além das provas comuns de propriedade, domínio útil ou posse do imóvel, Alvará de Licença para construção, comprovante de fornecimento de serviços ou outros documentos especificados em Regulamento.

§ 3º Quando ocorrer o desaparecimento da edificação, o terreno será inscrito em nome do seu proprietário, conservando-se para a área correspondente o mesmo número de inscrição.

Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgba@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO  
CNPJ: 13.230.982/0001-50  
Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada  
Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

LEI

**Art. 287.** Mesmo as edificações que não obedecem às normas vigentes serão inscritas no cadastro imobiliário, para efeito de incidência do imposto, não gerando, entretanto, quaisquer direitos ao proprietário, titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título.

**Art. 288.** Quando houver programa de recadastramento imobiliário, o sujeito passivo fica obrigado a prestar informações relativas ao seu imóvel, na forma definida em Regulamento.

**Art. 289.** Os atos administrativos que envolvam imóveis, emitidos por qualquer órgão municipal, devem indicar, obrigatoriamente, o número da respectiva inscrição imobiliária.

#### Seção II

##### Do Cancelamento da Inscrição

**Art. 290.** O cancelamento da inscrição cadastral da unidade imobiliária dar-se-á a requerimento do contribuinte ou de ofício, nas seguintes situações:

I - erro de lançamento que justifique o cancelamento;

II -remembramento de lotes em loteamento já aprovado e inscrito, após despacho do órgão competente;

III -remembramento de unidades imobiliárias autônomas inscritas, após despacho do órgão competente;

IV - alteração de unidades imobiliárias autônomas que justifique o cancelamento, após despacho do órgão competente;

V - alteração promovida na unidade imobiliária pela incorporação ou construção, de que resultem novas unidades imobiliárias autônomas.

#### CAPÍTULO III

##### DO CADASTRO DE ATIVIDADES

#### Seção I

##### Da Inscrição e das Alterações

**Art. 291.** Toda pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, ainda que imune ou isenta, sujeita à obrigação tributária principal ou acessória ou que exerça atividade no Município, fica obrigada a requerer sua inscrição e alterações no Cadastro Fiscal do Município, no prazo estabelecido no parágrafo único do art. 279 desta Lei e de acordo com as formalidades estabelecidas em ato do Poder Executivo.

**Parágrafo único.** A inscrição das pessoas vinculadas ao recolhimento de preços e outras rendas municipais se dará a requerimento do interessado ou de ofício, conforme estabelecido em regulamento.

**Art. 292.**A inscrição será feita de ofício, quando a pessoa física ou jurídica descumprir o previsto no art. 291 e desde que satisfaça a, pelo menos, uma das situações descritas nos incisos I e II ou, pelo menos, uma das situações descritas nos incisos III, IV e V, combinada com uma das situações dos incisos I e II:

I – manutenção de pessoal, material, máquinas, instrumentos e equipamentos necessários à execução dos serviços prestados no Município;

II – estrutura organizacional ou administrativa, instalada no local da prestação do serviço;

Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgba@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

LEI

**III** – inscrição em órgãos previdenciários, associações de classe, sindicatos e afins, e outros órgãos governamentais, na qual conste indicado o endereço neste Município;

**IV** – indicação como domicílio fiscal, neste Município, para efeito de outros tributos da união e/ou estadual;

**V** – permanência ou ânimo de permanecer no Município, para exploração econômica de atividades de prestação de serviços, exteriorizada através de indicação do endereço em impressos formulários ou correspondência, contrato de locação de imóvel, propaganda ou publicidade, ou em contas de telefone e de fornecimento de energia elétrica e água, em nome do prestador.

**Art. 293.** Considera-se inscrito, a título precário aquele que não obtiver resposta da autoridade administrativa, após 30 (trinta) dias do seu pedido de inscrição, salvo se der causa ao atraso.

**Art. 294.** O contribuinte que se encontrar exercendo atividade sem inscrição cadastral será autuado pela infração e terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para requerer sua inscrição.

**Art. 295.** O descumprimento do prazo mencionado no artigo anterior ou o indeferimento da inscrição implicará na interdição do estabelecimento pela autoridade administrativa, sem prejuízo das demais penalidades aplicáveis.

**Art. 296.** A inscrição das pessoas vinculadas ao recolhimento de rendas municipais se dará a requerimento do interessado ou de ofício, conforme estabelecido em regulamento.

## Seção II

### Da Baixa, Suspensão e Inatividade da Inscrição

**Art. 297.** Quando do encerramento da atividade é obrigatório o pedido de baixa pelo sujeito passivo, no prazo de até 20 (vinte) dias úteis.

**Parágrafo único.** O descumprimento da obrigação de requerer a baixa de cadastro sujeita o infrator à penalidade de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

**Art. 298.** Dar-se-á a baixa da inscrição:

**I** - a requerimento do contribuinte interessado ou seu mandatário;

**II** - de ofício.

**§ 1º** A partir da data do requerimento da baixa não serão exigidos declarações e pagamentos de tributos relativos a períodos posteriores.

**§ 2º** No caso de existência de débito tributário, inclusive com exigibilidade suspensa, o requerimento de baixa implica na responsabilidade solidária dos titulares, sócios e administradores da sociedade.

**§ 3º** No período compreendido entre o requerimento da baixa e o seu deferimento pela autoridade administrativa, a inscrição será enquadrada na situação cadastral suspensa por processo de baixa.

**§ 4º** A inscrição será enquadrada na situação cadastral baixada quando o requerimento de baixa for deferido.

**§ 5º** Ato do Poder Executivo disciplinará os procedimentos da baixa de inscrição.

Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgba@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

LEI

**Art. 299.** No caso de pedido de baixa de Empreendedor Individual (EI), Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), optante ou não do Simples Nacional, que esteja sem movimento há mais de 3 (três) anos:

I – o requerimento deve ser analisado no prazo máximo de 40 (quarenta) dias úteis, contados da data do protocolo;

II – ultrapassado o prazo previsto no inciso I, sem manifestação do órgão competente, salvo quando o atraso for motivado pelo requerente, presumir-se-á deferida a baixa;

**Parágrafo único.** Sendo presumida a baixa, não há impedimento para que, posteriormente, sejam lançados créditos tributários relativos a fatos geradores ocorridos antes do requerimento da baixa, ressalvado a decadência, reputando-se como responsáveis solidários o titular, os sócios e os administradores da sociedade.

**Art. 300.** Dar-se-á a suspensão da inscrição:

I – a requerimento do contribuinte, quando:

- a) não for exercer suas atividades em período determinado.
- b) do requerimento de pedido de baixa, até o pronunciamento final da Administração Tributária;

II – de ofício, quando:

- a) não estiver exercendo sua atividade no endereço informado no cadastro;
- b) estiver exercendo atividade não autorizada pelo Município;
- c) não se recadastrar, quando assim determinar ato de Poder Executivo;

**Art. 301.** A suspensão de ofício sujeitará o contribuinte às seguintes sanções:

I – não gozar de qualquer benefício fiscal;

II – não será atendido nos pedidos de:

- a) Certidão Negativa de Débito;
- b) autorização para impressão de documentos fiscais;
- c) autenticação de documentos fiscais;
- d) abertura de filial;
- e) inscrição cadastral de nova empresa da qual participe sócio ou o próprio contribuinte.

**Art. 302.** Será inativada a inscrição de contribuinte do ISS quando o mesmo não apresentar recolhimento do imposto ou declaração da falta de movimento tributável por período superior a 1 (um) ano.

**Art. 303.** A inatividade da inscrição sujeitará o contribuinte às seguintes sanções:

I – não gozar de qualquer benefício fiscal;

II – não será atendido nos pedidos de:

- a) Certidão Negativa de Débito;
- b) autorização para impressão de documentos fiscais;
- c) autenticação de documentos fiscais;
- d) tornar inidôneo os documentos fiscais por ele emitidos a partir da data de inatividade.

Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgba@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

LEI

## TÍTULO V

### DAS CERTIDÕES NEGATIVAS

**Art. 304.** A prova de quitação do tributo será feita por certidão negativa expedida pela Secretaria Municipal de Finanças, à vista de requerimento do interessado, que contenha todas as informações exigidas pelo Fisco, na forma do regulamento.

**§1º** A certidão negativa será expedida nos termos em que tenha sido requerida, não excluindo, entretanto, o direito do Fisco Municipal cobrar, em qualquer tempo, os débitos que venham a ser apurados posteriormente.

**§2º** O prazo de vigência dos efeitos da certidão negativa é de 90 (noventa) dias, contados da sua emissão.

**Art. 305.** Possui os mesmos efeitos de certidão negativa aquela do tipo *verbo-ad-verbum*, em que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa.

**Parágrafo único.** O prazo de vigência dos efeitos da certidão a que se refere este artigo é de 30 (trinta) dias, contados da sua emissão.

**Art. 306.** Havendo débitos não quitados, será fornecida certidão positiva onde conste a identificação e origem dos débitos.

**Art. 307.** A certidão será fornecida no prazo de até 10 (dez) dias da data de entrada do requerimento na repartição e indicará:

I - a identificação do contribuinte;

II - o domicílio fiscal;

III - o(s) tributo(s) ou cadastro a que se refere;

IV - o período a que se refere;

V - o período de sua validade.

**Art. 308.** Independentemente de disposição legal permissiva, será dispensada a prova de quitação de tributos, ou o seu suprimento, quando se tratar de prática de ato indispensável para evitar a caducidade de direito, respondendo, porém, todos os participantes no ato, pelo tributo porventura devido, juros de mora e penalidades cabíveis, exceto as relativas a infrações cuja responsabilidade seja pessoal do infrator.

**Art. 309.** A Certidão Negativa expedida com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Pública, responsabiliza pessoalmente o funcionário que a expedir, pelo crédito tributário e os acréscimos legais, não excluindo a responsabilidade criminal e funcional cabível.

## LIVRO IV

### DAS RENDAS MUNICIPAIS

#### TÍTULO I

### DAS RENDAS DIVERSAS

**Art. 310.** Além da receita tributária de impostos, taxas e contribuições da competência privativa do Município, constituem rendas municipais diversas:

I - receita patrimonial proveniente de:

Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgba@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

**LEI**

- a) exploração do acervo imobiliário a título de laudêmos, foros, arrendamentos, aluguéis e outras;
- b) rendas de capitais;
- c) outras receitas patrimoniais;
- II - receita industrial proveniente de:
  - a) prestação de serviços públicos;
  - b) rendas de mercados;
  - c) rendas de cemitérios;
- III - transferências correntes da União e do Estado;
- IV - receitas diversas provenientes de:
  - a) Dívida Ativa;
  - b) multas e juros de mora;
  - c) multas por infrações a leis e regulamentos;
  - d) receitas de exercícios anteriores;
  - e) outras receitas diversas;

**Parágrafo único.** Constituem receitas diversas a serem recolhidas aos cofres públicos, como rendas do Município, as percentagens sobre a cobrança da Dívida Ativa do Município, pagas pelos devedores ou qualquer importância calculada sobre valores da receita municipal.

**Art. 311.** As rendas diversas serão lançadas e arrecadadas de acordo com as normas estabelecidas em regulamento baixado pelo Poder Executivo.

## TÍTULO II

### DOS PREÇOS PÚBLICOS

**Art. 312.** Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a fixar tabelas de preços públicos a serem cobrados:

- I - pelos serviços de natureza industrial, comercial e civil, prestados pelo Município em caráter de empresa e passíveis de serem explorados por empresas privadas;
- II - pela prestação de serviços técnicos de demarcação e marcação de áreas de terreno, de análise de processos para licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades efetivas ou potencialmente degradadoras, avaliação de propriedade imobiliária e prestação de serviços diversos;
- III - pelo uso de:
  - a) bens próprios municipais, de uso especial ou dominiais, tais como prédios, estádio, ginásio;
  - b) bens de uso comum do povo, tais como praças, logradouros públicos;
- IV - pela exploração de serviço público municipal sob o regime de concessão ou permissão.

§1º São serviços municipais compreendidos no inciso I:

*Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgb@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453*



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

LEI

I - mercados e entrepostos;

II - fornecimento de energia ou água encanada para titulares de autorização, permissão e concessão de bens públicos;

III - coleta, remoção, destinação de resíduos não contemplados pela TRSD.

§ 2º Estão compreendidos no inciso II:

I - fornecimento de cadernetas, placas, carteiras, chapas, plantas fotográficas, heliográficas e semelhantes;

II - prestação de serviços técnicos de demarcação e marcação de áreas de terrenos, avaliação de propriedade imobiliária e prestação de serviços diversos;

III - prestação dos serviços de expediente;

IV - produtos e serviços decorrentes da base de dados geográficos em meio analógico e digital;

V - outros serviços.

§ 3º A enumeração referida nos parágrafos anteriores é meramente exemplificativa, podendo ser incluídos no sistema de preços outros serviços ou utilidades de natureza semelhante prestados pelo Município.

**Art. 313.** A fixação dos preços para os serviços prestados exclusivamente pelo Município terá por base o custo unitário.

**Art. 314.** Quando não for possível a obtenção do custo unitário, para a fixação do preço será considerado o custo total do serviço verificado no último exercício, a flutuação nos preços de aquisição dos fatores de produção do serviço e o volume de serviço prestado e a prestar.

§ 1º O volume do serviço será medido, conforme o caso, pelo número de utilidades produzidas ou fornecidas, pela média dos usuários atendidos e outros elementos que permita apurá-lo.

§ 2º O custo total compreenderá o custo de produção, manutenção e administração do serviço e bem assim as reservas para recuperação do equipamento e expansão do serviço.

**Art. 315.** Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a fixar os preços dos serviços até o limite da recuperação do custo total, dependendo de Lei a fixação acima desse limite.

**Art. 316.** Os serviços públicos municipais de qualquer natureza, quando sob regime de concessão e a exploração de serviços de utilidade pública, conforme disposto em Lei Municipal, terão a tarifa e preço fixados por Ato do Poder Executivo, na forma desta Lei.

**Art. 317.** O não pagamento, nos prazos, dos débitos resultantes do fornecimento de utilidades produzidas ou do uso das instalações e bens públicos, ou em razão da exploração direta de serviços municipais, acarretará o corte do fornecimento ou a suspensão do uso.

**Parágrafo único.** O corte de fornecimento ou a suspensão do uso de que trata este artigo podem ser aplicados também nos casos de outras infrações previstas no Código de Polícia Administrativa ou Regulamento específico.

**Art. 318.** Aplicam-se aos preços públicos as normas de natureza tributária, no que couber.

Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgba@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

LEI

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

**Art. 319.** Nenhuma pessoa física ou jurídica poderá concorrer a fornecimento de materiais e serviços, vender diretamente ou participar de licitação para execução de obra pública sem que se ache quitado com a Fazenda Municipal, quanto a tributos e rendas a cujo pagamento esteja obrigado.

**Parágrafo único.** A exigência contida neste artigo estende-se, obrigatoriamente, à expedição de qualquer alvará de licença.

**Art. 320.** Fica instituída a Unidade Fiscal do Município – UFM, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2013, no valor unitário de R\$ 1,37 (um real e trinta e sete centavos), que será atualizado monetariamente em 1º de janeiro, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo-Especial – IPCA-E, apurado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acumulado no exercício anterior.

**Art. 321.** Os Regulamentos baixados para execução da presente Lei são de competência do Chefe do Poder Executivo e não poderão criar direitos e obrigações novas nela previstos, limitando-se às providências necessárias a mais fácil execução de suas normas.

**Art. 322.** Enquanto não forem baixados os atos administrativos regulamentares, permanecem em vigor aqueles que disponham sobre a matéria ou assunto tratado nesta Lei, desde que com esta não conflitem.

**Art. 323.** Ficam recepcionadas as Leis Complementares nº 123/2006 e alterações e as que vierem a dispor sobre normas relativas ao tratamento tributário diferenciado e favorecido dispensado aos Microempreendedores Individuais (MEI) e às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), no que se refere ao Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresa de Pequeno Porte – Simples Nacional.

**Art. 324.** Em atendimento ao Ordenamento e Uso do Solo, nos loteamentos, as áreas destinadas à implantação de circulação viária, equipamentos urbanos e comunitários e espaços verdes e abertos de uso público serão proporcionais à densidade de ocupação para a área em que se situem, sendo que:

I - as áreas destinadas ao sistema de circulação, a equipamentos urbanos e comunitários, e às áreas verdes e de lazer, serão doadas gratuitamente ao Município no ato do registro do parcelamento independentemente de escritura pública de doação e equivalerão a, no mínimo, 35% (trinta e cinco) da área total da gleba;

II - As áreas públicas a que se refere o inciso I deste artigo atenderão aos seguintes percentuais:

a) as áreas verdes e de lazer, divididas em partes iguais, corresponderão a, no mínimo, 15% (quinze por cento) da área total da gleba garantindo-se sempre a quota mínima de 48m<sup>2</sup> (quarenta e oito metros quadrados) por unidade habitacional;

b) as áreas destinadas a equipamentos comunitários corresponderão a, no mínimo, 5% (cinco por cento) da área total da gleba;

c) caso o cálculo da área institucional resulte em área inferior a 500,00 m<sup>2</sup> (quinhentos metros quadrados), deve ser assegurado esse mínimo para implantação de equipamentos públicos.

Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgba@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

LEI

§1º Serão transferidas para o patrimônio municipal, por ocasião do registro do loteamento no Cartório de Registro de Imóveis, mediante escritura pública, sem qualquer ônus para o Município, as áreas de terreno de que trata o **caput** deste artigo.

§2º A destinação das áreas para equipamentos comunitários será definida pelo Poder Executivo.

§3º A localização das vias principais das áreas destinadas a equipamentos urbanos e comunitários e dos espaços livres de uso público dos loteamentos deverá ser aprovada pelo órgão municipal competente.

§4º Quando, pelo porte do empreendimento, as áreas destinadas à implantação de equipamentos comunitários resultarem inferiores a duas vezes o tamanho do lote mínimo do empreendimento, poderão ser substituídas por áreas localizadas em outro local, ou por pagamento em espécie, com base no valor de mercado.

§5º Todo loteamento residencial poderá destinar uma área específica para uso de pequeno comércio de conveniência e de serviços de apoio aos moradores.

§6º Entende-se por loteamento qualquer divisão do solo, de que resulte em novas unidades imobiliárias, implicando abertura de logradouros públicos ou ampliação dos existentes.

**Art. 325.** Os loteantes e empreendedores terão como obrigação executar, à própria custa, no prazo fixado pelo Município, de acordo com os respectivos projetos aprovados:

I - locação de ruas, quadras e lotes;

II - movimentos de terra;

III - assentamento de meios-fios;

IV - execução de sarjetas;

V - rede de abastecimento de água potável;

VI - assentamento de redes de esgotos e águas pluviais;

VII - pavimentação de todas as ruas;

VIII - muros de sustentação, quando necessários;

IX - posteação e rede de iluminação pública;

X - cerca de áreas escolares;

XI - tratamento paisagístico das áreas verdes;

XII - outras determinações constantes de Termo de Acordo e Compromisso (TAC);

XIII - outras determinações especificadas por ato do Poder Executivo.

**Art. 326.** Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar contrato com qualquer empresa concessionária ou permissionária do serviço público e ou autarquia pública, com o objetivo de cobrar tributos e preços públicos municipais.

**Art. 327.** A Secretaria Municipal de Finanças orientará a aplicação da presente Lei expedindo as necessárias instruções por meio de Portaria.

Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgba@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

**LEI**

**Art. 328.** Ficam aprovadas as Tabelas de Receita nº I a X, anexas a esta Lei.

**Art. 329.** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 330.** Ficam revogadas as disposições em contrário e expressamente as Leis nº 247/2012 e 374/2016.

Gabinete da Prefeita, Capim Grosso, 20 de dezembro de 2017.

  
**Lydia Fontoura Pinheiro**  
Prefeita Municipal

*Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita*  
*E-mail: pmcgb@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

**LEI**

## **ANEXO I**

### **LISTA DE SERVIÇOS**

#### **1 - Serviços de informática e congêneres.**

1.01 - Análise e desenvolvimento de sistemas.

1.02 - Programação.

1.03 - Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.

1.04 - Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.

1.05 - Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.

1.06 - Assessoria e consultoria em informática.

1.07 - Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.

1.08 - Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.

1.09 - Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).

#### **2 - Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.**

2.01 - Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

#### **3 - Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.**

3.02 - Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.

3.03 - Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.

3.04 - Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.

3.05 - Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.

#### **4 - Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.**

4.01 - Medicina e biomedicina.

4.02 - Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.

4.03 Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.

*Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgba@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

**LEI**

- 4.04 - Instrumentação cirúrgica.
- 4.05 - Acupuntura.
- 4.06 - Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.
- 4.07 - Serviços farmacêuticos.
- 4.08 - Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.
- 4.09 - Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.
- 4.10 - Nutrição.
- 4.11 - Obstetrícia.
- 4.12 - Odontologia.
- 4.13 - Ortóptica.
- 4.14 - Próteses sob encomenda.
- 4.15 - Psicanálise.
- 4.16 - Psicologia.
- 4.17 - Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.
- 4.18 - Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.
- 4.19 - Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.
- 4.20 - Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.
- 4.21 - Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.
- 4.22 - Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.
- 4.23 - Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do rio.

**5 - Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.**

- 5.01 - Medicina veterinária e zootecnia.
- 5.02 - Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.
- 5.03 - Laboratórios de análise na área veterinária.
- 5.04 - Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.
- 5.05 - Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.
- 5.06 - Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.
- 5.07 - Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.
- 5.08 - Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.
- 5.09 - Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.

**6 - Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.**

Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: [pmcgba@gmail.com](mailto:pmcgba@gmail.com) Tel.:(74) 3651-2453



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

LEI

- 6.01 - Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.
- 6.02 - Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.
- 6.03 - Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.
- 6.04 - Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.
- 6.05 - Centros de emagrecimento, spa e congêneres.
- 6.06 - Aplicação de tatuagens, **piercings** e congêneres

**7 - Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.**

- 7.01 - Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.
- 7.02 - Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).
- 7.03 - Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.
- 7.04 - Demolição.
- 7.05 - Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).
- 7.06 - Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.
- 7.07 - Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.
- 7.08 - Calafetação.
- 7.09 - Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.
- 7.10 - Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.
- 7.11 Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.
- 7.12 - Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.
- 7.13 - Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.
- 7.16 - Florestamento, reflorestamento, sementeira, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.
- 7.17 - Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.

Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgba@gmail.com Tel: (74) 3651-2453



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

**LEI**

7.18 - Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.

7.19 - Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.

7.20 - Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.

7.21 - Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretagem, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.

7.22 - Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.

**8 - Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.**

8.01 - Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.

8.02 - Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.

**9 - Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.**

9.01 - Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suiteservice, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).

9.02 - Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.

9.03 - Guias de turismo.

**10 - Serviços de intermediação e congêneres.**

10.01 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.

10.02 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.

10.03 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.

10.04 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).

10.05 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.

10.06 - Agenciamento marítimo.

10.07 - Agenciamento de notícias.

10.08 - Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.

Prefeitura Municipal de Capim Grosso - Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgba@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

LEI

10.09 - Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.

10.10 - Distribuição de bens de terceiros.

**11 - Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.**

11.01 - Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.

11.02 - Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.

11.03 - Escolta, inclusive de veículos e cargas.

11.04 - Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.

**12 - Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.**

12.01 - Espetáculos teatrais.

12.02 - Exibições cinematográficas.

12.03 - Espetáculos circenses.

12.04 - Programas de auditório.

12.05 - Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.

12.06 - Boates, taxi-dancing e congêneres.

12.07 - Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

12.08 - Feiras, exposições, congressos e congêneres.

12.09 - Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.

12.10 - Corridas e competições de animais.

12.11 Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.

12.12 - Execução de música.

12.13 - Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

12.14 - Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.

12.15 - Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.

12.16 - Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.

12.17 Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.

**13 - Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.**

13.02 - Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.

Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgba@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

LEI

13.03 - Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.

13.04 - Reprografia, microfilmagem e digitalização.

13.05 - Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clichéria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.

#### 14 - Serviços relativos a bens de terceiros.

14.01 - Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).

14.02 - Assistência técnica.

14.03 - Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).

14.04 - Recauchutagem ou regeneração de pneus.

14.05 - Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.

14.06 Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.

14.07 - Colocação de molduras e congêneres.

14.08 - Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.

14.09 - Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.

14.10 - Tinturaria e lavanderia.

14.11 - Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.

14.12 - Funilaria e lanternagem.

14.13 - Carpintaria e serralheria.

14.14 - Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.

#### 15 - Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.

15.01 - Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.

15.02 - Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.

Prefeitura Municipal de Capim Grosso - Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgba@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

**LEI**

15.03 - Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.

15.04 - Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.

15.05 - Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.

15.06 - Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.

15.07 - Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, facsímile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.

15.08 - Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.

15.09 - Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).

15.10 - Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.

15.11 - Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.

15.12 - Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.

15.13 - Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.

15.14 - Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.

15.15 - Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.

15.16 - Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.

Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: [pmcgba@gmail.com](mailto:pmcgba@gmail.com) Tel.:(74) 3651-2453



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

**LEI**

15.17 - Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.

15.18 - Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.

**16 - Serviços de transporte de natureza municipal.**

16.01 - Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.

16.02 - Outros serviços de transporte de natureza municipal

**17 - Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.**

17.01 - Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.

17.02 - Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.

17.03 - Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.

17.04 - Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.

17.05 - Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.

17.06 - Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.

17.08 - Franquia (franchising).

17.09 - Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.

17.10 - Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.

17.11 - Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).

17.12 - Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.

17.13 - Leilão e congêneres.

17.14 - Advocacia.

17.15 - Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.

17.16 - Auditoria.

17.17 - Análise de Organização e Métodos.

17.18 - Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.

17.19 - Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.

Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: [pmcgba@gmail.com](mailto:pmcgba@gmail.com) Tel.:(74) 3651-2453



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

LEI

17.20 - Consultoria e assessoria econômica ou financeira.

17.21 - Estatística.

17.22 - Cobrança em geral.

17.23 - Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).

17.24 - Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.

17.25 - Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).

**18 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.**

18.01 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

**19 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.**

19.01 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

**20 - Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.**

20.01 - Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.

20.02 - Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.

20.03 - Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.

**21 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.**

21.01 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

**22 - Serviços de exploração de rodovia.**

Prefeitura Municipal de Capim Grosso - Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgb@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

**LEI**

22.01 - Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.

**23 - Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.**

23.01 - Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.

**24 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.**

24.01 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.

**25 - Serviços funerários.**

25.01 - Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembarço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.

25.02 - Traslado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.

25.03 - Planos ou convênio funerários.

25.04 - Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.

25.05 - Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.

**26 - Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.**

26.01 - Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.

**27 - Serviços de assistência social.**

27.01 - Serviços de assistência social.

**28 - Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.**

28.01 - Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

**29 - Serviços de biblioteconomia.**

29.01 - Serviços de biblioteconomia.

Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgba@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**

CNPJ: 13.230.982/0001-50

Praça Nove de Maio - Bairro Novo Morada

Capim Grosso - Ba CEP: 44695 - 000

**LEI**

**30 - Serviços de biologia, biotecnologia e química.**

30.01 - Serviços de biologia, biotecnologia e química.

**31 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.**

31.01 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

**32 - Serviços de desenhos técnicos.**

32.01 - Serviços de desenhos técnicos.

**33 - Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.**

33.01 Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

**34 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.**

34.01 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

**35 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.**

35.01 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

**36 - Serviços de meteorologia.**

36.01 - Serviços de meteorologia.

**37 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.**

37.01 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.

**38 - Serviços de museologia.**

38.01 - Serviços de museologia.

**39 - Serviços de ourivesaria e lapidação.**

39.01 - Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).

**40 - Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.**

40.01 - Obras de arte sob encomenda.

*Prefeitura Municipal de Capim Grosso – Gabinete da Prefeita  
E-mail: pmcgba@gmail.com Tel.:(74) 3651-2453*



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO - BAHIA  
PRAÇA 09 DE MAIO S/N – NOVA MORADA  
CNPJ: 13.230.982/0001-50

**TABELA DE RECEITA Nº IX**

**TAXA DE COLETA, REMOÇÃO E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS  
DOMICILIARES – TRSD**

ITEM	TIPO DE UNIDADE	VALOR EM UFM	LIMITE MÁXIMO POR ANO
1	Residencial	0,40	100,00
2	Comercial/Serviços	0,80	200,00
3	Industrial	1,00	300,00
4	Hospitalar	3,00	400,00
5	Terreno	1,00	200,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO - BAHIA  
PRAÇA 09 DE MAIO S/N – NOVA MORADA  
CNPJ: 13.230.982/0001-50

**TABELA DE RECEITA Nº. X**  
**CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA – COSIP**

RESIDENCIAL	
Faixa de Consumo (kWh)	Limite máximo da COSIP – mensal, em reais (R\$)
0 A 30	0,00
31 A 50	0,00
51 A 60	0,00
61 A 80	0,00
81 A 100	10,00
101 A 200	14,00
201 A 300	25,00
301 A 450	40,00
451 A 650	60,00
651 A 1000	80,00
1001 A 2000	135,00
ACIMA DE 2000	250,00

COMERCIAL / INDUSTRIAL	
Faixa de Consumo (kWh)	Limite máximo da COSIP – mensal, em reais (R\$)
0 A 30	0,00
31 A 50	0,00
51 A 60	0,00
61 A 80	0,00
81 A 100	11,00
101 A 200	19,00
201 A 300	32,00
301 A 450	45,00
451 A 650	65,00
651 A 1000	90,00
1001 A 2000	200,00
ACIMA DE 2000	490,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO - BAHIA  
PRAÇA 09 DE MAIO S/N – NOVA MORADA  
CNPJ: 13.230.982/0001-50

PRÓPRIO / PODER PÚBLICO / SERVIÇO PÚBLICO / REVENDA	
Faixa de Consumo (kWh)	Limite máximo da COSIP – mensal, em reais (R\$)
0 A 30	4,10
31 A 50	5,00
51 A 60	8,00
61 A 80	10,00
81 A 100	13,00
101 A 200	19,00
201 A 300	32,00
301 A 450	45,00
451 A 650	65,00
651 A 1000	500,00
1001 A 2000	1.000,00
ACIMA DE 2000	4.000,00



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**  
PRAÇA 09 DE MAIO, S/N, BAIRRO NOVO HORIZONTE – CAPIM GROSSO/BAHIA  
CNPJ: 13.230.982/0001-50

**TABELA I A**  
**VALORES UNITÁRIOS PARA CONSTRUÇÕES**

TIPO	UFM / M2	TIPO	COEFICIENTE DE CONSERVAÇÃO	UFM
CASA	119,75	NOVA/ÓTIMA	1,00	119,75
		BOA	0,90	107,77
		REGULAR	0,70	83,82
		MAU	0,40	47,90
CONSTRUÇÃO PRECÁRIA	19,96	MAU	1,00	19,96
APARTAMENTO	119,75	NOVO/ÓTIMO	1,00	119,75
		BOM	0,90	107,77
		REGULAR	0,70	83,82
		MAU	0,40	47,90
PRÉDIO	119,75	NOVO/ÓTIMO	1,00	119,75
		BOM	0,90	107,77
		REGULAR	0,70	83,82
		MAU	0,40	47,90
LOJA/SALA	99,79	NOVA/ÓTIMA	1,00	99,79
		BOA	0,90	89,81
		REGULAR	0,70	69,85
		MAU	0,40	39,92
GALPÃO	69,85	NOVO/ÓTIMO	1,00	69,85
		BOM	0,90	62,85
		REGULAR	0,70	48,89
		MAU	0,40	27,94
TELHEIRO	62,87	NOVO/ÓTIMO	1,00	62,87
		BOM	0,90	56,58
		REGULAR	0,70	44,00
		MAU	0,40	25,15
FÁBRICA	124,74	NOVA/ÓTIMA	1,00	124,74
		BOA	0,90	112,27
		REGULAR	0,70	87,32
		MAU	0,40	49,90
ESPECIAL	139,71	NOVA/ÓTIMA	1,00	139,71
		BOA	0,90	125,74
		REGULAR	0,70	97,80
		MAU	0,40	55,88



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO**  
PRAÇA 09 DE MAIO, S/N, BAIRRO NOVO HORIZONTE – CAPIM GROSSO/BAHIA  
CNPJ: 13.230.982/0001-50

**TABELA I A**

FATORES DE CORREÇÃO PARA TERRENOS

SITUAÇÃO DA QUADRA	PERCENTUAL
Meio de quadra	1
Esquina mais de uma frente	1,1
Encravado	0,8
Gleba	0,6
Vila	0,9
Aglomerado	0,5
Condomínio Horizontal	1,1

TOPOGRAFIA	PERCENTUAL
Plano	1
Aclive	0,8
Declive	0,8
Irregular	0,7

PEDOLOGIA	PERCENTUAL
Inundável	0,7
Firme	1
Alagado	0,6
Combinação dos demais	1

FATOR DE CORREÇÃO PARA CONSTRUÇÕES

ALINHAMENTO	PERCENTUAL
ALINHADA	1,00
RECUADA	1,10

POSICIONAMENTO	PERCENTUAL
ISOLADA	1,00
CONJUGADA	0,90
GEMINADA	0,80

SITUACAO UNIDADE CONSTRUIDA	PERCENTUAL
FRENTE	1,00
FUNDOS	0,90

COBERTURA	PERCENTUAL
PALHA/ZINCO	0,50
CIMENTO AMIANTO	0,70
TELHA DE BARRO	1,00
LAJE	1,10
ESPECIAL	1,20

PAREDES	PERCENTUAL
SEM	0,40



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO  
PRAÇA 09 DE MAIO, S/N, BAIRRO NOVO HORIZONTE – CAPIM GROSSO/BAHIA  
CNPJ: 13.230.982/0001-50

TAIPA	0,30
ALVENARIA	1,00
CONCRETO	1,10
MADEIRA	0,80

FORRO	PERCENTUAL
SEM	0,70
MADEIRA	1,10
ESTUQUE	1,00
LAJE	1,00
CHAPAS	0,70

REVESTIMENTO FACHADA PRINCIPAL	PERCENTUAL
SEM	0,70
REBOCO	1,00
CERAMICA	1,10
MADEIRA	1,00
ESPECIAL	1,20

INSTALAÇÃO SANITÁRIA	PERCENTUAL
SEM	0,70
EXTERNA	0,80
INST. SIMPLES	0,90
MAIS DE UMA INTERNA	1,00
INTERNA COMPLETA	1,00

PISO	PERCENTUAL
TERRA BATIDA	0,50
CIMENTO	0,70
CERAMICA/MOSAICO	1,00
TÁBUAS	1,00
TACO	1,00
M. PLASTICA	1,10
ESPECIAL	1,20

INSTALAÇÃO ELÉTRICA	PERCENTUAL
SEM	0,80
APARENTE	0,90
EMBTIDA	1,00

ESTRUTURA	PERCENTUAL
ALVENARIA	1,00
MADEIRA	0,90
METÁLICA	1,10
CONCRETO	1,10



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO - BAHIA  
PRAÇA 09 DE MAIO S/N - NOVA MORADA  
CNPJ: 13.230.982/0001-50

**TABELA INFRAÇÕES – AMBIENTAIS**

<b>INFRAÇÃO</b>	<b>PENALIDADE VALOR DA MULTA EM UFM</b>
Utilização de espaço público sem a devida licença.	100
Funcionamento irregular de estabelecimento comercial, industrial, ou de prestação de serviço.	130
Inserir quebra-molas, redutor de velocidade ou objetos afins no leito da via pública, sem prévia autorização	70
Deixar de manter higienizado o estabelecimento industrial, comercial ou de serviço.	100
Atentar contra a segurança da população	200
Explorar qualquer meio publicitário nas vias, nos logradouros públicos e nas áreas particulares sem autorização.	100
Funcionamento de estabelecimento fora de horário estabelecido pela administração pública	150
Deixar de expor alvará em local visível	70
Utilizar logradouro público para preparo de concreto, argamassa ou similares, assim como para confecção de forma, armação de ferragens, ou execução de outros serviços.	100
Deixar de exibir alvará a fiscalização	120
Instalar equipamento em passeio ou logradouro público sem autorização	170
Danificar ou retirar sinalização de trânsito instalada na via ou logradouro público	120
Realização de evento ou festividade pública sem autorização	200
Deixar que menor permaneça em bar ou casa noturna desacompanhado de responsável legal	100
Vender bebida alcoólica ou cigarro a menor de 18 (dezoito) anos	100
Ultrapassar o tempo de carga e descarga de materiais na via pública	70
Deixar de manter habitações, terrenos e pátios, livres de mato, água estagnada ou lixo.	150
Instalação de banca de impressos, em local diferente do definido pelo poder público.	70
Varrer lixo, detritos sólidos e resíduos graxos de qualquer natureza do interior dos prédios residenciais, comerciais, industriais e de veículos, para as sarjetas, bocas de lobo, ralos ou qualquer área de logradouro público	100
Colocar lixo fora da residência ou do estabelecimento em local, horário ou frequência previamente determinados pelo poder público.	60
Deixar de atender à intimação para saneamento de irregularidade detectada pela fiscalização municipal.	60
Fumar cigarro, charuto ou cachimbo em ambiente proibido pelas normas municipais.	60
Manter animal solto em logradouro público (a multa pela infração será calculada por unidade de animal encontrado solto)	70
Depositar ou conservar nas vias públicas, ainda que provisoriamente, inflamáveis ou explosivos sem a prévia concessão do poder público	200
Soltar balão	150
Funcionamento irregular de pedreira, olaria, jazida mineral e afins.	200
Infração a dispositivo da Lei de Posturas, não discriminada nesta tabela.	100
Fabricar explosivos sem licença municipal ou em local não determinado pelo Poder Executivo (sem prejuízo da responsabilidade civil)	370
Manter depósito de substâncias inflamáveis ou de explosivos sem atender às exigências legais quanto à implantação ou operação. (sem prejuízo da responsabilidade	730



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO - BAHIA**  
**PRAÇA 09 DE MAIO S/N – NOVA MORADA**  
**CNPJ: 13.230.982/0001-50**

civil)	
Depositar ou conservar nas vias públicas, mesmo que provisoriamente, inflamáveis ou explosivos. (sem prejuízo da responsabilidade civil)	365
Embaraçar a ação do agente da fiscalização ambiental	300
Deixar de efetuar o licenciamento ambiental da atividade que está sendo exercida	365
Construir, reformar ou demolir edificação sem o prévio licenciamento ambiental.	219
Deixar de atender à notificação para reparar dano ambiental.	37 (por dia não atendido)
Manter vasilhame ou embalagem de agrotóxico fora de local devidamente estabelecido pelo Poder Público	37 (por embalagem)
Depositar ou conservar nas vias públicas, mesmo provisoriamente, embalagens utilizadas para armazenar agrotóxico (sem prejuízo da responsabilidade civil)	59 (por embalagem)
Executar obra sem a devida licença ambiental	220
Extraír do solo município pedra, areia, cal ou qualquer espécie de mineral sem prévia autorização municipal.	73 (por m <sup>2</sup> de terreno explorado)
Cortar ou podar árvore sem a devida autorização municipal	73 (por árvore cortada ou podada)
Receber, transportar ou adquirir madeira, lenha, carvão ou outro produto de origem vegetal sem exigir do vendedor a devida licença outorgada pela autoridade competente, e sem munir-se da via que deverá acompanhar o produto até o final beneficiamento.	73 (por metro cúbico)
Deixar de manter placa de identificação no local da obra.	37
Deixar de instalar extintor de incêndio na edificação.	37
Omitir no projeto existência de cursos de água ou topografia acidentada.	75
Ocupar edificação sem o respectivo “Habite-se”.	1,00 (Para cada m <sup>2</sup> de área construída)
Deixar de atender à intimação para construção, reparação ou reconstrução de vedações ou passeios.	365
Deixar de atender aos requisitos mínimos de ventilação e iluminação das construções	75
Utilizar a edificação para fim diverso do declarado no projeto aprovado.	1,00 (Para cada m <sup>2</sup> de área construída)
Construir ou instalar elevador, instalação hidrosanitária, vão de passagem, porta, fachada, corredor, escada ou rampa de edificação em desacordo com o disposto em lei.	100
Deixar de atender à intimação para saneamento de irregularidade detectada pela fiscalização.	100
Infração a dispositivo da Lei de Edificações, não discriminada nesta tabela.	100
Executar obra em desacordo com o projeto aprovado.	150
Ligar coletor de água pluvial à rede de esgoto sanitário	200
Executar obra sem a licença devida.	2,00 (Para cada m <sup>2</sup> de área construída)
Manter terrenos edificados ou não sem vedações.	200
Deixar de observar o alinhamento e nivelamento da obra.	200



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO - BAHIA**  
**PRAÇA 09 DE MAIO S/N – NOVA MORADA**  
**CNPJ: 13.230.982/0001-50**

Depositar materiais de construção ou entulho no passeio ou via pública.	300
Construir edificação em terreno úmido, alagadiço, pantanoso, instável ou contaminado por substâncias orgânicas ou tóxicas sem o saneamento prévio do solo.	500
Manter pessoa no canteiro de obras sem os equipamentos de segurança e proteção individual.	500
Executar obra pondo em risco a segurança da coletividade.	500
Efetuar qualquer tipo de ligação ou implantação de fornecimento de serviço permitido ou concedido em lote sem construção, loteamento não aprovado, ou obra sem alvará de construção ou sem habite-se.	1.000 (Por ligação efetuada)
<b>INFRAÇÃO</b>	<b>PENALIDADE</b>
Deixar de efetuar o recolhimento do valor da taxa de fiscalização ambiental	100 % do valor do tributo atualizado monetariamente



**TABELA DE RECEITA Nº I  
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA -  
IPTU**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÕES	%
01	Unidade imobiliária constituída por terreno sem construção, ou em que houver construção condenada em ruínas, incendiada, paralisada, sobre o valor venal do terreno, mura. Nota 1 – Considera-se construção paralisada aquela que não foi concluída no prazo de validade do alvará de construção ou de sua prorrogação.	1,00
02	Unidade imobiliária para fim residencial, sobre o valor venal do imóvel.	0,30
03	Unidade imobiliária de ocupação, comercial, de prestação de serviços, industrial, Box-garagem próprio ou de aluguel, sobre o valor venal do imóvel.	0,50
04	Unidade imobiliária que houver construção em andamento normal, murada ou cercada, sobre o valor do terreno.	0,80



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO - BAHIA  
PRAÇA 09 DE MAIO S/N – NOVA MORADA  
CNPJ: 13.230.982/0001-50

**TABELA DE RECEITA Nº II**  
**IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÕES	u	%
01	Atividades constantes na Lista de serviços anexa a esta Lei		5
02	Profissionais autônomos de nível médio, por ano	400,00	
03	Profissionais autônomos de nível superior, por ano	1.200,00	
04	Sociedades que prestam serviços a que se referem os subitens 4.01, 4.06, 4.08, 4.09, 4.10, 4.11, 4.12, 4.15, 4.16, 5.01, 7.01, 17.14, 17.19, 27.01, 29.01 e 30.01 da Lista de serviços anexa a esta Lei, em relação a cada profissional habilitado, sócio, empregado ou não, que preste serviço em nome da empresa, por profissional habilitado e por ano, atendido o disposto no art. 127 desta Lei, por mês	2.700,00	
05	Profissionais autônomos de nível elementar, por ano.	100,00	



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO - BAHIA  
PRAÇA 09 DE MAIO S/N – NOVA MORADA  
CNPJ: 13.230.982/0001-50

**TABELA VIII  
TAXA DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL - TFA**

CÓD.	ATIVIDADE EXPLORADA	VALOR EM UFM
	<b>GRUPO 1: Serviços</b>	
1.01	Concedidos ou permitidos de saneamento básico ou fornecimento de água	6.570
1.02	Concedidos ou permitidos de telefonia fixa ou móvel	3.285
1.03	Concedidos ou permitidos de energia de qualquer natureza	6.570
1.04	Produção e distribuição de gás natural	---
1.05	Transmissão, Geração e ou distribuição de energia	6.570
1.06	Armazenagem e distribuição de produtos químicos, minerais e afins.	256
1.07	Serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição de resíduos sólidos urbanos	256
1.08	Serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição de resíduos industriais	256
1.09	Serviços de coleta, tratamento e disposição de efluentes Líquidos Industriais	730
1.10	Serviços de saúde	145
1.11	Geração de energia, por unidade	4.380
	<b>GRUPO 2: Indústrias de Transformação</b>	
2.01	Produtos alimentícios e semelhantes (Agroindústria)	1.314
2.02	Produtos têxteis	256
2.03	Madeira e mobiliário	109
2.04	Editorial e gráfica	110
2.05	Fabricação de produtos químicos	256
2.06	Refino do combustível	730
2.07	Materiais de borracha ou de plástico	109
2.08	Couro e produtos de couro	183
2.09	Produtos de vidro, argila ou areia	100
2.12	Metalurgia de metais ferrosos e não ferrosos e afins	218
2.15	Acabamento de produtos metálicos	145
2.16	Máquinas e equipamentos industriais	131
	<b>GRUPO 3: Mineração</b>	
3.01	Mineração	
3.011	Por hectare pesquisado	100
3.012	Por hectare lavrado	218
3.02	Minerais radioativos, petróleo, gás natural	1460
	<b>GRUPO 4: Transporte</b>	
4.01	Transporte aéreo	
4.02	Transporte rodoviário	365



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO - BAHIA  
PRAÇA 09 DE MAIO S/N - NOVA MORADA  
CNPJ: 13.230.982/0001-50

4.03	Transporte de substâncias químicas através de dutos, inclusive, gás natural ou combustível em geral.	
	<b>GRUPO 5: Obras Civas</b>	
5.01	Rodovias	730
5.02	Ferrovias	730
5.04	Barragens e diques	730
5.05	Canais para drenagem	256
5.06	Retificação de cursos d'água	730
5.07	Subestação de energia / Usina de energia (por unidade)	2.116
5.08	Antena/Torre/Estação de transmissão ou artefato de telefonia fixa ou móvel ou de rádio (por unidade).	1.094
5.09	Obras civis não classificadas	255
	<b>GRUPO 6: Empreendimentos Urbanísticos, Turísticos e de Lazer</b>	
6.01	Parcelamento do solo loteamentos, desmembramentos (p/m <sup>2</sup> )	0,2
6.02	Condomínios horizontais	1094
6.03	Empreendimentos urbanísticos não classificados	255
	<b>GRUPO 7: Comércio</b>	
7.01	Revenda de combustível líquido	730
7.02	Distribuidor de gás natural	730
7.03	Varejista de gás natural	187
	<b>GRUPO 8: Outras atividades poluidoras ou potencialmente poluidoras não classificadas</b>	218



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO - BAHIA  
PRAÇA 09 DE MAIO S/N – NOVA MORADA  
CNPJ: 13.230.982/0001-50

**TABELA Nº V**  
**TAXA DE LICENÇA DE EXECUÇÃO DE OBRAS OU URBANIZAÇÃO DE**  
**ÁREAS - TLE**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÕES	VALORES EM UFM
01	Exame de projeto de construção em geral e fiscalização da execução, por m <sup>2</sup> ou fração:	
	a) até 60 m <sup>2</sup>	0,90
	b) de 61 m <sup>2</sup> até 100 m <sup>2</sup>	0,90
	c) de 101 m <sup>2</sup> até 200m <sup>2</sup>	1,40
	d) de 201m <sup>2</sup> até 300m <sup>2</sup>	1,80
	e) acima de 301m <sup>2</sup>	2,00
02	Exame de modificação em projeto de construção em geral, aprovado e com alvará ainda em vigor, por m <sup>2</sup> ou fração:	
	a) sem aumento ou redução de área	0,50
	b) com aumento de área aplica-se o calculo conforme código 01 desta tabela, abatendo-se os valores já pagos	
03	Fiscalização de obra de demolição, por m <sup>2</sup>	0,60
04	Cadastro de imóvel construído, para fins de averbação junto a cartório de registro de imóveis, por m <sup>2</sup> ou fração da área total construída	1,00
05	Reconstruções, reformas e reparos, por m <sup>2</sup>	1,00
06	Desmembramento ou unificação, por m <sup>2</sup> do projeto, excluídas as áreas destinadas a vias e logradouros públicos e que sejam doados ao município	0,20
07	Loteamento ,por m <sup>2</sup> do projeto, excluídas as áreas destinadas a vias e logradouros públicos e que sejam doados ao município	0,20
08	Construção e ou reforma de estradas ou vias, instalação de linhas de transmissão de energia, instalação de cabos para comunicação ou tubulação (qualquer diâmetro) para passagem de substância química, mineral, gás, água ou quaisquer outros produtos, por metro linear	1,00
09	Exame de projeto de construção em geral e fiscalização da execução, por m <sup>2</sup> ou fração(habite-se):	
	a) até 60 m <sup>2</sup>	0,90
	b) de 61 m <sup>2</sup> até 100 m <sup>2</sup>	0,90
	c) de 101 m <sup>2</sup> até 200m <sup>2</sup>	1,40
	d) de 201m <sup>2</sup> até 300m <sup>2</sup>	1,80
	e) acima de 301m <sup>2</sup>	2,00
10	Construção de fossa séptica, por m <sup>2</sup>	2,00
11	Qualquer obra não especificada nos itens anteriores, por m <sup>2</sup>	1,00
12	Instalações de elevadores, monta-cargas e escadas rolantes por unidade	150



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO - BAHIA**  
**PRAÇA 09 DE MAIO S/N – NOVA MORADA**  
**CNPJ: 13.230.982/0001-50**

**TABELA VI**  
**TAXA DE LICENÇA PARA EXPLORAÇÃO DOS MEIOS DE PUBLICIDADE**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE FISCAL
01	Anúncios:	
	a – em folhetos, por milhares ou fração por anúncio	7,30
	b – sob a forma de cartaz, display em mesas, cadeiras ou bancos, cortinas e semelhantes e guarda-sol, por unidade;	7,30
	c – com visualização no interior do veículo/carro, por mês e por anúncio;	6,00
	d – com visualização no interior do veículo, por ano e por anúncio;	110 19,00
	e – com visualização no exterior do veículo/carro, por mês e por anúncio;	37,00
	f – com visualização no exterior do veículo/carro, por ano e por anúncio;	37,00
	g – com visualização no exterior do veículo/ônibus e micro-ônibus, por ano e por veículo;	7,30
	h – veiculados por pedestres, por anúncio e por dia;	4,00
	i – veiculados por bicicleta e motocicleta, por anúncio e por mês;	146,00
	f – colocado no interior do estabelecimento, por meio audiovisual, placas, painéis ou afins, quando estranho a atividade aludida da empresa, por ano e por anúncio;	15,00
g – projetado na tela de cinema, por filme e por dia;	27,00	
h – pintado em muro, placa, painéis, toldos, por anúncio, por ano e por metro quadrado;	37,00	
i – em faixas, quando permitido, por semana;		
02	Letreiros e Painéis da identificação do estabelecimento comercial, quando se tratar do local de funcionamento da empresa, colocado na parte externa ou em galerias, estações, abrigos etc, por ano e por metro quadrado;	19,00
03	Letreiros e Painéis da identificação do estabelecimento comercial, quando se tratar do local de funcionamento da	29,00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO - BAHIA**  
**PRAÇA 09 DE MAIO S/N – NOVA MORADA**  
**CNPJ: 13.230.982/0001-50**

	empresa, colocado na parte externa ou em galerias, estações, abrigos etc, por ano e por metro quadrado, quando iluminado;  *Quando se tratar de letreiro com dimensão menor do que um metro quadrado, haverá cobrança de valor fixo	25,00
04	Painéis:  a – pintados, colocados ou gravados na parte externa dos prédios, por painel, por metro quadrado e por ano;  b – pintados, colocados ou gravados na parte externa dos prédios, por painel iluminado, por metro quadrado e por ano;  c – outdoor, por unidade, por ano e por metro quadrado:  c1 – institucional, em área particular;  c2 – institucional, em área particular e iluminado;  c3 – institucional, em área pública, quando permitido pelo Poder Público;  c4 - institucional, em área pública, quando permitido pelo Poder Público e iluminado;  c5 – Outdoor para exploração publicitária, em área particular;  c6 - Outdoor para exploração publicitária, em área particular e iluminado;  c7 - Outdoor para exploração publicitária, em área pública, quando permitido pelo Poder Público;  c8 - Outdoor para exploração publicitária, em área pública, quando permitido pelo Poder Público e iluminado;	18,00  30,00  20,00 22,00 26,00 30,00 26,00 29,00 33,00 37,00
05	Propaganda:  a – em boias flutuantes, por dia e unidade;  b – balão, por dia e unidade;  c – faixa rebocada por avião, por dia e por anúncio;  d – empena de edifício, por dia e por anúncio, por metro quadrado;	37,00 51,00 73,00 20,00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO - BAHIA**  
**PRAÇA 09 DE MAIO S/N – NOVA MORADA**  
**CNPJ: 13.230.982/0001-50**

06	Publicidades por meio eletrônico audiovisual, fixo ou móvel, por metro quadrado e por ano;	66,00
07	Publicidades não especificadas na presente tabela: a – por dia; b – por mês; c – por ano;	7,30 145,00 145,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO - BAHIA  
PRAÇA 09 DE MAIO S/N – NOVA MORADA  
CNPJ: 13.230.982/0001-50

**TABELA DE RECEITA Nº VII  
TAXA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – TVS**

Descrição	VALOR EM UFM		
	Empresas de pequeno porte	Empresas de médio Porte	Empresas de grande porte
Academia de ginástica	100	120	150
Açougue	100	120	150
Armazém e empório	80	120	160
Bar, lanchonetes e similares	100	130	160
Cantina escolar e fornecimentos de alimentação escolar	55	75	100
Casa de produtos naturais	55	75	100
Cinema, teatro, casa de espetáculos e similares	430	500	550
Clinica de reabilitação e fisioterapia	155	175	200
Clube recreativo e piscina de uso público	160	190	210
Comércio ambulante de alimentos	37	45	55
Comércio de peixes, frangos e mariscos	75	100	125
Comércio varejista de cosméticos e produtos para saúde	120	150	180
Consultório médico geral, pediátrico, ginecológico, psicologia, acupuntura e outros.	180	230	280
Depósitos de produtos de interesse à saúde	220	260	300
Empresa de limpeza de fossas	100	120	140
Empresa de representação de medicamentos, cosméticos, saneantes e produtos para saúde	150	200	250
Empresa de representações de serviço de alimentação e nutrição (unidade sem finalidades ou atividades operacionais)	70	85	100
Escola, creche, orfanato	80	120	160
Estação rodoviária e ferroviária	170	190	210
Feira livre e típica (BOX)	45	55	65
Hotel, motel e similares	325	350	375
Instituição de longa permanência para idosos, casa de repouso	200	220	240
Laboratório e Oficina de prótese odontológica	155	175	200
Lavanderia comercial	80	100	120
Mercado, supermercado e hipermercado	130	160	190
Necrotério, cemitério, crematório, carro mortuário, tanatório e sala de vigília (velório)	340	390	430
Ótica e laboratório ótico	130	160	190
Padaria, confeitaria, sorveteria, congelados e	100	130	160



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO - BAHIA  
PRAÇA 09 DE MAIO S/N – NOVA MORADA  
CNPJ: 13.230.982/0001-50

buffet			
Quitanda e casa de frutas	100	120	140
Restaurante e refeitório	220	260	300
Serviços de estética, salão de beleza, barbearia, casa de banho, sauna e congêneres sem responsabilidade técnica	100	120	140
Transportadora de produtos de interesse à saúde	340	380	420

**Grupo II**

Casa de parto natural	340	380	420
Clinica e consultório odontológico	240	280	320
Policlínica ( médica e/ou dentológica)	340	380	420
Estúdio ou gabinete de tatuagem	100	120	150
Clinica veterinária e Consultório veterinário	100	120	140
Distribuidora/importadora/ Exportadora de alimentos e seus produtos afins	350	370	400
Distribuidora/importadora/ Exportadora de cosméticos e saneantes		370	400
Distribuidora/importadora/ Exportadora de medicamentos		370	400
Drogaria	145	160	175
Indústria de Alimentos dispensados da obrigatoriedade de registro na ANVISA	340	380	420
Empresas Produtoras de cosméticos e saneantes classificados como risco I	340	380	420
Posto de coleta laboratorial (definido pela RDC 302/05)	340	380	420
Posto de medicamentos	340	380	420
Unidade móvel de assistência à saúde	200	220	240
Unidade móvel odontológica (com ou sem equip. de RX)	200	220	240
Empresa aplicadora de saneantes domissanitários	100	120	140
Laboratório clínico de citopatologia	160	180	200
Laboratório e oficina de órtese e prótese			
Empresa produtora de produtos para a saúde dispensados de registro da ANVISA	440	480	500
Serviço de atenção domiciliar (público e privado – home care)	440	480	500
Hospital de pequeno porte	440	480	500
Hospital psiquiátrico	300	330	360
Instituto de Radiologia Odontológica ou serviços de radiologia odontológica	260	290	320
Laboratório de Análise de Alimentos e Água	170	200	230
Lavanderia industrial (Unidade de processamento de roupas de serviços de saúde)	85	100	120



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO - BAHIA**  
**PRAÇA 09 DE MAIO S/N – NOVA MORADA**  
**CNPJ: 13.230.982/0001-50**

Serviço de alimentação: - institucional – próprio ou terceirizado (cozinha Industrial)- Concessionária	210	230	250
Serviço de imagem (USG, ECODOPPLER)	160	190	210



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO - BAHIA  
PRAÇA 09 DE MAIO S/N – NOVA MORADA  
CNPJ: 13.230.982/0001-50

TABELA DE RECEITA Nº IV						
Taxa de Fiscalização e Funcionamento – TFF						
Seção	Classe	Denominação	VALORES EM UFM			
A		<b>AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA</b>				
		<b>AGRICULTURA, PECUÁRIA E SERVIÇOS RELACIONADOS</b>				
			<b>A</b>	<b>B</b>	<b>C</b>	<b>D</b>
		<b>Horticultura e floricultura</b>				
		01.21-1 Horticultura	80	104	135	175
		01.22-9 Cultivo de flores e plantas ornamentais	80	104	135	175
		<b>Produção de sementes e mudas certificadas</b>				
		01.42-3 Produção de mudas e outras formas de propagação vegetal, certificadas	80	104	135	172
		<b>Pecuária</b>				
		01.51-2 Criação de bovinos	135	175	255	376
		01.52-1 Criação de outros animais de grande porte	319	363	395	425
		01.53-9 Criação de caprinos e ovinos	104	175	220	265
		01.54-7 Criação de suínos	104	135	220	290
		01.55-5 Criação de aves	104	135	220	290
		01.59-8 Criação de animais não especificados anteriormente	197	172	290	319
		<b>Caça e serviços relacionados</b>				
		01.70-9 Caça e serviços relacionados	1385	1385	1385	1385
	<b>Aqüicultura</b>					
	03.22-1 Aqüicultura em água doce	80	104	135	175	
B		<b>INDÚSTRIAS EXTRATIVAS</b>				
		07.29-4 Extração de minerais metálicos não-ferrosos não especificados anteriormente	7.300	10.950	14.500	18.250
		<b>EXTRAÇÃO DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS</b>				
		<b>Extração de pedra, areia e argila</b>				
		08.10-0 Extração de pedra, areia e argila	2.550	3.285	4.015	4.745
		<b>Extração de outros minerais não-metálicos</b>				
	08.93-2 Extração de gemas (pedras preciosas e semipreciosas)	7.300	10.950	14.500	18.250	
	08.99-1 Extração de minerais não-metálicos não especificados anteriormente	7.300	10.950	14.500	18.250	



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO - BAHIA  
PRAÇA 09 DE MAIO S/N – NOVA MORADA  
CNPJ: 13.230.982/0001-50

	09.90-4	Atividades de apoio à extração de minerais, exceto petróleo e gás natural	7.300	7.300	7.300	7.300
<b>C</b>		<b>INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO</b>				
		<b>FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS</b>				
		<b>Abate e fabricação de produtos de carne</b>				
	10.11-2	Abate de reses, exceto suínos	2.200	2.900	3.500	3.800
	10.12-1	Abate de suínos, aves e outros pequenos animais	175	197	255	290
	10.13-9	Fabricação de produtos de carne	175	197	255	290
		<b>Fabricação de conservas de frutas, legumes e outros vegetais</b>				
	10.31-7	Fabricação de conservas de frutas	104	135	175	197
	10.32-5	Fabricação de conservas de legumes e outros vegetais	104	135	175	197
	10.33-3	Fabricação de sucos de frutas, hortaliças e legumes	104	135	175	197
		<b>Laticínios</b>				
	10.51-1	Preparação do leite	80	104	135	175
	10.52-0	Fabricação de laticínios	172	197	255	290
	10.53-8	Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	104	135	175	197
		<b>Moagem, fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais</b>				
	10.61-9	Beneficiamento de arroz e fabricação de produtos do arroz	950	1240	1460	1825
	10.62-7	Moagem de trigo e fabricação de derivados	950	1240	1460	1825
	10.63-5	Fabricação de farinha de mandioca e derivados	540	580	620	1095
	10.64-3	Fabricação de farinha de milho e derivados, exceto óleos de milho	497	657	950	1095
	10.66-0	Fabricação de alimentos para animais	497	657	950	1095
	10.69-4	Moagem e fabricação de produtos de origem vegetal não especificados anteriormente	510	582	657	950
		<b>Fabricação de outros produtos alimentícios</b>				
	10.91-1	Fabricação de produtos de panificação	160	172	197	255
	10.92-9	Fabricação de biscoitos e bolachas	160	172	197	255
	10.93-7	Fabricação de produtos derivados do cacau, de chocolates e confeitos	104	135	175	197
	10.94-5	Fabricação de massas alimentícias	160	172	190	220
	10.95-3	Fabricação de especiarias, molhos, temperos e condimentos	55	70	80	90
	10.96-1	Fabricação de alimentos e pratos prontos	104	135	175	200



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO - BAHIA  
PRAÇA 09 DE MAIO S/N – NOVA MORADA  
CNPJ: 13.230.982/0001-50

10.99-6	Fabricação de produtos alimentícios não especificados anteriormente	160	175	190	200
	<b>FABRICAÇÃO DE BEBIDAS</b>				
	<b>Fabricação de bebidas não-alcoólicas</b>				
11.21-6	Fabricação de águas envasadas	80	104	135	145
11.22-4	Fabricação de refrigerantes e de outras bebidas não-alcoólicas	265	319	363	395
	<b>CONFECÇÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS</b>				
	<b>Confeção de artigos do vestuário e acessórios</b>				
14.11-8	Confeção de roupas íntimas	135	172	200	220
14.12-6	Confeção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	182,2	236,9	308,05	400,44
14.13-4	Confeção de roupas profissionais	291,6	379,1	492,8	640,65
14.14-2	Fabricação de acessórios do vestuário, exceto para segurança e proteção	291,6	379,1	492,8	640,65
	<b>PREPARAÇÃO DE COUROS E FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE COURO, ARTIGOS PARA VIAGEM E CALÇADOS</b>				
	<b>Curtimento e outras preparações de couro</b>				
	<b>Fabricação de artigos para viagem e de artefatos diversos de couro</b>				
15.21-1	Fabricação de artigos para viagem, bolsas e semelhantes de qualquer material	364,5	473,85	616	800,8
15.29-7	Fabricação de artefatos de couro não especificados anteriormente	220	265	290	319
	<b>FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MADEIRA</b>				
	<b>Desdobramento de madeira</b>				
16.10-2	Desdobramento de madeira	285	319	363	395
	<b>Fabricação de produtos de madeira, cortiça e material trançado, exceto móveis</b>	285	319	363	395
16.21-8	Fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada	285	319	363	395
16.22-6	Fabricação de estruturas de madeira e de artigos de carpintaria para construção	285	319	363	395
16.23-4	Fabricação de artefatos de tanoaria e de embalagens de madeira	285	319	363	395
16.29-3	Fabricação de artefatos de madeira, palha, cortiça, vime e material trançado não especificados anteriormente, exceto móveis	285	319	363	395



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO - BAHIA  
PRAÇA 09 DE MAIO S/N – NOVA MORADA  
CNPJ: 13.230.982/0001-50

<b>IMPRESSÃO E REPRODUÇÃO DE GRAVAÇÕES</b>						
<b>Atividade de impressão</b>						
18.11-3	Impressão de jornais, livros, revistas e outras publicações periódicas	182,3	236,9	308,05	400,44	
18.12-1	Impressão de material de segurança	182,3	236,9	308,05	400,44	
18.13-0	Impressão de materiais para outros usos	182,3	236,9	308,05	400,44	
<b>Serviços de pré-impressão e acabamentos gráficos</b>						
18.21-1	Serviços de pré-impressão	182,3	236,9	308,05	400,44	
18.22-9	Serviços de acabamentos gráficos	182,3	236,9	308,05	400,44	
<b>Fabricação de sabões, detergentes, produtos de limpeza, cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal</b>						
20.61-4	Fabricação de sabões e detergentes sintéticos	160	175	200	220	
20.62-2	Fabricação de produtos de limpeza e polimento	160	175	200	220	
20.63-1	Fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	160	175	200	220	
<b>Fabricação de tintas, vernizes, esmaltes, lacas e produtos afins</b>						
20.71-1	Fabricação de tintas, vernizes, esmaltes e lacas	255	285	319	363	
20.72-0	Fabricação de tintas de impressão	255	285	319	363	
20.73-8	Fabricação de impermeabilizantes, solventes e produtos afins	255	285	319	363	
<b>FABRICAÇÃO DE PRODUTOS FARMOQUÍMICOS E FARMACÊUTICOS</b>						
<b>Fabricação de produtos farmoquímicos</b>						
21.10-6	Fabricação de produtos farmoquímicos	290	319	350	395	
<b>Fabricação de produtos farmacêuticos</b>						
21.21-1	Fabricação de medicamentos para uso humano	319	350	363	395	
21.22-0	Fabricação de medicamentos para uso veterinário	319	350	363	395	
21.23-8	Fabricação de preparações farmacêuticas	319	350	363	395	
<b>Fabricação de artefatos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes</b>						
23.30-3	Fabricação de artefatos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes	319	350	363	395	
<b>Aparelhamento de pedras e fabricação de outros produtos de minerais não-metálicos</b>						
23.91-5	Aparelhamento e outros trabalhos em pedras	319	350	363	395	
23.92-3	Fabricação de cal e gesso	319	350	363	395	



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO - BAHIA  
PRAÇA 09 DE MAIO S/N – NOVA MORADA  
CNPJ: 13.230.982/0001-50

23.99-1	Fabricação de produtos de minerais não-metálicos não especificados anteriormente	319	350	363	395
	<b>FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE METAL, EXCETO MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS</b>	319	350	363	395
	<b>Fabricação de estruturas metálicas e obras de caldeiraria pesada</b>	319	350	363	395
25.11-0	Fabricação de estruturas metálicas	319	350	363	395
25.12-8	Fabricação de esquadrias de metal	319	350	363	395
25.13-6	Fabricação de obras de caldeiraria pesada	319	350	363	395
	<b>Fabricação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras</b>	319	350	363	395
25.21-7	Fabricação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras para aquecimento central	319	350	363	395
25.22-5	Fabricação de caldeiras geradoras de vapor, exceto para aquecimento central e para veículos	319	350	363	395
	<b>Forjaria, estamparia, metalurgia do pó e serviços de tratamento de metais</b>	319	350	363	395
25.31-4	Produção de forjados de aço e de metais não-ferrosos e suas ligas	319	350	363	395
25.32-2	Produção de artefatos estampados de metal; metalurgia do pó	319	350	363	395
25.39-0	Serviços de usinagem, solda, tratamento e revestimento em metais	319	350	363	395
	<b>Fabricação de artigos de cutelaria, de serralheria e ferramentas</b>	319	350	363	395
25.41-1	Fabricação de artigos de cutelaria	319	350	363	395
25.42-0	Fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias	319	350	363	395
25.43-8	Fabricação de ferramentas	319	350	363	395
	<b>Fabricação de equipamento bélico pesado, armas de fogo e munições</b>	319	350	363	395
25.50-1	Fabricação de equipamento bélico pesado, armas de fogo e munições	319	350	363	395
	<b>Fabricação de produtos de metal não especificados anteriormente</b>	319	350	363	395
25.91-8	Fabricação de embalagens metálicas	319	350	363	395
25.92-6	Fabricação de produtos de trefilados de metal	319	350	363	395
25.93-4	Fabricação de artigos de metal para uso doméstico e pessoal	319	350	363	395



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO - BAHIA  
PRAÇA 09 DE MAIO S/N – NOVA MORADA  
CNPJ: 13.230.982/0001-50

25.99-3	Fabricação de produtos de metal não especificados anteriormente	319	350	363	395
	<b>FABRICAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, REBOQUES E CARROCERIAS</b>				
	<b>Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários</b>				
29.10-7	Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários	395	425	450	475
	<b>Fabricação de caminhões e ônibus</b>				
29.20-4	Fabricação de caminhões e ônibus	395	425	450	475
	<b>Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para veículos automotores</b>				
29.30-1	Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para veículos automotores	395	425	450	475
	<b>Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores</b>				
29.41-7	Fabricação de peças e acessórios para o sistema motor de veículos automotores	395	425	450	475
29.42-5	Fabricação de peças e acessórios para os sistemas de marcha e transmissão de veículos automotores	395	425	450	475
29.43-3	Fabricação de peças e acessórios para o sistema de freios de veículos automotores	395	425	450	475
29.44-1	Fabricação de peças e acessórios para o sistema de direção e suspensão de veículos automotores	395	425	450	475
29.45-0	Fabricação de material elétrico e eletrônico para veículos automotores, exceto baterias	395	425	450	475
29.49-2	Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores não especificados anteriormente	395	425	450	475
	<b>Recondicionamento e recuperação de motores para veículos automotores</b>	395	425	450	475
29.50-6	Recondicionamento e recuperação de motores para veículos automotores	395	425	450	475
	<b>FABRICAÇÃO DE OUTROS EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE, EXCETO VEÍCULOS AUTOMOTORES</b>				
	<b>FABRICAÇÃO DE MÓVEIS</b>				
	<b>Fabricação de móveis</b>				
31.01-2	Fabricação de móveis com predominância de madeira	510,4	663,35	662,5	1121,25
31.02-1	Fabricação de móveis com predominância de metal	510,4	663,35	662,5	1121,25



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO - BAHIA  
PRAÇA 09 DE MAIO S/N – NOVA MORADA  
CNPJ: 13.230.982/0001-50

31.03-9	Fabricação de móveis de outros materiais, exceto madeira e metal	510,4	663,35	662,5	1121,25
31.04-7	Fabricação de colchões	510,4	663,35	662,5	1121,25
	<b>FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DIVERSOS</b>				
	<b>Fabricação de artigos de joalheria, bijuteria e semelhantes</b>				
32.11-6	Lapidação de gemas e fabricação de artefatos de ourivesaria e joalheria	172	197	220	250
32.12-4	Fabricação de bijuterias e artefatos semelhantes	172	197	220	250
	<b>Fabricação de instrumentos musicais</b>				
32.20-5	Fabricação de instrumentos musicais	135	160	175	200
	<b>Fabricação de artefatos para pesca e esporte</b>	135	160	175	200
32.30-2	Fabricação de artefatos para pesca e esporte	135	160	175	200
	<b>Fabricação de brinquedos e jogos recreativos</b>	135	160	175	200
32.40-0	Fabricação de brinquedos e jogos recreativos	135	160	175	200
	<b>Fabricação de instrumentos e materiais para uso médico e odontológico e de artigos ópticos</b>				
32.50-7	Fabricação de instrumentos e materiais para uso médico e odontológico e de artigos ópticos	135	160	175	200
	<b>Fabricação de produtos diversos</b>				
32.91-4	Fabricação de escovas, pincéis e vassouras	135	160	175	200
32.92-2	Fabricação de equipamentos e acessórios para segurança e proteção pessoal e profissional	135	160	175	200
32.99-0	Fabricação de produtos diversos não especificados anteriormente	135	160	175	200
	<b>MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS</b>				
	<b>Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos</b>	255	265	290	319
33.11-2	Manutenção e reparação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras, exceto para veículos	255	265	290	319
33.12-1	Manutenção e reparação de equipamentos eletrônicos e ópticos	255	265	290	319
33.13-9	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos elétricos	255	265	290	319
33.14-7	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos da indústria mecânica	255	265	290	319
33.15-5	Manutenção e reparação de veículos ferroviários	255	265	290	319
33.19-8	Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente	255	265	290	319



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO - BAHIA  
PRAÇA 09 DE MAIO S/N – NOVA MORADA  
CNPJ: 13.230.982/0001-50

		<b>Instalação de máquinas e equipamentos</b>				
	33.21-0	Instalação de máquinas e equipamentos industriais	425	450	475	500
	33.29-5	Instalação de equipamentos não especificados anteriormente	425	450	475	500
<b>D</b>		<b>ELETRICIDADE E GÁS</b>				
		<b>ELETRICIDADE, GÁS E OUTRAS UTILIDADES</b>				
		<b>Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica</b>				
	35.11-5	Geração de energia elétrica	7.300	10.950	14.500	18.250
	35.12-3	Transmissão de energia elétrica	7.300	10.950	14.500	18.250
	35.13-1	Comércio atacadista de energia elétrica	7.300	10.950	14.500	18.250
	35.14-0	Distribuição de energia elétrica	7.300	10.950	14.500	18.250
<b>E</b>		<b>ÁGUA, ESGOTO, ATIVIDADES DE GESTÃO DE RESÍDUOS E DESCONTAMINAÇÃO</b>				
		<b>CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA</b>				
		<b>Captação, tratamento e distribuição de água</b>				
	36.00-6	Captação, tratamento e distribuição de água	7.300	10.950	14.500	18.250
		<b>ESGOTO E ATIVIDADES RELACIONADAS</b>				
		<b>Esgoto e atividades relacionadas</b>				
	37.01-1	Gestão de redes de esgoto	7.300	10.950	14.500	18.250
	37.02-9	Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes	7.300	10.950	14.500	18.250
		<b>COLETA, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS; RECUPERAÇÃO DE MATERIAIS</b>				
		<b>Coleta de resíduos</b>				
	38.11-4	Coleta de resíduos não-perigosos	220	255	265	290
	38.12-2	Coleta de resíduos perigosos	220	255	265	290
		<b>Tratamento e disposição de resíduos</b>				
	38.21-1	Tratamento e disposição de resíduos não-perigosos	950	1095	1240	1460
	38.22-0	Tratamento e disposição de resíduos perigosos	950	1095	1240	1460
		<b>Recuperação de materiais</b>				
	38.31-9	Recuperação de materiais metálicos	197	220	250	285
	38.32-7	Recuperação de materiais plásticos	197	220	250	285
	38.39-4	Recuperação de materiais não especificados anteriormente	197	220	250	285



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO - BAHIA  
PRAÇA 09 DE MAIO S/N – NOVA MORADA  
CNPJ: 13.230.982/0001-50

		<b>DESCONTAMINAÇÃO E OUTROS SERVIÇOS DE GESTÃO DE RESÍDUOS</b>				
		<b>Descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos</b>				
	39.00-5	Descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos	930	1000	1240	1385
<b>F</b>		<b>CONSTRUÇÃO</b>				
		<b>CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS</b>				
		<b>Incorporação de empreendimentos imobiliários</b>				
	41.10-7	Incorporação de empreendimentos imobiliários	1.460	1825	2.000	2.200
		<b>Construção de edifícios</b>				
	41.20-4	Construção de edifícios	1.460	1825	2.000	2.200
		<b>OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA</b>				
		<b>Construção de rodovias, ferrovias, obras urbanas e obras-de-arte especiais</b>				
	42.11-1	Construção de rodovias e ferrovias	7.300	10.950	14.500	18.250
	42.13-8	Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas	930	1.000	1.240	1.385
		<b>Obras de infra-estrutura para energia elétrica, telecomunicações, água, esgoto e transporte por dutos</b>				
	42.21-9	Obras para geração e distribuição de energia elétrica e para telecomunicações	2.920	3.285	3.650	4.015
	42.22-7	Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas	2.920	3.285	3.650	4.015
	42.23-5	Construção de redes de transportes por dutos, exceto para água e esgoto	2.920	3.285	3.650	4.015
		<b>Construção de outras obras de infra-estrutura</b>				
	42.92-8	Montagem de instalações industriais e de estruturas metálicas	395	425	450	475
	42.99-5	Obras de engenharia civil não especificadas anteriormente	395	425	450	475
		<b>SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO</b>				
		<b>Demolição e preparação do terreno</b>				
	43.11-8	Demolição e preparação de canteiros de obras	395	425	450	475
	43.12-6	Perfurações e sondagens	395	425	450	475
	43.13-4	Obras de terraplenagem	395	425	450	475
	43.19-3	Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente	395	425	450	475



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO - BAHIA  
PRAÇA 09 DE MAIO S/N – NOVA MORADA  
CNPJ: 13.230.982/0001-50

		<b>Instalações elétricas, hidráulicas e outras instalações em construções</b>				
	43.21-5	Instalações elétricas	160	172	197	220
	43.22-3	Instalações hidráulicas, de sistemas de ventilação e refrigeração	160	172	197	220
	43.29-1	Obras de instalações em construções não especificadas anteriormente	160	172	197	220
		<b>Obras de acabamento</b>	160	172	197	220
	43.30-4	Obras de acabamento	160	172	197	220
		<b>Outros serviços especializados para construção</b>				
	43.91-6	Obras de fundações	255	285	319	350
	43.99-1	Serviços especializados para construção não especificados anteriormente	135	160	175	200
<b>G</b>		<b>COMÉRCIO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS</b>				
		<b>COMÉRCIO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS</b>				
		<b>Comércio de veículos automotores</b>				
	45.11-1	Comércio a varejo e por atacado de veículos automotores	255	275	300	325
	45.12-9	Representantes comerciais e agentes do comércio de veículos automotores	255	275	300	325
		<b>Manutenção e reparação de veículos automotores</b>				
	45.20-0	Manutenção e reparação de veículos automotores	135	160	175	200
		<b>Comércio de peças e acessórios para veículos automotores</b>				
	45.30-7	Comércio de peças e acessórios para veículos automotores	175	200	225	250
		<b>Comércio, manutenção e reparação de motocicletas, peças e acessórios</b>				
	45.41-2	Comércio por atacado e a varejo de motocicletas, peças e acessórios	175	200	225	250
	45.42-1	Representantes comerciais e agentes do comércio de motocicletas, peças e acessórios	135	160	175	200
	45.43-9	Manutenção e reparação de motocicletas	104	135	172	197
		<b>COMÉRCIO POR ATACADO, EXCETO VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS</b>				



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO - BAHIA  
PRAÇA 09 DE MAIO S/N – NOVA MORADA  
CNPJ: 13.230.982/0001-50

		<b>Representantes comerciais e agentes do comércio, exceto de veículos automotores e motocicletas</b>				
	46.11-7	Representantes comerciais e agentes do comércio de matérias-primas agrícolas e animais vivos	104	135	172	197
	46.12-5	Representantes comerciais e agentes do comércio de combustíveis, minerais, produtos siderúrgicos e químicos	104	135	172	197
	46.13-3	Representantes comerciais e agentes do comércio de madeira, material de construção e ferragens	104	135	172	197
	46.15-0	Representantes comerciais e agentes do comércio de eletrodomésticos, móveis e artigos de uso doméstico	104	135	172	197
	46.16-8	Representantes comerciais e agentes do comércio de têxteis, vestuário, calçados e artigos de viagem	104	135	172	197
	46.17-6	Representantes comerciais e agentes do comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo	104	135	172	197
	46.18-4	Representantes comerciais e agentes do comércio especializado em produtos não especificados anteriormente	104	135	172	197
	46.19-2	Representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado	104	135	172	197
		<b>Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas e animais vivos</b>				
	46.21-4	Comércio atacadista de café em grão	197	220	250	275
	46.22-2	Comércio atacadista de soja	197	220	250	275
	46.23-1	Comércio atacadista de animais vivos, alimentos para animais e matérias-primas agrícolas, exceto café e soja	197	220	250	275
		<b>Comércio atacadista especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo</b>				
	46.31-1	Comércio atacadista de leite e laticínios	197	220	250	275
	46.32-0	Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados, farinhas, amidos e féculas	197	220	250	275
	46.33-8	Comércio atacadista de hortifrutigranjeiros	197	220	250	275
	46.34-6	Comércio atacadista de carnes, produtos da carne e pescado	104	135	172	197
	46.35-4	Comércio atacadista de bebidas	197	220	250	275
	46.36-2	Comércio atacadista de produtos do fumo	104	135	172	197
	46.37-1	Comércio atacadista especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente	255	275	300	325
	46.39-7	Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral	255	275	300	325



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO - BAHIA  
PRAÇA 09 DE MAIO S/N – NOVA MORADA  
CNPJ: 13.230.982/0001-50

		<b>Comércio atacadista de produtos de consumo não-alimentar</b>				
46.41-9		Comércio atacadista de tecidos, artefatos de tecidos e de armarinho	255	275	300	325
46.42-7		Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios	255	275	300	325
46.43-5		Comércio atacadista de calçados e artigos de viagem	255	275	300	325
46.44-3		Comércio atacadista de produtos farmacêuticos para uso humano e veterinário	255	275	300	325
46.45-1		Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, ortopédico e odontológico	255	275	300	325
46.46-0		Comércio atacadista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	255	275	300	325
46.47-8		Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria; livros, jornais e outras publicações	255	275	300	325
46.49-4		Comércio atacadista de equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente	255	275	300	325
		<b>Comércio atacadista de equipamentos e produtos de tecnologias de informação e comunicação</b>				
46.51-6		Comércio atacadista de computadores, periféricos e suprimentos de informática	220	250	275	300
46.52-4		Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação	220	250	275	300
		<b>Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos, exceto de tecnologias de informação e comunicação</b>				
46.61-3		Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças	319	363	395	419
46.62-1		Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças	319	363	395	419
46.63-0		Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças	319	363	395	419
46.64-8		Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças	319	363	395	419
46.65-6		Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso comercial; partes e peças	319	363	395	419



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO - BAHIA  
PRAÇA 09 DE MAIO S/N – NOVA MORADA  
CNPJ: 13.230.982/0001-50

46.69-9	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças	319	363	395	419
	<b>Comércio atacadista de madeira, ferragens, ferramentas, material elétrico e material de construção</b>				
46.71-1	Comércio atacadista de madeira e produtos derivados	319	363	395	419
46.72-9	Comércio atacadista de ferragens e ferramentas	319	363	395	419
46.73-7	Comércio atacadista de material elétrico	319	363	395	419
46.74-5	Comércio atacadista de cimento	319	363	395	419
46.79-6	Comércio atacadista especializado de materiais de construção não especificados anteriormente e de materiais de construção em geral	319	363	395	419
	<b>Comércio atacadista especializado em outros produtos</b>	319	363	395	419
46.81-8	Comércio atacadista de combustíveis sólidos, líquidos e gasosos, exceto gás natural e GLP	319	363	395	419
46.82-6	Comércio atacadista de gás liquefeito de petróleo (GLP)	319	363	395	419
46.83-4	Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo	319	363	395	419
46.84-2	Comércio atacadista de produtos químicos e petroquímicos, exceto agroquímicos	319	363	395	419
46.85-1	Comércio atacadista de produtos siderúrgicos e metalúrgicos, exceto para construção	319	363	395	419
46.86-9	Comércio atacadista de papel e papelão em bruto e de embalagens	319	363	395	419
46.87-7	Comércio atacadista de resíduos e sucatas	319	363	395	419
46.89-3	Comércio atacadista especializado de outros produtos intermediários não especificados anteriormente	319	363	395	419
	<b>Comércio atacadista não-especializado</b>	319	363	395	419
46.91-5	Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios	319	363	395	419
46.92-3	Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de insumos agropecuários	319	363	395	419
46.93-1	Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários	319	363	395	419
	<b>COMÉRCIO VAREJISTA</b>				
	<b>Comércio varejista não-especializado</b>				



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO - BAHIA  
PRAÇA 09 DE MAIO S/N – NOVA MORADA  
CNPJ: 13.230.982/0001-50

47.11-3	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados e supermercados	319	363	395	419
47.12-1	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns	135	172	197	220
47.13-0	Comércio varejista de mercadorias em geral, sem predominância de produtos alimentícios	135	172	197	220
	<b>Comércio varejista de produtos alimentícios, bebidas e fumo</b>				
47.21-1	Comércio varejista de produtos de padaria, laticínio, doces, balas e semelhantes	135	172	197	220
47.22-9	Comércio varejista de carnes e pescados - açougues e peixarias	135	172	197	220
47.23-7	Comércio varejista de bebidas	135	172	197	220
47.24-5	Comércio varejista de hortifrutigranjeiros	135	172	197	220
47.29-6	Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente; produtos do fumo	135	172	197	220
	<b>Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores</b>				
47.31-8	Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores	395	425	450	475
47.32-6	Comércio varejista de lubrificantes	395	425	450	475
	<b>Comércio varejista de material de construção</b>	185	200	220	250
47.41-5	Comércio varejista de tintas e materiais para pintura	185	200	220	250
47.42-3	Comércio varejista de material elétrico	185	200	220	250
47.43-1	Comércio varejista de vidros	185	200	220	250
47.44-0	Comércio varejista de ferragens, madeira e materiais de construção	185	200	220	250
	<b>Comércio varejista de equipamentos de informática e comunicação; equipamentos e artigos de uso doméstico</b>				
47.51-2	Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática	172	197	220	250
47.52-1	Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação	172	197	220	250
47.53-9	Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo	172	197	220	250



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO - BAHIA  
PRAÇA 09 DE MAIO S/N - NOVA MORADA  
CNPJ: 13.230.982/0001-50

47.54-7	Comércio varejista especializado de móveis, colchoaria e artigos de iluminação	172	197	220	250
47.55-5	Comércio varejista especializado de tecidos e artigos de cama, mesa e banho	172	197	220	250
47.56-3	Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios	172	197	220	250
47.57-1	Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação	172	197	220	250
47.59-8	Comércio varejista de artigos de uso doméstico não especificados anteriormente	172	197	220	250
	<b>Comércio varejista de artigos culturais, recreativos e esportivos</b>				
47.61-0	Comércio varejista de livros, jornais, revistas e papelaria	55	70	90	104
47.62-8	Comércio varejista de discos, CDs, DVDs e fitas	80	100	135	172
47.63-6	Comércio varejista de artigos recreativos e esportivos	175	200	220	250
	<b>Comércio varejista de produtos farmacêuticos, perfumaria e cosméticos e artigos médicos, ópticos e ortopédicos</b>				
47.71-7	Comércio varejista de produtos farmacêuticos para uso humano e veterinário	197	220	250	270
47.72-5	Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	197	220	250	270
47.73-3	Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos	197	220	250	270
47.74-1	Comércio varejista de artigos de óptica	197	220	250	270
	<b>Comércio varejista de produtos novos não especificados anteriormente e de produtos usados</b>				
47.81-4	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	135	172	200	220
47.82-2	Comércio varejista de calçados e artigos de viagem	135	172	200	220
47.83-1	Comércio varejista de jóias e relógios	135	172	200	220
47.84-9	Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)	363	395	425	450
47.85-7	Comércio varejista de artigos usados	135	172	200	220
47.89-0	Comércio varejista de outros produtos novos não especificados anteriormente	135	172	200	220
	<b>Comércio ambulante e outros tipos de comércio varejista</b>				



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO - BAHIA  
PRAÇA 09 DE MAIO S/N – NOVA MORADA  
CNPJ: 13.230.982/0001-50

	47.90-3	Comércio ambulante e outros tipos de comércio varejista	135	172	200	220
<b>H</b>		<b>TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO</b>				
		<b>TRANSPORTE TERRESTRE</b>				
		<b>Transporte rodoviário de passageiros</b>				
	49.23-0	Transporte rodoviário de táxi	135	175	200	220
	49.24-8	Transporte escolar	350	395	425	450
	49.29-9	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, e outros transportes rodoviários não especificados anteriormente	135	172	197	220
	49.29-10	Transporte turístico, translados, fretamento em Vans, Micro-ônibus. Valor por veículo e por ano.	135	172	197	220
	49.29-10	Transporte turístico, translados, fretamento em ônibus. Valor por veículo e por ano.	135	172	197	220
		<b>Transporte rodoviário de carga</b>				
	49.30-2	Transporte rodoviário de carga	1.460	1.825	2.190	2550
		<b>Transporte dutoviário</b>				
	49.40-0	Transporte dutoviário	1.460	1.825	2.190	2550
		<b>Trens turísticos, teleféricos e similares</b>				
	49.50-7	Trens turísticos, teleféricos e similares	1.460	1.825	2.190	2550
		<b>ARMAZENAMENTO E ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES</b>				
		<b>Armazenamento, carga e descarga</b>				
	52.11-7	Armazenamento	197	220	250	270
	52.12-5	Carga e descarga	160	172	200	220
		<b>Atividades auxiliares dos transportes terrestres</b>				
	52.21-4	Concessionárias de rodovias, pontes, túneis e serviços relacionados	2.550	2.920	3.285	3.650
	52.22-2	Terminais rodoviários e ferroviários	197	220	250	270
	52.23-1	Estacionamento de veículos	135	160	175	200
	52.29-0	Atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente	135	160	175	200
		<b>Atividades relacionadas à organização do transporte de carga</b>				
	52.50-8	Atividades relacionadas à organização do transporte de carga	135	160	175	200
		<b>CORREIO E OUTRAS ATIVIDADES DE ENTREGA</b>				
		<b>Atividades de Correio</b>				



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO - BAHIA  
PRAÇA 09 DE MAIO S/N – NOVA MORADA  
CNPJ: 13.230.982/0001-50

	53.10-5	Atividades de Correio	950	1.240	1.460	1.825
		<b>Atividades de malote e de entrega</b>				
	53.20-2	Atividades de malote e de entrega	197	220	250	270
<b>I</b>		<b>ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO</b>				
		<b>ALOJAMENTO</b>				
		<b>Hotéis e similares</b>				
	55.10-8	Hotéis e similares	255	285	319	350
		<b>Outros tipos de alojamento não especificados anteriormente</b>				
	55.90-6	Outros tipos de alojamento não especificados anteriormente	135	172	200	220
		<b>ALIMENTAÇÃO</b>				
		<b>Restaurantes e outros serviços de alimentação e bebidas</b>				
	56.11-2	Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas	135	172	200	220
	56.12-1	Serviços ambulantes de alimentação	55	70	90	104
		<b>Serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada</b>				
	56.20-1	Serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada	135	175	197	220
<b>J</b>		<b>INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO</b>				
		<b>EDIÇÃO E EDIÇÃO INTEGRADA À IMPRESSÃO</b>				
		<b>Edição de livros, jornais, revistas e outras atividades de edição</b>				
	58.11-5	Edição de livros	135	175	197	220
	58.12-3	Edição de jornais	135	175	197	220
	58.13-1	Edição de revistas	197	220	250	270
	58.19-1	Edição de cadastros, listas e outros produtos gráficos	197	220	250	270
		<b>Edição integrada à impressão de livros, jornais, revistas e outras publicações</b>				
	58.21-2	Edição integrada à impressão de livros	197	220	250	270
	58.22-1	Edição integrada à impressão de jornais	197	220	250	270
	58.23-9	Edição integrada à impressão de revistas	197	220	250	270
	58.29-8	Edição integrada à impressão de cadastros, listas e outros produtos gráficos	265	290	320	350
		<b>Atividades de gravação de som e de edição de música</b>				



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO - BAHIA  
PRAÇA 09 DE MAIO S/N – NOVA MORADA  
CNPJ: 13.230.982/0001-50

59.20-1	Atividades de gravação de som e de edição de música	265	290	320	350
	<b>ATIVIDADES DE RÁDIO E DE TELEVISÃO</b>				
	<b>Atividades de rádio</b>				
60.10-1	Atividades de rádio (valor, por torre)	950	1.095	1.240	1.385
60.10-2	Atividades de rádio (valor, por estação de rádio base)	950	1.095	1.240	1.385
	<b>Atividades de televisão</b>				
60.21-7	Atividades de televisão aberta	4.015	4.380	4.745	5.110
60.22-5	Programadoras e atividades relacionadas à televisão por assinatura	4.015	4.380	4.745	5.110
	<b>TELECOMUNICAÇÕES</b>				
	<b>Telecomunicações por fio</b>				
61.10-8	Telecomunicações por fio (valor, por torre)	4.745	5.110	5.475	5.840
61.11-8	Telecomunicações por fio (valor, por estação de rádio base)	4.745	5.110	5.475	5.840
	<b>Telecomunicações sem fio</b>	4.745	5.110	5.475	5.840
61.20-5	Telecomunicações sem fio (valor, por torre)	4.745	5.110	5.475	5.840
61.21-5	Telecomunicações sem fio (valor, por estação de rádio base)	4.745	5.110	5.475	5.840
	<b>Telecomunicações por satélite</b>	4.745	5.110	5.475	5.840
61.30-2	Telecomunicações por satélite (valor, por torre)	4.745	5.110	5.475	5.840
61.31-2	Telecomunicações por satélite (valor, por estação de rádio base)	4.745	5.110	5.475	5.840
	<b>Operadoras de televisão por assinatura</b>				
61.41-8	Operadoras de televisão por assinatura por cabo (valor, por torre)	4.745	5.110	5.475	5.840
61.41-9	Operadoras de televisão por assinatura por cabo (valor, por estação de rádio base)	4.745	5.110	5.475	5.840
61.42-6	Operadoras de televisão por assinatura por microondas (valor, por torre)	4.745	5.110	5.475	5.840
61.42-7	Operadoras de televisão por assinatura por microondas (valor, por estação de rádio base)	4.745	5.110	5.475	5.840
61.43-4	Operadoras de televisão por assinatura por satélite (valor, por torre)	4.745	5.110	5.475	5.840
61.43-5	Operadoras de televisão por assinatura por satélite (valor, por estação de rádio base)	4.745	5.110	5.475	5.840
	<b>Outras atividades de telecomunicações</b>				
61.90-6	Outras atividades de telecomunicações (valor, por torre)	104	135	175	200



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO - BAHIA  
PRAÇA 09 DE MAIO S/N – NOVA MORADA  
CNPJ: 13.230.982/0001-50

	61.91-6	Outras atividades de telecomunicações (valor, por estação de rádio base)	1.095	1.460	1.825	2.189
		<b>ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO</b>				
		<b>Atividades dos serviços de tecnologia da informação</b>				
	62.01-5	Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda	425	475	500	540
	62.02-3	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis	265	290	319	363
	62.03-1	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis	265	290	319	363
	62.04-0	Consultoria em tecnologia da informação	160	175	200	220
	62.09-1	Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação	319	363	395	420
		<b>ATIVIDADES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO</b>				
		<b>Tratamento de dados, hospedagem na internet e outras atividades relacionadas</b>				
	63.11-9	Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet	1.095	1.460	1.825	2.189
	63.19-4	Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet	1.095	1.460	1.825	2.189
		<b>Outras atividades de prestação de serviços de informação</b>				
	63.91-7	Agências de notícias	350	376	400	425
	63.99-2	Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente	350	376	400	425
<b>K</b>		<b>ATIVIDADES FINANCEIRAS, DE SEGUROS E SERVIÇOS RELACIONADOS</b>				
		<b>ATIVIDADES DE SERVIÇOS FINANCEIROS</b>				
		<b>Banco Central</b>				
	64.10-7	Banco Central	6.570	8.029	8.760	9.490
		<b>Intermediação monetária - depósitos à vista</b>				
	64.21-2	Bancos comerciais	5.109	5.475	5.840	6.204
	64.21-3	Terminais de auto atendimento/fora da agência (por máquina)	255	290	319	463
	64.21-4	Posto de atendimento bancário (PAB)	950	1.095	1.240	1.385
	64.22-1	Bancos múltiplos, com carteira comercial	4.745	5.110	5.475	5.840
	64.23-9	Caixas econômicas	4.745	5.110	5.475	5.840



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO - BAHIA  
PRAÇA 09 DE MAIO S/N – NOVA MORADA  
CNPJ: 13.230.982/0001-50

64.24-7	Crédito cooperativo	3.650	4.015	4.380	4.745
	<b>Intermediação não-monetária - outros instrumentos de captação</b>				
64.31-0	Bancos múltiplos, sem carteira comercial	5.110	5.475	5.840	6.204
64.32-8	Bancos de investimento	5.840	6.204	6.570	7.300
64.33-6	Bancos de desenvolvimento	5.840	6.204	6.570	7.300
64.34-4	Agências de fomento	5.840	6.204	6.570	7.300
64.35-2	Crédito imobiliário	950	1.095	1.240	1.460
64.36-1	Sociedades de crédito, financiamento e investimento - financeiras	950	1.095	1.240	1.460
64.37-9	Sociedades de crédito ao microempreendedor	950	1.095	1.240	1.460
64.38-7	Bancos de câmbio e outras instituições de intermediação não-monetária	950	1.095	1.240	1.460
	<b>Arrendamento mercantil</b>				
64.40-9	Arrendamento mercantil	2.920	3.285	3.650	4.015
	<b>Sociedades de capitalização</b>	2.920	3.285	3.650	4.015
64.50-6	Sociedades de capitalização	2.920	3.285	3.650	4.015
	<b>Atividades de sociedades de participação</b>	2.920	3.285	3.650	4.015
64.61-1	Holdings de instituições financeiras	2.920	3.285	3.650	4.015
64.62-0	Holdings de instituições não-financeiras	2.920	3.285	3.650	4.015
64.63-8	Outras sociedades de participação, exceto holdings	2.920	3.285	3.650	4.015
	<b>Fundos de investimento</b>	2.920	3.285	3.650	4.015
64.70-1	Fundos de investimento	2.920	3.285	3.650	4.015
	<b>Atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente</b>	7.300	10.950	14.500	18.250
64.91-3	Sociedades de fomento mercantil - factoring	7.300	10.950	14.500	18.250
64.92-1	Securitização de créditos	7.300	10.950	14.500	18.250
64.93-0	Administração de consórcios para aquisição de bens e direitos	950	1.095	1.240	1.460
64.99-9	Outras atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente	950	1.095	1.240	1.460
	<b>SEGUROS, RESSEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E PLANOS DE SAÚDE</b>				
	<b>Seguros de vida e não-vida</b>				
65.11-1	Seguros de vida	2.920	3.285	3.650	4.015
65.12-0	Seguros não-vida	2.920	3.285	3.650	4.015
	<b>Seguros-saúde</b>				
65.20-1	Seguros-saúde	950	1.095	1.240	1.460
	<b>Resseguros</b>				
65.30-8	Resseguros	950	1.095	1.240	1.460



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO - BAHIA  
PRAÇA 09 DE MAIO S/N – NOVA MORADA  
CNPJ: 13.230.982/0001-50

		<b>Previdência complementar</b>				
	65.41-3	Previdência complementar fechada	6.570	7.300	8.029	8.760
	65.42-1	Previdência complementar aberta	6.570	7.300	8.029	8.760
		<b>Planos de saúde</b>				
	65.50-2	Planos de saúde	6.570	7.300	8.029	8.760
		<b>ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVIÇOS FINANCEIROS, SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E PLANOS DE SAÚDE</b>				
		<b>Atividades auxiliares dos serviços financeiros</b>				
	66.13-4	Administração de cartões de crédito	6.570	7.300	8.029	8.760
	66.19-3	Atividades auxiliares dos serviços financeiros não especificadas anteriormente	2.550	2.920	3.285	3.650
		<b>Atividades auxiliares dos seguros, da previdência complementar e dos planos de saúde</b>				
	66.21-5	Avaliação de riscos e perdas	160	172	197	220
	66.22-3	Corretores e agentes de seguros, de planos de previdência complementar e de saúde	160	172	197	220
	66.29-1	Atividades auxiliares dos seguros, da previdência complementar e dos planos de saúde não especificadas anteriormente	376	400	425	510
		<b>Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão</b>				
	66.30-4	Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão	729,1	947,83	1232,18	1601,82
<b>L</b>		<b>ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS</b>				
		<b>ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS</b>				
		<b>Atividades imobiliárias de imóveis próprios</b>				
	68.10-2	Atividades imobiliárias de imóveis próprios	104	135	160	172
		<b>Atividades imobiliárias por contrato ou comissão</b>				
	68.21-8	Intermediação na compra, venda e aluguel de imóveis	160	172	197	220
	68.22-6	Gestão e administração da propriedade imobiliária	160	172	197	220
<b>M</b>		<b>ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS</b>				
		<b>ATIVIDADES JURÍDICAS, DE CONTABILIDADE E DE AUDITORIA</b>				
		<b>Atividades jurídicas</b>				
	69.11-7	Atividades jurídicas, exceto cartórios	319	363	395	425



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO - BAHIA  
PRAÇA 09 DE MAIO S/N – NOVA MORADA  
CNPJ: 13.230.982/0001-50

69.12-5	Cartórios	425	450	475	500
	<b>Atividades de contabilidade, consultoria e auditoria contábil e tributária</b>				
69.20-6	Atividades de contabilidade, consultoria e auditoria contábil e tributária	197	220	255	265
	<b>ATIVIDADES DE SEDES DE EMPRESAS E DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL</b>				
	<b>Sedes de empresas e unidades administrativas locais</b>				
70.10-7	Sedes de empresas e unidades administrativas locais	135	160	172	197
	<b>Atividades de consultoria em gestão empresarial</b>				
70.20-4	Atividades de consultoria em gestão empresarial	135	160	172	197
	<b>SERVIÇOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA; TESTES E ANÁLISES TÉCNICAS</b>				
	<b>Serviços de arquitetura e engenharia e atividades técnicas relacionadas</b>				
71.11-1	Serviços de arquitetura	135	160	172	197
71.12-0	Serviços de engenharia	135	160	172	197
71.19-7	Atividades técnicas relacionadas à arquitetura e engenharia	135	160	172	197
	<b>Testes e análises técnicas</b>				
71.20-1	Testes e análises técnicas	197	220	255	270
	<b>PUBLICIDADE E PESQUISA DE MERCADO</b>				
	<b>Publicidade</b>				
73.11-4	Agências de publicidade	104	135	160	172
73.12-2	Agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação	104	135	160	172
73.19-0	Atividades de publicidade não especificadas anteriormente	104	135	160	172
	<b>Pesquisas de mercado e de opinião pública</b>				
73.20-3	Pesquisas de mercado e de opinião pública	104	135	160	172
	<b>OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS</b>				
	<b>Design e decoração de interiores</b>				
74.10-2	Design e decoração de interiores	104	135	160	172
	<b>Atividades fotográficas e similares</b>				
74.20-0	Atividades fotográficas e similares	104	135	160	172



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO - BAHIA  
PRAÇA 09 DE MAIO S/N – NOVA MORADA  
CNPJ: 13.230.982/0001-50

		<b>Atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente</b>				
	74.90-1	Atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente	104	135	160	172
		<b>ATIVIDADES VETERINÁRIAS</b>				
		<b>Atividades veterinárias</b>				
	75.00-1	Atividades veterinárias	104	135	160	172
N		<b>ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES</b>				
		<b>ALUGUÉIS NÃO-IMOBILIÁRIOS E GESTÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS NÃO-FINANCEIROS</b>				
		<b>Locação de meios de transporte sem condutor</b>				
	77.11-0	Locação de automóveis sem condutor	197	220	250	270
	77.19-5	Locação de meios de transporte, exceto automóveis, sem condutor	270	270	270	270
		<b>Aluguel de objetos pessoais e domésticos</b>				
	77.21-7	Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos	80	90	104	135
	77.22-5	Aluguel de fitas de vídeo, DVDs e similares	80	90	104	135
	77.23-3	Aluguel de objetos do vestuário, jóias e acessórios	197	220	250	270
	77.29-2	Aluguel de objetos pessoais e domésticos não especificados anteriormente	197	220	250	270
		<b>Aluguel de máquinas e equipamentos sem operador</b>				
	77.31-4	Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador	255	265	285	300
	77.32-2	Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador	255	265	285	300
	77.33-1	Aluguel de máquinas e equipamentos para escritório	255	265	285	300
	77.39-0	Aluguel de máquinas e equipamentos não especificados anteriormente	255	265	285	300
		<b>Gestão de ativos intangíveis não-financeiros</b>				
	77.40-3	Gestão de ativos intangíveis não-financeiros	255	265	285	300
		<b>SELEÇÃO, AGENCIAMENTO E LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA</b>				
		<b>Seleção e agenciamento de mão-de-obra</b>				
	78.10-8	Seleção e agenciamento de mão-de-obra	255	265	285	300
		<b>Locação de mão-de-obra temporária</b>				
	78.20-5	Locação de mão-de-obra temporária	255	265	285	300



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO - BAHIA  
PRAÇA 09 DE MAIO S/N – NOVA MORADA  
CNPJ: 13.230.982/0001-50

		<b>Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros</b>				
	78.30-2	Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros	255	265	285	300
		<b>AGÊNCIAS DE VIAGENS, OPERADORES TURÍSTICOS E SERVIÇOS DE RESERVAS</b>				
		<b>Agências de viagens e operadores turísticos</b>				
	79.11-2	Agências de viagens	197	220	250	270
	79.12-1	Operadores turísticos	160	175	190	200
		<b>Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente</b>				
	79.90-2	Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente	395	425	450	475
		<b>ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA, SEGURANÇA E INVESTIGAÇÃO</b>				
		<b>Atividades de vigilância, segurança privada e transporte de valores</b>				
	80.11-1	Atividades de vigilância e segurança privada	395	425	450	475
	80.12-9	Atividades de transporte de valores	2.920	3.285	3.650	4.015
		<b>Atividades de monitoramento de sistemas de segurança</b>				
	80.20-0	Atividades de monitoramento de sistemas de segurança	160	197	220	250
		<b>Atividades de investigação particular</b>				
	80.30-7	Atividades de investigação particular	160	197	220	250
		<b>SERVIÇOS PARA EDIFÍCIOS E ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS</b>				
		<b>Serviços combinados para apoio a edifícios</b>				
	81.11-7	Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais	160	197	220	250
	81.12-5	Condomínios prediais	290	319	350	363
		<b>Atividades de limpeza</b>				
	81.21-4	Limpeza em prédios e em domicílios	160	197	220	250
	81.22-2	Imunização e controle de pragas urbanas	160	197	220	250
	81.29-0	Atividades de limpeza não especificadas anteriormente	160	197	220	250
		<b>Atividades paisagísticas</b>	160	197	220	250
	81.30-3	Atividades paisagísticas	160	197	220	250
		<b>SERVIÇOS DE ESCRITÓRIO, DE APOIO ADMINISTRATIVO E OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS</b>				



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO - BAHIA  
PRAÇA 09 DE MAIO S/N – NOVA MORADA  
CNPJ: 13.230.982/0001-50

		<b>Serviços de escritório e apoio administrativo</b>				
	82.11-3	Serviços combinados de escritório e apoio administrativo	160	197	220	250
	82.11-4	Escritório Virtual	197	220	250	270
	82.19-9	Fotocópias, preparação de documentos e outros serviços especializados de apoio administrativo	160	197	220	250
		<b>Atividades de teleatendimento</b>				
	82.20-2	Atividades de teleatendimento	160	197	220	250
		<b>Atividades de organização de eventos, exceto culturais e esportivos</b>				
	82.30-0	Atividades de organização de eventos, exceto culturais e esportivos	135	160	175	197
		<b>Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas</b>				
	82.91-1	Atividades de cobrança e informações cadastrais	160	197	220	250
	82.92-0	Envasamento e empacotamento sob contrato	160	197	220	250
	82.99-7	Atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente	160	197	220	250
<b>O</b>		<b>ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL</b>				
		<b>Administração do estado e da política econômica e social</b>				
	84.11-6	Administração pública em geral	255	265	290	319
	84.12-4	Regulação das atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais	255	265	290	319
	84.13-2	Regulação das atividades econômicas	255	265	290	319
		<b>Serviços coletivos prestados pela administração pública</b>				
	84.21-3	Relações exteriores	730	950	1.240	1.460
	84.22-1	Defesa	730	950	1.240	1.460
	84.23-0	Justiça	730	950	1.240	1.460
	84.24-8	Segurança e ordem pública	730	950	1.240	1.460
	84.25-6	Defesa Civil	730	950	1.240	1.460
		<b>Seguridade social obrigatória</b>	730	950	1.240	1.460
	84.30-2	Seguridade social obrigatória	730	950	1.240	1.460
<b>P</b>		<b>EDUCAÇÃO</b>				
		<b>EDUCAÇÃO</b>				
		<b>Educação infantil e ensino fundamental</b>				
	85.11-2	Educação infantil - creche	160	197	220	250
	85.12-1	Educação infantil - pré-escola	197	220	250	270
	85.13-9	Ensino fundamental	255	265	290	320



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO - BAHIA  
PRAÇA 09 DE MAIO S/N – NOVA MORADA  
CNPJ: 13.230.982/0001-50

		<b>Ensino médio</b>				
	85.20-1	Ensino médio	350	370	400	420
		<b>Educação superior</b>				
	85.31-7	Educação superior - graduação	450	475	500	540
	85.32-5	Educação superior - graduação e pós-graduação	450	475	500	540
	85.33-3	Educação superior - pós-graduação e extensão	450	475	500	540
		<b>Educação profissional de nível técnico e tecnológico</b>				
	85.41-4	Educação profissional de nível técnico	197	220	255	285
	85.42-2	Educação profissional de nível tecnológico	197	220	255	285
		<b>Atividades de apoio à educação</b>				
	85.50-3	Atividades de apoio à educação	197	220	255	285
		<b>Outras atividades de ensino</b>				
	85.91-1	Ensino de esportes	160	197	220	250
	85.92-9	Ensino de arte e cultura	160	197	220	250
	85.93-7	Ensino de idiomas	160	197	220	250
	85.99-6	Atividades de ensino não especificadas anteriormente	160	197	220	250
	85.99-7	Brinquedoteca, casa de atividades pedagógicas infantis	160	197	220	250
<b>Q</b>		<b>SAÚDE HUMANA E SERVIÇOS SOCIAIS</b>				
		<b>ATIVIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE HUMANA</b>				
		<b>Atividades de atendimento hospitalar</b>				
	86.10-1	Atividades de atendimento hospitalar	950	1.095	1.240	1.460
		<b>Serviços móveis de atendimento a urgências e de remoção de pacientes</b>				
	86.21-6	Serviços móveis de atendimento a urgências	450	475	500	510
	86.22-4	Serviços de remoção de pacientes, exceto os serviços móveis de atendimento a urgências	450	475	500	510
		<b>Atividades de atenção ambulatorial executadas por médicos e odontólogos</b>				
	86.30-5	Atividades de atenção ambulatorial executadas por médicos e odontólogos	450	475	500	510
		<b>Atividades de profissionais da área de saúde, exceto médicos e odontólogos</b>				
	86.50-0	Atividades de profissionais da área de saúde, exceto médicos e odontólogos	220	255	270	300
		<b>Atividades de apoio à gestão de saúde</b>				
	86.60-7	Atividades de apoio à gestão de saúde	220	255	270	300



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO - BAHIA  
PRAÇA 09 DE MAIO S/N – NOVA MORADA  
CNPJ: 13.230.982/0001-50

		<b>Atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente</b>				
	86.90-9	Atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente	220	255	270	300
		<b>ATIVIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE HUMANA INTEGRADAS COM ASSISTÊNCIA SOCIAL, PRESTADAS EM RESIDÊNCIAS COLETIVAS E PARTICULARES</b>				
		<b>Atividades de assistência a idosos, deficientes físicos, imunodeprimidos e convalescentes, e de infra-estrutura e apoio a pacientes prestadas em residências coletivas e particulares</b>				
	87.11-5	Atividades de assistência a idosos, deficientes físicos, imunodeprimidos e convalescentes prestadas em residências coletivas e particulares	220	255	270	300
	87.12-3	Atividades de fornecimento de infra-estrutura de apoio e assistência a paciente no domicílio	220	255	270	300
		<b>Atividades de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química</b>	220	255	270	300
	87.20-4	Atividades de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química	220	255	270	300
		<b>Atividades de assistência social prestadas em residências coletivas e particulares</b>				
	87.30-1	Atividades de assistência social prestadas em residências coletivas e particulares	437,5	568,72	739,35	961,15
<b>R</b>		<b>ARTES, CULTURA, ESPORTE E RECREAÇÃO</b>				
		<b>ATIVIDADES ARTÍSTICAS, CRIATIVAS E DE ESPETÁCULOS</b>				
		<b>Atividades artísticas, criativas e de espetáculos</b>				
	90.01-9	Produção de espetáculos circenses, de marionetes e similares	1.679	1.898	2.189	2.550
	90.02-7	Criação artística	220	265	300	320
	90.03-5	Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas	220	265	300	320
		<b>ATIVIDADES LIGADAS AO PATRIMÔNIO CULTURAL E AMBIENTAL</b>				
		<b>Atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental</b>				



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO - BAHIA  
PRAÇA 09 DE MAIO S/N – NOVA MORADA  
CNPJ: 13.230.982/0001-50

	91.01-5	Atividades de bibliotecas e arquivos	730	950	1.095	1.240
	91.02-3	Atividades de museus e de exploração, restauração artística e conservação de lugares e prédios históricos e atrações similares	730	950	1.095	1.240
	91.03-1	Atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental	730	950	1.095	1.240
		<b>ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO DE JOGOS DE AZAR E APOSTAS</b>				
		<b>Atividades de exploração de jogos de azar e apostas</b>				
	92.00-3	Atividades de exploração de jogos de azar e apostas	290	319	363	395
		<b>ATIVIDADES ESPORTIVAS E DE RECREAÇÃO E LAZER</b>				
		<b>Atividades esportivas</b>				
	93.11-5	Gestão de instalações de esportes	80	90	104	135
	93.12-3	Clubes sociais, esportivos e similares	290	1138,2	1479,65	1923,58
	93.13-1	Atividades de condicionamento físico	290	319	363	395
	93.19-1	Atividades esportivas não especificadas anteriormente	290	319	363	395
		<b>Atividades de recreação e lazer</b>				
	93.29-8	Atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente	185	200	220	250
<b>S</b>		<b>OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS</b>				
		<b>ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS</b>				
		<b>Atividades de organizações associativas patronais, empresariais e profissionais</b>				
	94.11-1	Atividades de organizações associativas patronais e empresariais	185	200	220	250
	94.12-0	Atividades de organizações associativas profissionais	185	200	220	250
		<b>Atividades de organizações sindicais</b>				
	94.20-1	Atividades de organizações sindicais	185	200	220	250
		<b>Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>				
	94.30-8	Atividades de associações de defesa de direitos sociais	185	200	220	250



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO - BAHIA  
PRAÇA 09 DE MAIO S/N – NOVA MORADA  
CNPJ: 13.230.982/0001-50

		<b>REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO E DE OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS</b>				
		<b>Reparação e manutenção de equipamentos de informática e comunicação</b>				
	95.11-8	Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos	104	135	175	200
	95.12-6	Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação	104	135	175	200
		<b>Reparação e manutenção de objetos e equipamentos pessoais e domésticos</b>				
	95.21-5	Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico	80	90	100	120
	95.29-1	Reparação e manutenção de objetos e equipamentos pessoais e domésticos não especificados anteriormente	80	90	100	120
		<b>OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PESSOAIS</b>				
		<b>Outras atividades de serviços pessoais</b>				
	96.01-7	Lavanderias, tinturarias e toalheiros	80	90	100	120
	96.02-5	Cabeleireiros e outras atividades de tratamento de beleza	80	90	100	120
	96.03-3	Atividades funerárias e serviços relacionados	160	197	220	250
	96.09-2	Atividades de serviços pessoais não especificadas anteriormente	160	197	220	250
<b>T</b>		<b>SERVIÇOS DOMÉSTICOS</b>				
		<b>Serviços domésticos</b>				
	97.00-5	Serviços domésticos	80	90	100	120



**TABELA DE RECEITA Nº I  
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - IPTU**

<b>CÓDIGO</b>	<b>ESPECIFICAÇÕES</b>	<b>%</b>
1	Unidade imobiliária constituída por terreno urbanizado (muro e passeio)	1,00
2	Unidade imobiliária constituída por terreno não urbanizado, ou em que houver construção condenada, em ruína, incendiada, paralisada ou em andamento	1,50
3	Unidade imobiliária construída, de ocupação residencial	0,50
4	Unidade imobiliária construída, de ocupação não residencial	1,00

i



**TABELA DE RECEITA II**  
**IMPOSTOS SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISS**

<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Valor R\$</b>	<b>%</b>
01	Atividades constantes na lista de serviços anexa a esta Lei		5%
02	Profissionais autônomos de nível médio, por ano	230,00	
03	Profissionais autônomos de nível superior, por ano	430,00	
<b>04</b>	<b>Sociedade uniprofissional por mês, por profissional</b>	<b>500,00</b>	
05	Demais profissionais , por ano	190,00	



TABELA DE RECEITA Nº III						
Taxa de Licença de Localização – TLL						
Seção	Classe	Denominação	VALORES EM UNIDADE FISCAL MUNICIPAL			
A		AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA AGRICULTURA, PECUÁRIA E SERVIÇOS RELACIONADOS	A	B	C	D
		<b>Horticultura e floricultura</b>				
	01.21-1	Horticultura	80	104	135	175
	01.22-9	Cultivo de flores e plantas ornamentais	80	104	135	175
		<b>Produção de sementes e mudas certificadas</b>				
	01.42-3	Produção de mudas e outras formas de propagação vegetal, certificadas	80	104	135	172
		<b>Pecuária</b>				
	01.51-2	Criação de bovinos	135	175	255	376
	01.52-1	Criação de outros animais de grande porte	319	363	395	425
	01.53-9	Criação de caprinos e ovinos	104	175	220	265
	01.54-7	Criação de suínos	104	135	220	290
	01.55-5	Criação de aves	104	135	220	290
	01.59-8	Criação de animais não especificados anteriormente	197	172	290	319
		<b>Caça e serviços relacionados</b>				
	01.70-9	Caça e serviços relacionados	1385	1385	1385	1385
		<b>Aqüicultura</b>				
	03.22-1	Aqüicultura em água doce	80	104	135	175
		<b>INDÚSTRIAS EXTRATIVAS</b>				
	07.29-4	Extração de minerais metálicos não-ferrosos não especificados anteriormente	7.300	10.950	14.500	18.250
		<b>EXTRAÇÃO DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS</b>				
		<b>Extração de pedra, areia e argila</b>				
	08.10-0	Extração de pedra, areia e argila	2.550	3.285	4.015	4.745
		<b>Extração de outros minerais não-metálicos</b>				
	08.93-2	Extração de gemas (pedras preciosas e semipreciosas)	7.300	10.950	14.500	18.250
	08.99-1	Extração de minerais não-metálicos não especificados anteriormente	7.300	10.950	14.500	18.250
	09.90-4	Atividades de apoio à extração de minerais, exceto petróleo e gás natural	7.300	7.300	7.300	7.300
		<b>INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO</b>				
		<b>FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS</b>				
		<b>Abate e fabricação de produtos de carne</b>				
	10.11-2	Abate de reses, exceto suínos	2.200	2.900	3.500	3.800
	10.12-1	Abate de suínos, aves e outros pequenos animais	175	197	255	290
	10.13-9	Fabricação de produtos de carne	175	197	255	290
		<b>Fabricação de conservas de frutas, legumes e outros vegetais</b>				
	10.31-7	Fabricação de conservas de frutas	104	135	175	197
	10.32-5	Fabricação de conservas de legumes e outros vegetais	104	135	175	197
	10.33-3	Fabricação de sucos de frutas, hortaliças e legumes	104	135	175	197
		<b>Laticínios</b>				
	10.51-1	Preparação do leite	80	104	135	175
	10.52-0	Fabricação de laticínios	172	197	255	290
	10.53-8	Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	104	135	175	197
		<b>Moagem, fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais</b>				
	10.61-9	Beneficiamento de arroz e fabricação de produtos do arroz	950	1240	1460	1825
	10.62-7	Moagem de trigo e fabricação de derivados	950	1240	1460	1825
	10.63-5	Fabricação de farinha de mandioca e derivados	540	580	620	1095
	10.64-3	Fabricação de farinha de milho e derivados, exceto óleos de milho	497	657	950	1095
	10.66-0	Fabricação de alimentos para animais	497	657	950	1095



10.69-4	Moagem e fabricação de produtos de origem vegetal não especificados anteriormente	510	582	657	950
	<b>Fabricação de outros produtos alimentícios</b>				
10.91-1	Fabricação de produtos de panificação	160	172	197	255
10.92-9	Fabricação de biscoitos e bolachas	160	172	197	255
10.93-7	Fabricação de produtos derivados do cacau, de chocolates e confeitos	104	135	175	197
10.94-5	Fabricação de massas alimentícias	160	172	190	220
10.95-3	Fabricação de especiarias, molhos, temperos e condimentos	55	70	80	90
10.96-1	Fabricação de alimentos e pratos prontos	104	135	175	200
10.99-6	Fabricação de produtos alimentícios não especificados anteriormente	160	175	190	200
	<b>FABRICAÇÃO DE BEBIDAS</b>				
	<b>Fabricação de bebidas não-alcoólicas</b>				
11.21-6	Fabricação de águas envasadas	80	104	135	145
11.22-4	Fabricação de refrigerantes e de outras bebidas não-alcoólicas	265	319	363	395
	<b>CONFECÇÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS</b>				
	<b>Confecção de artigos do vestuário e acessórios</b>				
14.11-8	Confecção de roupas íntimas	135	172	200	220
14.12-6	Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	182,17	236,9	308,05	400,44
14.13-4	Confecção de roupas profissionais	291,6	379,1	492,8	640,65
14.14-2	Fabricação de acessórios do vestuário, exceto para segurança e proteção	291,6	379,1	492,8	640,65
	<b>PREPARAÇÃO DE COURO E FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE COURO, ARTIGOS PARA VIAGEM E CALÇADOS</b>				
	<b>Curtimento e outras preparações de couro</b>				
	<b>Fabricação de artigos para viagem e de artefatos diversos de couro</b>				
15.21-1	Fabricação de artigos para viagem, bolsas e semelhantes de qualquer material	364,5	473,85	616	800,8
15.29-7	Fabricação de artefatos de couro não especificados anteriormente	220	265	290	319
	<b>FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MADEIRA</b>				
	<b>Desdobramento de madeira</b>				
16.10-2	Desdobramento de madeira	285	319	363	395
	<b>Fabricação de produtos de madeira, cortiça e material trançado, exceto móveis</b>				
16.21-8	Fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada	285	319	363	395
16.22-6	Fabricação de estruturas de madeira e de artigos de carpintaria para construção	285	319	363	395
16.23-4	Fabricação de artefatos de tanoaria e de embalagens de madeira	285	319	363	395
16.29-3	Fabricação de artefatos de madeira, palha, cortiça, vime e material trançado não especificados anteriormente, exceto móveis	285	319	363	395
	<b>IMPRESSÃO E REPRODUÇÃO DE GRAVAÇÕES</b>				
	<b>Atividade de impressão</b>				
18.11-3	Impressão de jornais, livros, revistas e outras publicações periódicas	182,27	236,9	308,05	400,44
18.12-1	Impressão de material de segurança	182,27	236,9	308,05	400,44
18.13-0	Impressão de materiais para outros usos	182,27	236,9	308,05	400,44
	<b>Serviços de pré-impressão e acabamentos gráficos</b>				
18.21-1	Serviços de pré-impressão	182,27	236,9	308,05	400,44
18.22-9	Serviços de acabamentos gráficos	182,27	236,9	308,05	400,44
	<b>Fabricação de sabões, detergentes, produtos de limpeza, cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal</b>				
20.61-4	Fabricação de sabões e detergentes sintéticos	160	175	200	220
20.62-2	Fabricação de produtos de limpeza e polimento	160	175	200	220



20.63-1	Fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	160	175	200	220
	<b>Fabricação de tintas, vernizes, esmaltes, lacas e produtos afins</b>				
20.71-1	Fabricação de tintas, vernizes, esmaltes e lacas	255	285	319	363
20.72-0	Fabricação de tintas de impressão	255	285	319	363
20.73-8	Fabricação de impermeabilizantes, solventes e produtos afins	255	285	319	363
	<b>FABRICAÇÃO DE PRODUTOS FARMOQUÍMICOS E FARMACÉUTICOS</b>				
	<b>Fabricação de produtos farmoquímicos</b>				
21.10-6	Fabricação de produtos farmoquímicos	290	319	350	395
	<b>Fabricação de produtos farmacêuticos</b>				
21.21-1	Fabricação de medicamentos para uso humano	319	350	363	395
21.22-0	Fabricação de medicamentos para uso veterinário	319	350	363	395
21.23-8	Fabricação de preparações farmacêuticas	319	350	363	395
	<b>Fabricação de artefatos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes</b>				
23.30-3	Fabricação de artefatos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes	319	350	363	395
	<b>Aparelhamento de pedras e fabricação de outros produtos de minerais não-metálicos</b>				
23.91-5	Aparelhamento e outros trabalhos em pedras	319	350	363	395
23.92-3	Fabricação de cal e gesso	319	350	363	395
23.99-1	Fabricação de produtos de minerais não-metálicos não especificados anteriormente	319	350	363	395
	<b>FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE METAL, EXCETO MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS</b>	319	350	363	395
	<b>Fabricação de estruturas metálicas e obras de caldeiraria pesada</b>	319	350	363	395
25.11-0	Fabricação de estruturas metálicas	319	350	363	395
25.12-8	Fabricação de esquadrias de metal	319	350	363	395
25.13-6	Fabricação de obras de caldeiraria pesada	319	350	363	395
	<b>Fabricação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras</b>	319	350	363	395
25.21-7	Fabricação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras para aquecimento central	319	350	363	395
25.22-5	Fabricação de caldeiras geradoras de vapor, exceto para aquecimento central e para veículos	319	350	363	395
	<b>Forjaria, estamparia, metalurgia do pó e serviços de tratamento de metais</b>	319	350	363	395
25.31-4	Produção de forjados de aço e de metais não-ferrosos e suas ligas	319	350	363	395
25.32-2	Produção de artefatos estampados de metal; metalurgia do pó	319	350	363	395
25.39-0	Serviços de usinagem, solda, tratamento e revestimento em metais	319	350	363	395
	<b>Fabricação de artigos de cutelaria, de serralheria e ferramentas</b>	319	350	363	395
25.41-1	Fabricação de artigos de cutelaria	319	350	363	395
25.42-0	Fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias	319	350	363	395
25.43-8	Fabricação de ferramentas	319	350	363	395
	<b>Fabricação de equipamento bélico pesado, armas de fogo e munições</b>	319	350	363	395
25.50-1	Fabricação de equipamento bélico pesado, armas de fogo e munições	319	350	363	395
	<b>Fabricação de produtos de metal não especificados anteriormente</b>	319	350	363	395
25.91-8	Fabricação de embalagens metálicas	319	350	363	395
25.92-6	Fabricação de produtos de trefilados de metal	319	350	363	395
25.93-4	Fabricação de artigos de metal para uso doméstico e pessoal	319	350	363	395
25.99-3	Fabricação de produtos de metal não especificados anteriormente	319	350	363	395



	<b>FABRICAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, REBOQUES E CARROCERIAS</b>				
	<b>Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários</b>				
29.10-7	Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários	395	425	450	475
	<b>Fabricação de caminhões e ônibus</b>				
29.20-4	Fabricação de caminhões e ônibus	395	425	450	475
	<b>Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para veículos automotores</b>				
29.30-1	Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para veículos automotores	395	425	450	475
	<b>Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores</b>				
29.41-7	Fabricação de peças e acessórios para o sistema motor de veículos automotores	395	425	450	475
29.42-5	Fabricação de peças e acessórios para os sistemas de marcha e transmissão de veículos automotores	395	425	450	475
29.43-3	Fabricação de peças e acessórios para o sistema de freios de veículos automotores	395	425	450	475
29.44-1	Fabricação de peças e acessórios para o sistema de direção e suspensão de veículos automotores	395	425	450	475
29.45-0	Fabricação de material elétrico e eletrônico para veículos automotores, exceto baterias	395	425	450	475
29.49-2	Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores não especificados anteriormente	395	425	450	475
	<b>Recondicionamento e recuperação de motores para veículos automotores</b>				
29.50-6	Recondicionamento e recuperação de motores para veículos automotores	395	425	450	475
	<b>FABRICAÇÃO DE OUTROS EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE, EXCETO VEÍCULOS AUTOMOTORES</b>				
	<b>FABRICAÇÃO DE MÓVEIS</b>				
	<b>Fabricação de móveis</b>				
31.01-2	Fabricação de móveis com predominância de madeira	510,35	663,35	662,5	1121,25
31.02-1	Fabricação de móveis com predominância de metal	510,35	663,35	662,5	1121,25
31.03-9	Fabricação de móveis de outros materiais, exceto madeira e metal	510,35	663,35	662,5	1121,25
31.04-7	Fabricação de colchões	510,35	663,35	662,5	1121,25
	<b>FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DIVERSOS</b>				
	<b>Fabricação de artigos de joalheria, bijuteria e semelhantes</b>				
32.11-6	Lapidação de gemas e fabricação de artefatos de ourivesaria e joalheria	172	197	220	250
32.12-4	Fabricação de bijuterias e artefatos semelhantes	172	197	220	250
	<b>Fabricação de instrumentos musicais</b>				
32.20-5	Fabricação de instrumentos musicais	135	160	175	200
	<b>Fabricação de artefatos para pesca e esporte</b>				
32.30-2	Fabricação de artefatos para pesca e esporte	135	160	175	200
	<b>Fabricação de brinquedos e jogos recreativos</b>				
32.40-0	Fabricação de brinquedos e jogos recreativos	135	160	175	200
	<b>Fabricação de instrumentos e materiais para uso médico e odontológico e de artigos ópticos</b>				
32.50-7	Fabricação de instrumentos e materiais para uso médico e odontológico e de artigos ópticos	135	160	175	200
	<b>Fabricação de produtos diversos</b>				
32.91-4	Fabricação de escovas, pincéis e vassouras	135	160	175	200
32.92-2	Fabricação de equipamentos e acessórios para segurança e proteção pessoal e profissional	135	160	175	200
32.99-0	Fabricação de produtos diversos não especificados anteriormente	135	160	175	200
	<b>MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS</b>				
	<b>Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos</b>				
		255	265	290	319



	33.11-2	Manutenção e reparação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras, exceto para veículos	255	265	290	319
	33.12-1	Manutenção e reparação de equipamentos eletrônicos e ópticos	255	265	290	319
	33.13-9	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos elétricos	255	265	290	319
	33.14-7	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos da indústria mecânica	255	265	290	319
	33.15-5	Manutenção e reparação de veículos ferroviários	255	265	290	319
	33.19-8	Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente	255	265	290	319
		<b>Instalação de máquinas e equipamentos</b>				
	33.21-0	Instalação de máquinas e equipamentos industriais	425	450	475	500
	33.29-5	Instalação de equipamentos não especificados anteriormente	425	450	475	500
<b>D</b>		<b>ELETRICIDADE E GÁS</b>				
		<b>ELETRICIDADE, GÁS E OUTRAS UTILIDADES</b>				
		<b>Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica</b>				
	35.11-5	Geração de energia elétrica	7.300	10.950	14.500	18.250
	35.12-3	Transmissão de energia elétrica	7.300	10.950	14.500	18.250
	35.13-1	Comércio atacadista de energia elétrica	7.300	10.950	14.500	18.250
	35.14-0	Distribuição de energia elétrica	7.300	10.950	14.500	18.250
<b>E</b>		<b>ÁGUA, ESGOTO, ATIVIDADES DE GESTÃO DE RESÍDUOS E DESCONTAMINAÇÃO</b>				
		<b>CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA</b>				
		<b>Captação, tratamento e distribuição de água</b>				
	36.00-6	Captação, tratamento e distribuição de água	7.300	10.950	14.500	18.250
		<b>ESGOTO E ATIVIDADES RELACIONADAS</b>				
		<b>Esgoto e atividades relacionadas</b>				
	37.01-1	Gestão de redes de esgoto	7.300	10.950	14.500	18.250
	37.02-9	Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes	7.300	10.950	14.500	18.250
		<b>COLETA, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS; RECUPERAÇÃO DE MATERIAIS</b>				
		<b>Coleta de resíduos</b>				
	38.11-4	Coleta de resíduos não-perigosos	220	255	265	290
	38.12-2	Coleta de resíduos perigosos	220	255	265	290
		<b>Tratamento e disposição de resíduos</b>				
	38.21-1	Tratamento e disposição de resíduos não-perigosos	950	1095	1240	1460
	38.22-0	Tratamento e disposição de resíduos perigosos	950	1095	1240	1460
		<b>Recuperação de materiais</b>				
	38.31-9	Recuperação de materiais metálicos	197	220	250	285
	38.32-7	Recuperação de materiais plásticos	197	220	250	285
	38.39-4	Recuperação de materiais não especificados anteriormente	197	220	250	285
		<b>DESCONTAMINAÇÃO E OUTROS SERVIÇOS DE GESTÃO DE RESÍDUOS</b>				
		<b>Descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos</b>				
	39.00-5	Descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos	930	1000	1240	1385
<b>F</b>		<b>CONSTRUÇÃO</b>				
		<b>CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS</b>				
		<b>Incorporação de empreendimentos imobiliários</b>				
	41.10-7	Incorporação de empreendimentos imobiliários	1.460	1825	2.000	2.200
		<b>Construção de edifícios</b>				
	41.20-4	Construção de edifícios	1.460	1825	2.000	2.200
		<b>OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA</b>				
		<b>Construção de rodovias, ferrovias, obras urbanas e obras-de-arte especiais</b>				
	42.11-1	Construção de rodovias e ferrovias	7.300	10.950	14.500	18.250
	42.13-8	Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas	930	1.000	1.240	1.385
		<b>Obras de infra-estrutura para energia elétrica, telecomunicações, água, esgoto e transporte por dutos</b>				



	42.21-9	Obras para geração e distribuição de energia elétrica e para telecomunicações	2.920	3.285	3.650	4.015
	42.22-7	Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas	2.920	3.285	3.650	4.015
	42.23-5	Construção de redes de transportes por dutos, exceto para água e esgoto	2.920	3.285	3.650	4.015
		<b>Construção de outras obras de infra-estrutura</b>				
	42.92-8	Montagem de instalações industriais e de estruturas metálicas	395	425	450	475
	42.99-5	Obras de engenharia civil não especificadas anteriormente	395	425	450	475
		<b>SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO</b>				
		<b>Demolição e preparação do terreno</b>				
	43.11-8	Demolição e preparação de canteiros de obras	395	425	450	475
	43.12-6	Perfurações e sondagens	395	425	450	475
	43.13-4	Obras de terraplenagem	395	425	450	475
	43.19-3	Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente	395	425	450	475
		<b>Instalações elétricas, hidráulicas e outras instalações em construções</b>				
	43.21-5	Instalações elétricas	160	172	197	220
	43.22-3	Instalações hidráulicas, de sistemas de ventilação e refrigeração	160	172	197	220
	43.29-1	Obras de instalações em construções não especificadas anteriormente	160	172	197	220
		<b>Obras de acabamento</b>	160	172	197	220
	43.30-4	Obras de acabamento	160	172	197	220
		<b>Outros serviços especializados para construção</b>				
	43.91-6	Obras de fundações	255	285	319	350
	43.99-1	Serviços especializados para construção não especificados anteriormente	135	160	175	200
<b>G</b>		<b>COMÉRCIO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS</b>				
		<b>COMÉRCIO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS</b>				
		<b>Comércio de veículos automotores</b>				
	45.11-1	Comércio a varejo e por atacado de veículos automotores	255	275	300	325
	45.12-9	Representantes comerciais e agentes do comércio de veículos automotores	255	275	300	325
		<b>Manutenção e reparação de veículos automotores</b>				
	45.20-0	Manutenção e reparação de veículos automotores	135	160	175	200
		<b>Comércio de peças e acessórios para veículos automotores</b>				
	45.30-7	Comércio de peças e acessórios para veículos automotores	175	200	225	250
		<b>Comércio, manutenção e reparação de motocicletas, peças e acessórios</b>				
	45.41-2	Comércio por atacado e a varejo de motocicletas, peças e acessórios	175	200	225	250
	45.42-1	Representantes comerciais e agentes do comércio de motocicletas, peças e acessórios	135	160	175	200
	45.43-9	Manutenção e reparação de motocicletas	104	135	172	197
		<b>COMÉRCIO POR ATACADO, EXCETO VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS</b>				
		<b>Representantes comerciais e agentes do comércio, exceto de veículos automotores e motocicletas</b>				
	46.11-7	Representantes comerciais e agentes do comércio de matérias primas agrícolas e animais vivos	104	135	172	197
	46.12-5	Representantes comerciais e agentes do comércio de combustíveis, minerais, produtos siderúrgicos e químicos	104	135	172	197
	46.13-3	Representantes comerciais e agentes do comércio de madeira, material de construção e ferragens	104	135	172	197
	46.15-0	Representantes comerciais e agentes do comércio de eletrodomésticos, móveis e artigos de uso doméstico	104	135	172	197



46.16-8	Representantes comerciais e agentes do comércio de têxteis, vestuário, calçados e artigos de viagem	104	135	172	197
46.17-6	Representantes comerciais e agentes do comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo	104	135	172	197
46.18-4	Representantes comerciais e agentes do comércio especializado em produtos não especificados anteriormente	104	135	172	197
46.19-2	Representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado	104	135	172	197
	<b>Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas e animais vivos</b>				
46.21-4	Comércio atacadista de café em grão	197	220	250	275
46.22-2	Comércio atacadista de soja	197	220	250	275
46.23-1	Comércio atacadista de animais vivos, alimentos para animais e matérias-primas agrícolas, exceto café e soja	197	220	250	275
	<b>Comércio atacadista especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo</b>				
46.31-1	Comércio atacadista de leite e laticínios	197	220	250	275
46.32-0	Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados, farinhas, amidos e féculas	197	220	250	275
46.33-8	Comércio atacadista de hortifrutigranjeiros	197	220	250	275
46.34-6	Comércio atacadista de carnes, produtos da carne e pescado	104	135	172	197
46.35-4	Comércio atacadista de bebidas	197	220	250	275
46.36-2	Comércio atacadista de produtos do fumo	104	135	172	197
46.37-1	Comércio atacadista especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente	255	275	300	325
46.39-7	Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral	255	275	300	325
	<b>Comércio atacadista de produtos de consumo não-alimentar</b>				
46.41-9	Comércio atacadista de tecidos, artefatos de tecidos e de armarinho	255	275	300	325
46.42-7	Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios	255	275	300	325
46.43-5	Comércio atacadista de calçados e artigos de viagem	255	275	300	325
46.44-3	Comércio atacadista de produtos farmacêuticos para uso humano e veterinário	255	275	300	325
46.45-1	Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, ortopédico e odontológico	255	275	300	325
46.46-0	Comércio atacadista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	255	275	300	325
46.47-8	Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria; livros, jornais e outras publicações	255	275	300	325
46.49-4	Comércio atacadista de equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente	255	275	300	325
	<b>Comércio atacadista de equipamentos e produtos de tecnologias de informação e comunicação</b>				
46.51-6	Comércio atacadista de computadores, periféricos e suprimentos de informática	220	250	275	300
46.52-4	Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação	220	250	275	300
	<b>Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos, exceto de tecnologias de informação e comunicação</b>				
46.61-3	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças	319	363	395	419
46.62-1	Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças	319	363	395	419
46.63-0	Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças	319	363	395	419
46.64-8	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças	319	363	395	419
46.65-6	Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso comercial; partes e peças	319	363	395	419



46.69-9	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças	319	363	395	419
	<b>Comércio atacadista de madeira, ferragens, ferramentas, material elétrico e material de construção</b>				
46.71-1	Comércio atacadista de madeira e produtos derivados	319	363	395	419
46.72-9	Comércio atacadista de ferragens e ferramentas	319	363	395	419
46.73-7	Comércio atacadista de material elétrico	319	363	395	419
46.74-5	Comércio atacadista de cimento	319	363	395	419
46.79-6	Comércio atacadista especializado de materiais de construção não especificados anteriormente e de materiais de construção em geral	319	363	395	419
	<b>Comércio atacadista especializado em outros produtos</b>	319	363	395	419
46.81-8	Comércio atacadista de combustíveis sólidos, líquidos e gasosos, exceto gás natural e GLP	319	363	395	419
46.82-6	Comércio atacadista de gás liquefeito de petróleo (GLP)	319	363	395	419
46.83-4	Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo	319	363	395	419
46.84-2	Comércio atacadista de produtos químicos e petroquímicos, exceto agroquímicos	319	363	395	419
46.85-1	Comércio atacadista de produtos siderúrgicos e metalúrgicos, exceto para construção	319	363	395	419
46.86-9	Comércio atacadista de papel e papelão em bruto e de embalagens	319	363	395	419
46.87-7	Comércio atacadista de resíduos e sucatas	319	363	395	419
46.89-3	Comércio atacadista especializado de outros produtos intermediários não especificados anteriormente	319	363	395	419
	<b>Comércio atacadista não-especializado</b>	319	363	395	419
46.91-5	Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios	319	363	395	419
46.92-3	Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de insumos agropecuários	319	363	395	419
46.93-1	Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários	319	363	395	419
	<b>COMÉRCIO VAREJISTA</b>				
	<b>Comércio varejista não-especializado</b>				
47.11-3	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados e supermercados	319	363	395	419
47.12-1	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns	135	172	197	220
47.13-0	Comércio varejista de mercadorias em geral, sem predominância de produtos alimentícios	135	172	197	220
	<b>Comércio varejista de produtos alimentícios, bebidas e fumo</b>				
47.21-1	Comércio varejista de produtos de padaria, laticínio, doces, balas e semelhantes	135	172	197	220
47.22-9	Comércio varejista de carnes e pescados - açougues e peixarias	135	172	197	220
47.23-7	Comércio varejista de bebidas	135	172	197	220
47.24-5	Comércio varejista de hortifrutigranjeiros	135	172	197	220
47.29-6	Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente; produtos do fumo	135	172	197	220
	<b>Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores</b>				
47.31-8	Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores	395	425	450	475
47.32-6	Comércio varejista de lubrificantes	395	425	450	475
	<b>Comércio varejista de material de construção</b>	185	200	220	250
47.41-5	Comércio varejista de tintas e materiais para pintura	185	200	220	250



47.42-3	Comércio varejista de material elétrico	185	200	220	250
47.43-1	Comércio varejista de vidros	185	200	220	250
47.44-0	Comércio varejista de ferragens, madeira e materiais de construção	185	200	220	250
	<b>Comércio varejista de equipamentos de informática e comunicação; equipamentos e artigos de uso doméstico</b>				
47.51-2	Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática	172	197	220	250
47.52-1	Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação	172	197	220	250
47.53-9	Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo	172	197	220	250
47.54-7	Comércio varejista especializado de móveis, colchoaria e artigos de iluminação	172	197	220	250
47.55-5	Comércio varejista especializado de tecidos e artigos de cama, mesa e banho	172	197	220	250
47.56-3	Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios	172	197	220	250
47.57-1	Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação	172	197	220	250
47.59-8	Comércio varejista de artigos de uso doméstico não especificados anteriormente	172	197	220	250
	<b>Comércio varejista de artigos culturais, recreativos e esportivos</b>				
47.61-0	Comércio varejista de livros, jornais, revistas e papelaria	55	70	90	104
47.62-8	Comércio varejista de discos, CDs, DVDs e fitas	80	100	135	172
47.63-6	Comércio varejista de artigos recreativos e esportivos	175	200	220	250
	<b>Comércio varejista de produtos farmacêuticos, perfumaria e cosméticos e artigos médicos, ópticos e ortopédicos</b>				
47.71-7	Comércio varejista de produtos farmacêuticos para uso humano e veterinário	197	220	250	270
47.72-5	Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	197	220	250	270
47.73-3	Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos	197	220	250	270
47.74-1	Comércio varejista de artigos de óptica	197	220	250	270
	<b>Comércio varejista de produtos novos não especificados anteriormente e de produtos usados</b>				
47.81-4	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	135	172	200	220
47.82-2	Comércio varejista de calçados e artigos de viagem	135	172	200	220
47.83-1	Comércio varejista de jóias e relógios	135	172	200	220
47.84-9	Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)	363	395	425	450
47.85-7	Comércio varejista de artigos usados	135	172	200	220
47.89-0	Comércio varejista de outros produtos novos não especificados anteriormente	135	172	200	220
	<b>Comércio ambulante e outros tipos de comércio varejista</b>				
47.90-3	Comércio ambulante e outros tipos de comércio varejista	135	172	200	220
<b>H</b>	<b>TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO</b>				
	<b>TRANSPORTE TERRESTRE</b>				
	<b>Transporte rodoviário de passageiros</b>				
49.23-0	Transporte rodoviário de táxi	135	175	200	220
49.24-8	Transporte escolar	350	395	425	450
49.29-9	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, e outros transportes rodoviários não especificados anteriormente	135	172	197	220
49.29-10	Transporte turístico, traslado, fretamento em Vans, Micro-ônibus. Valor por veículo e por ano.	135	172	197	220
49.29-10	Transporte turístico, traslado, fretamento em ônibus. Valor por veículo e por ano.	135	172	197	220
	<b>Transporte rodoviário de carga</b>				
49.30-2	Transporte rodoviário de carga	1.460	1.825	2.190	2550



	<b>Transporte dutoviário</b>				
49.40-0	Transporte dutoviário	1.460	1.825	2.190	2550
	<b>Trens turísticos, teleféricos e similares</b>				
49.50-7	Trens turísticos, teleféricos e similares	1.460	1.825	2.190	2550
	<b>ARMAZENAMENTO E ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES</b>				
	<b>Armazenamento, carga e descarga</b>				
52.11-7	Armazenamento	197	220	250	270
52.12-5	Carga e descarga	160	172	200	220
	<b>Atividades auxiliares dos transportes terrestres</b>				
52.21-4	Concessionárias de rodovias, pontes, túneis e serviços	2.550	2.920	3.285	3.650
52.22-2	Terminais rodoviários e ferroviários	197	220	250	270
52.23-1	Estacionamento de veículos	135	160	175	200
52.29-0	Atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente	135	160	175	200
	<b>Atividades relacionadas à organização do transporte de carga</b>				
52.50-8	Atividades relacionadas à organização do transporte de carga	135	160	175	200
	<b>CORREIO E OUTRAS ATIVIDADES DE ENTREGA</b>				
	<b>Atividades de Correio</b>				
53.10-5	Atividades de Correio	950	1.240	1.460	1.825
	<b>Atividades de malote e de entrega</b>				
53.20-2	Atividades de malote e de entrega	197	220	250	270
<b>I</b>	<b>ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO</b>				
	<b>ALOJAMENTO</b>				
	<b>Hotéis e similares</b>				
55.10-8	Hotéis e similares	255	285	319	350
	<b>Outros tipos de alojamento não especificados anteriormente</b>				
55.90-6	Outros tipos de alojamento não especificados anteriormente	135	172	200	220
	<b>ALIMENTAÇÃO</b>				
	<b>Restaurantes e outros serviços de alimentação e bebidas</b>				
56.11-2	Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas	135	172	200	220
56.12-1	Serviços ambulantes de alimentação	55	70	90	104
	<b>Serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada</b>				
56.20-1	Serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada	135	175	197	220
<b>J</b>	<b>INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO</b>				
	<b>EDIÇÃO E EDIÇÃO INTEGRADA À IMPRESSÃO</b>				
	<b>Edição de livros, jornais, revistas e outras atividades de edição</b>				
58.11-5	Edição de livros	135	175	197	220
58.12-3	Edição de jornais	135	175	197	220
58.13-1	Edição de revistas	197	220	250	270
58.19-1	Edição de cadastros, listas e outros produtos gráficos	197	220	250	270
	<b>Edição integrada à impressão de livros, jornais, revistas e outras publicações</b>				
58.21-2	Edição integrada à impressão de livros	197	220	250	270
58.22-1	Edição integrada à impressão de jornais	197	220	250	270
58.23-9	Edição integrada à impressão de revistas	197	220	250	270
58.29-8	Edição integrada à impressão de cadastros, listas e outros produtos gráficos	265	290	320	350
	<b>Atividades de gravação de som e de edição de música</b>				
59.20-1	Atividades de gravação de som e de edição de música	265	290	320	350
	<b>ATIVIDADES DE RÁDIO E DE TELEVISÃO</b>				
	<b>Atividades de rádio</b>				
60.10-1	Atividades de rádio (valor, por torre)	950	1.095	1.240	1.385



60.10-2	Atividades de rádio (valor, por estação de rádio base)	950	1.095	1.240	1.385
	<b>Atividades de televisão</b>				
60.21-7	Atividades de televisão aberta	4.015	4.380	4.745	5.110
60.22-5	Programadoras e atividades relacionadas à televisão por	4.015	4.380	4.745	5.110
	<b>TELECOMUNICAÇÕES</b>				
	<b>Telecomunicações por fio</b>				
61.10-8	Telecomunicações por fio (valor, por torre)	4.745	5.110	5.475	5.840
61.11-8	Telecomunicações por fio (valor, por estação de rádio base)	4.745	5.110	5.475	5.840
	<b>Telecomunicações sem fio</b>	4.745	5.110	5.475	5.840
61.20-5	Telecomunicações sem fio (valor, por torre)	4.745	5.110	5.475	5.840
61.21-5	Telecomunicações sem fio (valor, por estação de rádio base)	4.745	5.110	5.475	5.840
	<b>Telecomunicações por satélite</b>	4.745	5.110	5.475	5.840
61.30-2	Telecomunicações por satélite (valor, por torre)	4.745	5.110	5.475	5.840
61.31-2	Telecomunicações por satélite (valor, por estação de rádio base)	4.745	5.110	5.475	5.840
	<b>Operadoras de televisão por assinatura</b>				
61.41-8	Operadoras de televisão por assinatura por cabo (valor, por torre)	4.745	5.110	5.475	5.840
61.41-9	Operadoras de televisão por assinatura por cabo (valor, por estação de rádio base)	4.745	5.110	5.475	5.840
61.42-6	Operadoras de televisão por assinatura por microondas (valor, por torre)	4.745	5.110	5.475	5.840
61.42-7	Operadoras de televisão por assinatura por microondas (valor, por estação de rádio base)	4.745	5.110	5.475	5.840
61.43-4	Operadoras de televisão por assinatura por satélite (valor, por torre)	4.745	5.110	5.475	5.840
61.43-5	Operadoras de televisão por assinatura por satélite (valor, por estação de rádio base)	4.745	5.110	5.475	5.840
	<b>Outras atividades de telecomunicações</b>				
61.90-6	Outras atividades de telecomunicações (valor, por torre)	104	135	175	200
61.91-6	Outras atividades de telecomunicações (valor, por estação de rádio base)	1.095	1.460	1.825	2.189
	<b>ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO</b>				
	<b>Atividades dos serviços de tecnologia da informação</b>				
62.01-5	Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda	425	475	500	540
62.02-3	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis	265	290	319	363
62.03-1	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis	265	290	319	363
62.04-0	Consultoria em tecnologia da informação	160	175	200	220
62.09-1	Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação	319	363	395	420
	<b>ATIVIDADES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO</b>				
	<b>Tratamento de dados, hospedagem na internet e outras atividades relacionadas</b>				
63.11-9	Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet	1.095	1.460	1.825	2.189
63.19-4	Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet	1.095	1.460	1.825	2.189
	<b>Outras atividades de prestação de serviços de informação</b>				
63.91-7	Agências de notícias	350	376	400	425
63.99-2	Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente	350	376	400	425
<b>K</b>	<b>ATIVIDADES FINANCEIRAS, DE SEGUROS E SERVIÇOS RELACIONADOS</b>				
	<b>ATIVIDADES DE SERVIÇOS FINANCEIROS</b>				
	<b>Banco Central</b>				
64.10-7	Banco Central	6.570	8.029	8.760	9.490



	<b>Intermediação monetária - depósitos à vista</b>				
64.21-2	Bancos comerciais	5.109	5.475	5.840	6.204
64.21-3	Terminais de auto atendimento/fora da agência (por máquina)	255	290	319	463
64.21-4	Posto de atendimento bancario (PAB)	950	1.095	1.240	1.385
64.22-1	Bancos múltiplos, com carteira comercial	4.745	5.110	5.475	5.840
64.23-9	Caixas econômicas	4.745	5.110	5.475	5.840
64.24-7	Crédito cooperativo	3.650	4.015	4.380	4.745
	<b>Intermediação não-monetária - outros instrumentos de captação</b>				
64.31-0	Bancos múltiplos, sem carteira comercial	5.110	5.475	5.840	6.204
64.32-8	Bancos de investimento	5.840	6.204	6.570	7.300
64.33-6	Bancos de desenvolvimento	5.840	6.204	6.570	7.300
64.34-4	Agências de fomento	5.840	6.204	6.570	7.300
64.35-2	Crédito imobiliário	950	1.095	1.240	1.460
64.36-1	Sociedades de crédito, financiamento e investimento - financeiras	950	1.095	1.240	1.460
64.37-9	Sociedades de crédito ao microempreendedor	950	1.095	1.240	1.460
64.38-7	Bancos de câmbio e outras instituições de intermediação não-	950	1.095	1.240	1.460
	<b>Arrendamento mercantil</b>				
64.40-9	Arrendamento mercantil	2.920	3.285	3.650	4.015
	<b>Sociedades de capitalização</b>	2.920	3.285	3.650	4.015
64.50-6	Sociedades de capitalização	2.920	3.285	3.650	4.015
	<b>Atividades de sociedades de participação</b>	2.920	3.285	3.650	4.015
64.61-1	Holdings de instituições financeiras	2.920	3.285	3.650	4.015
64.62-0	Holdings de instituições não-financeiras	2.920	3.285	3.650	4.015
64.63-8	Outras sociedades de participação, exceto holdings	2.920	3.285	3.650	4.015
	<b>Fundos de investimento</b>	2.920	3.285	3.650	4.015
64.70-1	Fundos de investimento	2.920	3.285	3.650	4.015
	<b>Atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente</b>	7.300	10.950	14.500	18.250
64.91-3	Sociedades de fomento mercantil - factoring	7.300	10.950	14.500	18.250
64.92-1	Securitização de créditos	7.300	10.950	14.500	18.250
64.93-0	Administração de consórcios para aquisição de bens e direitos	950	1.095	1.240	1.460
64.99-9	Outras atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente	950	1.095	1.240	1.460
	<b>SEGUROS, RESSEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E PLANOS DE SAÚDE</b>				
	<b>Seguros de vida e não-vida</b>				
65.11-1	Seguros de vida	2.920	3.285	3.650	4.015
65.12-0	Seguros não-vida	2.920	3.285	3.650	4.015
	<b>Seguros-saúde</b>				
65.20-1	Seguros-saúde	950	1.095	1.240	1.460
	<b>Resseguros</b>				
65.30-8	Resseguros	950	1.095	1.240	1.460
	<b>Previdência complementar</b>				
65.41-3	Previdência complementar fechada	6.570	7.300	8.029	8.760
65.42-1	Previdência complementar aberta	6.570	7.300	8.029	8.760
	<b>Planos de saúde</b>				
65.50-2	Planos de saúde	6.570	7.300	8.029	8.760
	<b>ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVIÇOS FINANCEIROS, SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E PLANOS DE SAÚDE</b>				
	<b>Atividades auxiliares dos serviços financeiros</b>				
66.13-4	Administração de cartões de crédito	6.570	7.300	8.029	8.760
66.19-3	Atividades auxiliares dos serviços financeiros não especificadas anteriormente	2.550	2.920	3.285	3.650
	<b>Atividades auxiliares dos seguros, da previdência complementar e dos planos de saúde</b>				
66.21-5	Avaliação de riscos e perdas	160	172	197	220
66.22-3	Corretores e agentes de seguros, de planos de previdência complementar e de saúde	160	172	197	220



	66.29-1	Atividades auxiliares dos seguros, da previdência complementar e dos planos de saúde não especificadas anteriormente	376	400	425	510
		<b>Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão</b>				
	66.30-4	Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão	729,1	947,83	1232,18	1601,82
<b>L</b>		<b>ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS</b>				
		<b>ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS</b>				
		<b>Atividades imobiliárias de imóveis próprios</b>				
	68.10-2	Atividades imobiliárias de imóveis próprios	104	135	160	172
		<b>Atividades imobiliárias por contrato ou comissão</b>				
	68.21-8	Intermediação na compra, venda e aluguel de imóveis	160	172	197	220
	68.22-6	Gestão e administração da propriedade imobiliária	160	172	197	220
<b>M</b>		<b>ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS</b>				
		<b>ATIVIDADES JURÍDICAS, DE CONTABILIDADE E DE AUDITORIA</b>				
		<b>Atividades jurídicas</b>				
	69.11-7	Atividades jurídicas, exceto cartórios	319	363	395	425
	69.12-5	Cartórios	425	450	475	500
		<b>Atividades de contabilidade, consultoria e auditoria contábil e tributária</b>				
	69.20-6	Atividades de contabilidade, consultoria e auditoria contábil	197	220	255	265
		<b>ATIVIDADES DE SEDES DE EMPRESAS E DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL</b>				
		<b>Sedes de empresas e unidades administrativas locais</b>				
	70.10-7	Sedes de empresas e unidades administrativas locais	135	160	172	197
		<b>Atividades de consultoria em gestão empresarial</b>				
	70.20-4	Atividades de consultoria em gestão empresarial	135	160	172	197
		<b>SERVIÇOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA; TESTES E ANÁLISES TÉCNICAS</b>				
		<b>Serviços de arquitetura e engenharia e atividades técnicas relacionadas</b>				
	71.11-1	Serviços de arquitetura	135	160	172	197
	71.12-0	Serviços de engenharia	135	160	172	197
	71.19-7	Atividades técnicas relacionadas à arquitetura e engenharia	135	160	172	197
		<b>Testes e análises técnicas</b>				
	71.20-1	Testes e análises técnicas	197	220	255	270
		<b>PUBLICIDADE E PESQUISA DE MERCADO</b>				
		<b>Publicidade</b>				
	73.11-4	Agências de publicidade	104	135	160	172
	73.12-2	Agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação	104	135	160	172
	73.19-0	Atividades de publicidade não especificadas anteriormente	104	135	160	172
		<b>Pesquisas de mercado e de opinião pública</b>				
	73.20-3	Pesquisas de mercado e de opinião pública	104	135	160	172
		<b>OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS</b>				
		<b>Design e decoração de interiores</b>				
	74.10-2	Design e decoração de interiores	104	135	160	172
		<b>Atividades fotográficas e similares</b>				
	74.20-0	Atividades fotográficas e similares	104	135	160	172
		<b>Atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente</b>				
	74.90-1	Atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente	104	135	160	172
		<b>ATIVIDADES VETERINÁRIAS</b>				
		<b>Atividades veterinárias</b>				
	75.00-1	Atividades veterinárias	104	135	160	172
<b>N</b>		<b>ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES</b>				
		<b>ALUGUÉIS NÃO-IMOBILIÁRIOS E GESTÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS NÃO-FINANCEIROS</b>				



	<b>Locação de meios de transporte sem condutor</b>				
77.11-0	Locação de automóveis sem condutor	197	220	250	270
77.19-5	Locação de meios de transporte, exceto automóveis, sem condutor	270	270	270	270
	<b>Aluguel de objetos pessoais e domésticos</b>				
77.21-7	Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos	80	90	104	135
77.22-5	Aluguel de fitas de vídeo, DVDs e similares	80	90	104	135
77.23-3	Aluguel de objetos do vestuário, jóias e acessórios	197	220	250	270
77.29-2	Aluguel de objetos pessoais e domésticos não especificados anteriormente	197	220	250	270
	<b>Aluguel de máquinas e equipamentos sem operador</b>				
77.31-4	Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador	255	265	285	300
77.32-2	Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador	255	265	285	300
77.33-1	Aluguel de máquinas e equipamentos para escritório	255	265	285	300
77.39-0	Aluguel de máquinas e equipamentos não especificados	255	265	285	300
	<b>Gestão de ativos intangíveis não-financeiros</b>				
77.40-3	Gestão de ativos intangíveis não-financeiros	255	265	285	300
	<b>SELEÇÃO, AGENCIAMENTO E LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA</b>				
	<b>Seleção e agenciamento de mão-de-obra</b>				
78.10-8	Seleção e agenciamento de mão-de-obra	255	265	285	300
	<b>Locação de mão-de-obra temporária</b>				
78.20-5	Locação de mão-de-obra temporária	255	265	285	300
	<b>Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros</b>				
78.30-2	Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros	255	265	285	300
	<b>AGÊNCIAS DE VIAGENS, OPERADORES TURÍSTICOS E SERVIÇOS DE RESERVAS</b>				
	<b>Agências de viagens e operadores turísticos</b>				
79.11-2	Agências de viagens	197	220	250	270
79.12-1	Operadores turísticos	160	175	190	200
	<b>Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente</b>				
79.90-2	Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente	395	425	450	475
	<b>ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA, SEGURANÇA E INVESTIGAÇÃO</b>				
	<b>Atividades de vigilância, segurança privada e transporte de valores</b>				
80.11-1	Atividades de vigilância e segurança privada	395	425	450	475
80.12-9	Atividades de transporte de valores	2.920	3.285	3.650	4.015
	<b>Atividades de monitoramento de sistemas de segurança</b>				
80.20-0	Atividades de monitoramento de sistemas de segurança	160	197	220	250
	<b>Atividades de investigação particular</b>				
80.30-7	Atividades de investigação particular	160	197	220	250
	<b>SERVIÇOS PARA EDIFÍCIOS E ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS</b>				
	<b>Serviços combinados para apoio a edifícios</b>				
81.11-7	Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais	160	197	220	250
81.12-5	Condomínios prediais	290	319	350	363
	<b>Atividades de limpeza</b>				
81.21-4	Limpeza em prédios e em domicílios	160	197	220	250
81.22-2	Imunização e controle de pragas urbanas	160	197	220	250
81.29-0	Atividades de limpeza não especificadas anteriormente	160	197	220	250
	<b>Atividades paisagísticas</b>				
81.30-3	Atividades paisagísticas	160	197	220	250
	<b>SERVIÇOS DE ESCRITÓRIO, DE APOIO ADMINISTRATIVO E OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS</b>				
	<b>Serviços de escritório e apoio administrativo</b>				
82.11-3	Serviços combinados de escritório e apoio administrativo	160	197	220	250



	82.11-4	Escritório Virtual	197	220	250	270
	82.19-9	Fotocópias, preparação de documentos e outros serviços especializados de apoio administrativo	160	197	220	250
		<b>Atividades de teleatendimento</b>				
	82.20-2	Atividades de teleatendimento	160	197	220	250
		<b>Atividades de organização de eventos, exceto culturais e esportivos</b>				
	82.30-0	Atividades de organização de eventos, exceto culturais e esportivos	135	160	175	197
		<b>Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas</b>				
	82.91-1	Atividades de cobrança e informações cadastrais	160	197	220	250
	82.92-0	Envasamento e empacotamento sob contrato	160	197	220	250
	82.99-7	Atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente	160	197	220	250
<b>O</b>		<b>ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL</b>				
		<b>Administração do estado e da política econômica e social</b>				
	84.11-6	Administração pública em geral	255	265	290	319
	84.12-4	Regulação das atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais	255	265	290	319
	84.13-2	Regulação das atividades econômicas	255	265	290	319
		<b>Serviços coletivos prestados pela administração pública</b>				
	84.21-3	Relações exteriores	730	950	1.240	1.460
	84.22-1	Defesa	730	950	1.240	1.460
	84.23-0	Justiça	730	950	1.240	1.460
	84.24-8	Segurança e ordem pública	730	950	1.240	1.460
	84.25-6	Defesa Civil	730	950	1.240	1.460
		<b>Seguridade social obrigatória</b>	730	950	1.240	1.460
	84.30-2	Seguridade social obrigatória	730	950	1.240	1.460
<b>P</b>		<b>EDUCAÇÃO</b>				
		<b>EDUCAÇÃO</b>				
		<b>Educação infantil e ensino fundamental</b>				
	85.11-2	Educação infantil - creche	160	197	220	250
	85.12-1	Educação infantil - pré-escola	197	220	250	270
	85.13-9	Ensino fundamental	255	265	290	320
		<b>Ensino médio</b>				
	85.20-1	Ensino médio	350	370	400	420
		<b>Educação superior</b>				
	85.31-7	Educação superior - graduação	450	475	500	540
	85.32-5	Educação superior - graduação e pós-graduação	450	475	500	540
	85.33-3	Educação superior - pós-graduação e extensão	450	475	500	540
		<b>Educação profissional de nível técnico e tecnológico</b>				
	85.41-4	Educação profissional de nível técnico	197	220	255	285
	85.42-2	Educação profissional de nível tecnológico	197	220	255	285
		<b>Atividades de apoio à educação</b>				
	85.50-3	Atividades de apoio à educação	197	220	255	285
		<b>Outras atividades de ensino</b>				
	85.91-1	Ensino de esportes	160	197	220	250
	85.92-9	Ensino de arte e cultura	160	197	220	250
	85.93-7	Ensino de idiomas	160	197	220	250
	85.99-6	Atividades de ensino não especificadas anteriormente	160	197	220	250
	85.99-7	Brinquedoteca, casa de atividades pedagógicas infantis	160	197	220	250
<b>Q</b>		<b>SAÚDE HUMANA E SERVIÇOS SOCIAIS</b>				
		<b>ATIVIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE HUMANA</b>				
		<b>Atividades de atendimento hospitalar</b>				
	86.10-1	Atividades de atendimento hospitalar	950	1.095	1.240	1.460
		<b>Serviços móveis de atendimento a urgências e de remoção de pacientes</b>				
	86.21-6	Serviços móveis de atendimento a urgências	450	475	500	510
	86.22-4	Serviços de remoção de pacientes, exceto os serviços móveis de atendimento a urgências	450	475	500	510



		<b>Atividades de atenção ambulatorial executadas por médicos e odontólogos</b>				
	86.30-5	Atividades de atenção ambulatorial executadas por médicos e odontólogos	450	475	500	510
		<b>Atividades de profissionais da área de saúde, exceto médicos e odontólogos</b>				
	86.50-0	Atividades de profissionais da área de saúde, exceto médicos e odontólogos	220	255	270	300
		<b>Atividades de apoio à gestão de saúde</b>				
	86.60-7	Atividades de apoio à gestão de saúde	220	255	270	300
		<b>Atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente</b>				
	86.90-9	Atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente	220	255	270	300
		<b>ATIVIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE HUMANA INTEGRADAS COM ASSISTÊNCIA SOCIAL, PRESTADAS EM RESIDÊNCIAS COLETIVAS E PARTICULARES</b>				
		<b>Atividades de assistência a idosos, deficientes físicos, imunodeprimidos e convalescentes, e de infra-estrutura e apoio a pacientes prestadas em residências coletivas e particulares</b>				
	87.11-5	Atividades de assistência a idosos, deficientes físicos, imunodeprimidos e convalescentes prestadas em residências	220	255	270	300
	87.12-3	Atividades de fornecimento de infra-estrutura de apoio e assistência a paciente no domicílio	220	255	270	300
		<b>Atividades de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e</b>	220	255	270	300
	87.20-4	Atividades de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química	220	255	270	300
		<b>Atividades de assistência social prestadas em residências coletivas e particulares</b>				
	87.30-1	Atividades de assistência social prestadas em residências coletivas e particulares	437,48	568,72	739,35	961,15
<b>R</b>		<b>ARTES, CULTURA, ESPORTE E RECREAÇÃO</b>				
		<b>ATIVIDADES ARTÍSTICAS, CRIATIVAS E DE ESPETÁCULOS</b>				
		<b>Atividades artísticas, criativas e de espetáculos</b>				
	90.01-9	Produção de espetáculos circenses, de marionetes e similares	1.679	1.898	2.189	2.550
	90.02-7	Criação artística	220	265	300	320
	90.03-5	Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas	220	265	300	320
		<b>ATIVIDADES LIGADAS AO PATRIMÔNIO CULTURAL E AMBIENTAL</b>				
		<b>Atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental</b>				
	91.01-5	Atividades de bibliotecas e arquivos	730	950	1.095	1.240
	91.02-3	Atividades de museus e de exploração, restauração artística e conservação de lugares e prédios históricos e atrações similares	730	950	1.095	1.240
	91.03-1	Atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental	730	950	1.095	1.240
		<b>ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO DE JOGOS DE AZAR E APOSTAS</b>				
		<b>Atividades de exploração de jogos de azar e apostas</b>				
	92.00-3	Atividades de exploração de jogos de azar e apostas	290	319	363	395
		<b>ATIVIDADES ESPORTIVAS E DE RECREAÇÃO E LAZER</b>				
		<b>Atividades esportivas</b>				
	93.11-5	Gestão de instalações de esportes	80	90	104	135
	93.12-3	Clubes sociais, esportivos e similares	290	1138,2	1479,65	1923,58
	93.13-1	Atividades de condicionamento físico	290	319	363	395



93.19-1	Atividades esportivas não especificadas anteriormente	290	319	363	395
	<b>Atividades de recreação e lazer</b>				
93.29-8	Atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente	185	200	220	250
<b>S</b>	<b>OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS</b>				
	<b>ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS</b>				
	<b>Atividades de organizações associativas patronais, empresariais e profissionais</b>				
94.11-1	Atividades de organizações associativas patronais e empresariais	185	200	220	250
94.12-0	Atividades de organizações associativas profissionais	185	200	220	250
	<b>Atividades de organizações sindicais</b>				
94.20-1	Atividades de organizações sindicais	185	200	220	250
	<b>Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>				
94.30-8	Atividades de associações de defesa de direitos sociais	185	200	220	250
	<b>REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO E DE OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS</b>				
	<b>Reparação e manutenção de equipamentos de informática e comunicação</b>				
95.11-8	Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos	104	135	175	200
95.12-6	Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação	104	135	175	200
	<b>Reparação e manutenção de objetos e equipamentos pessoais e domésticos</b>				
95.21-5	Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico	80	90	100	120
95.29-1	Reparação e manutenção de objetos e equipamentos pessoais e domésticos não especificados anteriormente	80	90	100	120
	<b>OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PESSOAIS</b>				
	<b>Outras atividades de serviços pessoais</b>				
96.01-7	Lavanderias, tinturarias e toalheiros	80	90	100	120
96.02-5	Cabeleiros e outras atividades de tratamento de beleza	80	90	100	120
96.03-3	Atividades funerárias e serviços relacionados	160	197	220	250
96.09-2	Atividades de serviços pessoais não especificadas anteriormente	160	197	220	250
<b>T</b>	<b>SERVIÇOS DOMÉSTICOS</b>				
	<b>Serviços domésticos</b>				
97.00-5	Serviços domésticos	80	90	100	120